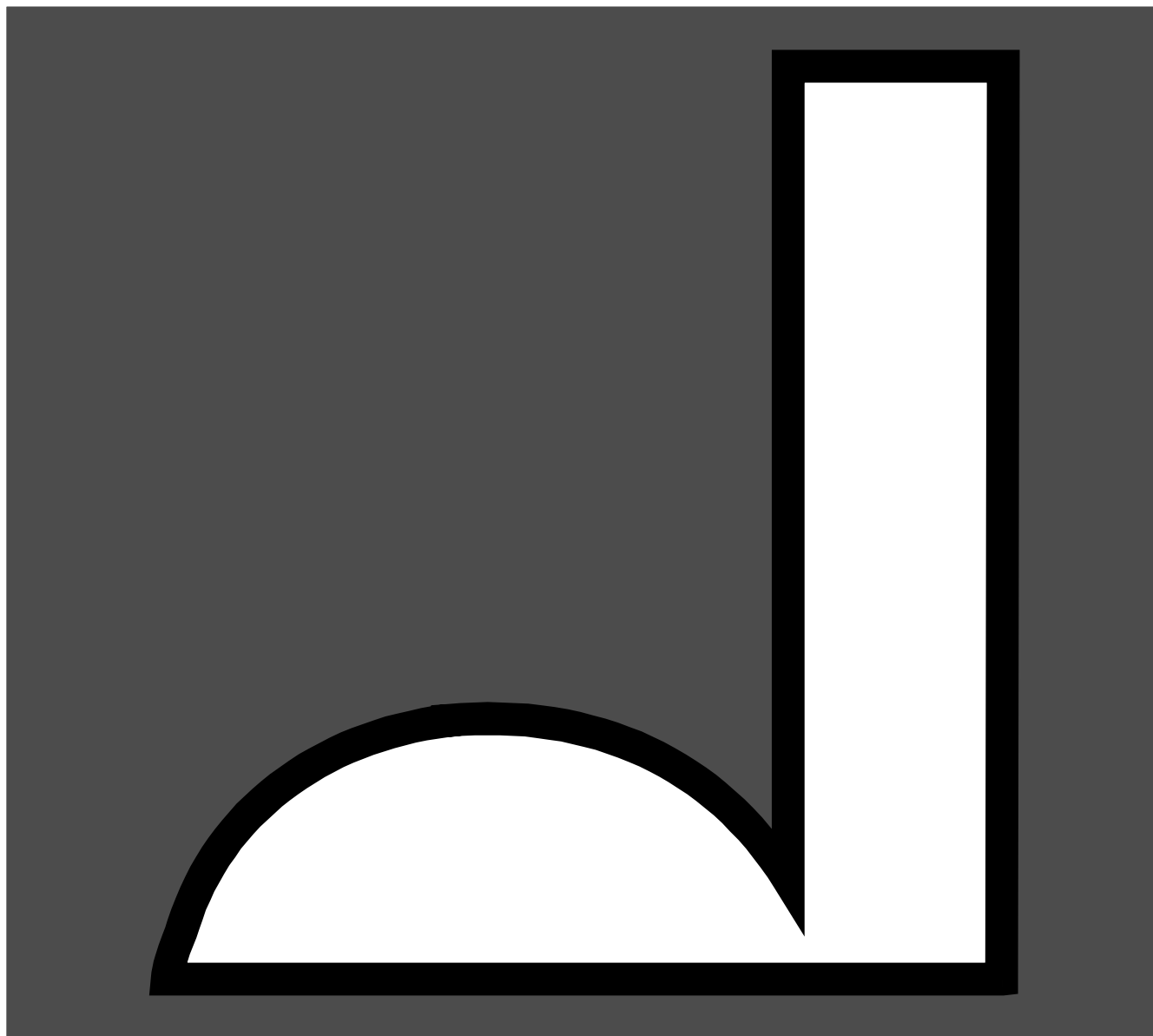




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 146 – SÁBADO, 13 DE SETEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antonio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</b></p> <p><b>Líder</b> Efraim Morais PFL-PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p><b>Vice-Líderes</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 21</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Vago Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL -17</b></p> <p><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 11</b></p> <p><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 6</b></p> <p><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p><b>Vice-Líder</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p><b>Vice-Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 2003-CN

**Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2003 no subtítulo 20.607.0379.1836.0067 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Flores de Goiás no Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), no subtítulo 20.607.0379.1836.0067 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Flores de Goiás no Estado de Goiás, estritamente necessários à conclusão do primeiro trecho do Projeto de Irrigação Flores de Goiás compreendido entre a barragem do Rio Paranã e o barramento da Porteira.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de novembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 12 de setembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

## DECRETO LEGISLATIVO Nº 641, DE 2003

**Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGECOM, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 192, de 17 de abril de 2001, que renova por dez anos, a partir de 05 de novembro de 1994, a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por

intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGECON, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2003. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

---

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte:

#### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 642, DE 2003**

**Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGECON, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 19 de setembro de 2001, que renova por dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2000, a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGECON, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2003. **Senador José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 120ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 12 DE SETEMBRO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Pareceres

Nºs 1.223 e 1.224, de 2003, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, respectivamente, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001 (nº 2.366/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso..... 27049

Nº 1.225, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 110, de 2001 (nº 3.067/2001, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 181, de 2001 (1ª Câmara), referente à Auditoria realizada no Município de Candeias (BA) relativa à aplicação dos recursos recebidos a título de Royalties (TC nº 251.231/95-0). ..... 27052

Nº 1.226, de 2003, da Comissão de Fiscalização e Controle, sobre o Aviso nº 55, de 2002 (nº 1.875/2002, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 762, de 2002, relativa a Consulta formulada pelo então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Senador Waldeck Ornelas, acerca da possibilidade de se contar ou não o período de mandato eletivo como tempo de serviço público para fins de aposentadoria no regime Geral da Previdência Social (TC nº 001.322/99-0). ..... 27053

#### 1.2.2 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001. .... 27054

Referente às solicitações contidas nas conclusões de pareceres lidos anteriormente, sobre os Avisos nºs 110, de 2001, e 55, de 2002. .... 27054

#### 1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 806, de 2003, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando auditoria do Tribunal de

Contas da União sobre as contas relativas ao Orçamento da Seguridade Social..... 27054

Nº 807, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Secretário Especial de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República as informações que menciona. .... 27055

#### 1.2.4 – Ofícios do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 163/2003, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 501, de 2003, do Senador Paulo Octávio..... 27055

Nº 164/2003, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 550, de 2003, da Senadora Roseana Sarney..... 27055

#### 1.2.5 – Comunicação da Presidência

Término de prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 265 e 266, de 2003, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. .... 27055

#### 1.2.6 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 384, de 2003, de autoria do Senador José Jorge, que altera o art. 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos..... 27056

Projeto de Lei do Senado nº 385, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que acrescenta § 8º ao art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e art. 22-C à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a redução no percentual devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a isenção parcial da contribuição previdenciária para as empresas que contratarem trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade, e dá outras providências. .... 27058

#### 1.2.7 – Ofício

Nº 217/2003, de 12 do corrente, da Liderança do PSDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito que menciona. .... 27060

**1.2.8– Discursos do Expediente**

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO* – Defesa da aprovação de requerimento de sua autoria, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Transcurso de 30 anos da morte do ex-presidente chileno Salvador Allende. 27060

O SR. PRESIDENTE (Senador Mão Santa) – Esclarecimentos sobre o requerimento a que se refere a Senadora Serys Slhessarenko em seu pronunciamento. 27064

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Dificuldades enfrentadas pelos prefeitos municipais. .... 27065

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Homenagem aos atletas goianos que participaram dos Jogos Panamericanos. Estudo do IPEA que relaciona a redução das desigualdades sociais e a violência. .... 27068

SENADORA *FÁTIMA CLEIDE* – Acidente ocorrido com S. Ex<sup>a</sup> e o Senador Sibá Machado nas águas do rio Solimões. Realização, em Brasília, de encontro sobre segurança alimentar com equilíbrio sócio-ambiental. Utilização de transgênicos no Brasil. .... 27070

**1.2.9 – Comunicação da Presidência**

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário do Congresso Nacional, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003-CN. .... 27073

**1.2.10 – Discursos do Expediente (Continuação)**

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Comentários às matérias publicadas no jornal Folha de S.Paulo, edição de hoje, a respeito da queda do emprego na indústria e estagnação econômica do Brasil. .... 27074

SENADOR *MÃO SANTA* – Transcurso dos 101 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. .... 27078

A SRA. PRESIDENTE (Senadora Lúcia Vânia) – Cumprimentos ao Senador Mão Santa pelo recebimento da Condecoração Soberana Ordem do Mérito Empreendedor Juscelino Kubitschek. .... 27082

SENADOR *VALMIR AMARAL* – Participação de S. Ex<sup>a</sup> na solenidade de inauguração do Memorial JK, na cidade de Jataí/GO. .... 27082

SENADORA *LÚCIA VÂNIA* – Considerações sobre a proposta de reforma da Previdência. 27084

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Estiagem no Estado de Alagoas. .... 27085

SENADOR *PAULO OCTÁVIO* – Homenagem pelo transcurso dos 101 anos de nascimento do ex-presidente Juscelino Kubitschek. .... 27088

O SR. PRESIDENTE (Senador Mão Santa) – Associação às homenagens prestadas ao ex-presidente Juscelino Kubitschek. .... 27093

**1.2.11 – Discurso encaminhado à publicação**

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Transcrição do artigo “Trinta anos esta manhã”, de autoria do ex-ministro José Serra, publicado no jornal O Globo, edição de 11 do corrente. Promessas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na área de política científica. .... 27093

**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**

Nº 106, de 2003. .... 27098

**3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nºs 4.746 a 4.754, de 2003. .... 27098

**4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

# Ata da 120ª Sessão, Não Deliberativa, em 12 de Setembro de 2003

## 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Mão Santa, Maguito Vilela, Valmir Amaral e da Sra. Lúcia Vânia*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

### **PARECERES NºS 1.223 E 1.224, DE 2003**

**Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001 (nº 2.366/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.**

#### **PARECER Nº 1.223, DE 2003**

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relatora: Senadora **Serys Slhessarenko**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001 (Projeto de Lei nº 2.366, de 2000, na origem), de autoria do Deputado Welinton Fagundes, “dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso”.

O artigo inaugural do projeto fixa o dia 1º de outubro de cada ano para essa celebração. Seu parágrafo único determina que aos órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Nacional do Idoso incumbe promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso junto à sociedade.

Em sua justificação, o autor afirma ser sua intenção superar as controvérsias existentes com respeito à comemoração do dia do idoso. No Brasil, extra-oficialmente, tem-se festejado a data em 27 de outubro, conquanto, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), tenha-se fixado o dia 1º de outubro para celebrar a efeméride internacionalmente,

data, aliás, reconhecida pela Secretaria de Estado da Assistência Social.

O projeto em exame tem o objetivo, pois, de estabelecer oficialmente como dia do idoso a data reconhecida internacionalmente para esse fim.

No prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

#### **II – Análise**

O crescimento do contingente de idosos, em números absolutos e como proporção da população, tem ocorrido, em escala mundial, de maneira inédita na história da humanidade. A esse respeito, basta recordar que, de 1950 até os dias de hoje, a esperança de vida ao nascer aumentou dezenove anos.

No Brasil, onde se aliam incremento na esperança de vida e decréscimo na taxa de fecundidade, o número de habitantes com sessenta anos ou mais tem aumentado, em termos absolutos e proporcionais, de forma bastante significativa.

Segundo informações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua publicação Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil, editada em 2002, com base nos dados do último censo, o número de idosos passou de 10,7 milhões de pessoas, em 1991, para 14,5 milhões, em 2000. No lapso de nove anos, pois, houve um crescimento de 35,6%.

Ainda de acordo com a mencionada publicação, projeções formuladas pelo IBGE indicam que, mantidas as atuais tendências das taxas de fecundidade e longevidade do País, o número de idosos poderá superar os trinta milhões de habitantes, no ano 2020.

A relevância demográfica assumida por esse ator social coloca a Sociedade e o Estado brasileiros ante o imperativo da implementação de ações que modifiquem as formas culturais de compreensão da velhice e que, ao mesmo tempo, contribuam efetiva-

mente para a integração de contingente populacional cada vez mais expressivo.

Recordemos que alguns estudos têm mostrado como os idosos das nações contemporâneas costumam ficar à margem de esferas sociais de reconhecida importância para a vida da sociedade. Afortunadamente, ao mesmo tempo, têm-se divulgado reiteradas iniciativas que visam a proporcionar deferência social à velhice e a conferir valorização positiva às representações sociais de que as pessoas idosas são objeto.

É nesse contexto que a instituição de um dia para lembrar e celebrar o idoso ganha relevo. De fato, não há dúvida de que os eventos comemorativos dessa data contribuirão, significativamente, para disseminar as atividades sociais próprias da velhice e sensibilizar a população para a importância de tais atividades como parte da diversidade e riqueza da sociedade brasileira.

Além disso, as comemorações dessa data ganharão ainda maior repercussão e relevância ao estarem associadas às celebrações que lembram internacionalmente o dia dos idosos.

Vista a matéria do ângulo das garantias constitucionais asseguradas aos idosos, a iniciativa inclui-se entre as ações que dão cumprimento às determinações da Carta Magna que, em seu art. 230, **caput**, incumbe a família, a sociedade e o Estado o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade e defendendo sua dignidade e bem-estar.

Ante o exposto, torna-se incontestável a constitucionalidade material da proposição que assim merece a acolhida de todos quanto partilham da idéia de valorizar as pessoas idosas.

No que se refere à constitucionalidade formal, não há obstáculo que se oponha à aprovação do projeto. Tampouco há óbice quanto a sua juridicidade ou restrição à técnica legislativa de que ele se reveste.

### III – Voto

O Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001, é constitucional e regimental, bem como não apresenta problemas no que tange à juridicidade e à técnica legislativa, motivo por que somos por sua aprovação.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2003. – **Edison Lobão**, Presidente – **Serys Slhessarenko**, Relatora – **Antonio Carlos Valadares** – **Magno Malta** – **Palácio Paes** – **Sibá Machado** – **Garibaldi Alves Filho** – **José Maranhão** – **Juvêncio da Fonseca** –

**Luiz Otávio – Renildo Santana – João Batista Motta.**

### PARECER Nº 1.224, DE 2003

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Leomar Quintanilha**

#### I – Relatório

Com fundamento no art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, vem ao exame da Comissão de Educação o Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001 (Projeto de Lei nº 2.366, de 2000, na Câmara dos Deputados). De autoria do Deputado Welinton Fagundes, a proposição dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

O artigo inaugural do projeto fixa o dia 1º de outubro de cada ano para essa celebração. Seu parágrafo único incumbe os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Nacional do Idoso de promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso junto à sociedade. O art. 2º da proposta, por sua vez, estabelece a cláusula de vigência da lei.

Em sua justificação, o autor afirma ser sua intenção superar as controvérsias existentes com respeito à comemoração do dia do idoso. Segundo ele, no Brasil, tem-se celebrado a data extra-oficialmente em 27 de outubro, por ser o dia de São Vicente de Paulo, considerado pela Igreja Católica o “Pai da Caridade.”

Todavia, continua o autor da proposição, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), festeja-se internacionalmente o dia do idoso em 1º de outubro, “conforme indicado pela Secretaria de Estado da Assistência Social.”

O projeto tem o objetivo, pois, de fixar como dia do idoso a data reconhecida internacionalmente para esse fim.

No prazo regimental, a proposição não recebeu emenda.

#### II – Análise

Em todo o mundo, a população de idosos tem assumido significativa importância, principalmente em razão do contínuo aumento de seu contingente. Segundo o *Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2002, projeções formuladas por especialistas indicam que, em 2050, a população mundial de idosos alcançará 1,9 bilhão, montante equivalente ao das pessoas com idade entre zero e catorze anos.



Ainda de acordo com a citada publicação, no Brasil, considerada a continuidade das tendências das taxas de fecundidade e longevidade da população, as estimativas prevêm que, em 2020, o número de idosos excederá trinta milhões de pessoas e representará aproximadamente 15% da população brasileira.

Por isso, toma-se imprescindível o Estado redimensionar as políticas públicas voltadas para o atendimento das pessoas idosas e estruturar seus serviços para as mudanças que celeremente se aproximam. Ao mesmo tempo, é imperativo conferir novo padrão de valor às pessoas idosas, objeto de discriminação em nossa sociedade com acentuada frequência.

A proposição em exame, ao instituir nacionalmente o dia da pessoa idosa, contribuirá significativamente para aumentar a estima social dessas pessoas, uma vez que no parágrafo único de seu art. 1º, realiza e divulga eventos que valorizem os idosos, oportunidade em que certamente se difundirão as relevantes contribuições que eles propiciam à sociedade, bem como sua importância para a vida social.

Parece-nos, contudo, que a data proposta para essa comemoração não se afigura a mais adequada à tradição brasileira. De fato, em 1º de outubro festeja-se o Dia Internacional do Idoso, embora, no Brasil, há décadas, a celebração do dia do idoso transcorra no dia 27 de setembro.

Recordemos que esta Casa aprovou o Projeto de Lei do Senado nº 513, de 1999, que instituía o Dia Nacional do Idoso em 27 de setembro de cada ano. Remetida à Câmara dos Deputados 16 de dezembro de 1999, a proposição foi arquivada naquela Casa.

Entre nós, as comemorações do dia do idoso começaram em São Paulo, tendo sido celebrado pela primeira vez pela instituição de assistência social denominada *Lar de Idosos Luiza de Marillac* no dia 27 de setembro de 1963.

Essa é a data da comemoração do evento em pauta em todo o Brasil, onde os festejos têm por base, predominantemente, o costume e a tradição. Em alguns estados e municípios, porém, o dia 27 de setembro foi instituído como Dia do Idoso mediante norma jurídica. Esse é o caso do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Lei nº 3.744, de 19 de junho de 1985; do Distrito Federal, Lei nº 1.479, de 17 de junho de 1997; do Município de Belo Horizonte, Lei nº 8.082, de 22 de setembro de 2000; do Município de Ipatinga, Lei nº 1.806, de 27 de setembro de 2000; e do Município do Rio de Janeiro, Lei nº 2.373, de 9 de outubro de 1995.

Ademais, os Municípios de Belém e Porto Alegre estabeleceram legalmente a Semana do Idoso, a

ser celebrada de 21 a 27 de setembro de cada ano, mediante a Lei nº 8.084, de 12 de setembro de 2001 e o Decreto nº 8.466, de 12 de setembro de 1984, respectivamente.

Dessa forma, temos o entendimento de que a proposição em exame é oportuna, porquanto contribuirá significativamente para valorizar os idosos, contingente cuja importância social não é devidamente reconhecida pela sociedade brasileira. Julgamos, contudo, ser imprescindível corrigir a impropriedade contida pelo projeto, mediante emenda a ser oferecida pela Comissão de Educação.

### III – Voto

Em razão do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001, com a seguinte emenda:

#### EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 1º, **caput**, do Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001 a seguinte redação:

“Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Idoso, a ser celebrado no dia 27 de setembro de cada ano.”

Sala da Comissão, 2 de setembro de 2003. –  
**Osmar Dias**, Presidente – **Leomar Quintanilha**, Relator – **Flávio Arns** – **Duciomar Costa** – **Heloísa Helena** – **Hélio Costa** – **Maguito Vilela** – **Valdir Raupp** – **Gerson Camata** – **Demóstenes Torres** – **Renildo Santana** – **Reginaldo Duarte** – **Almeida Lima** – **Papaléo Paes** – **Juvêncio da Fonseca**.

#### TEXTO CONSOLIDADO – CE

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 131, DE 2001

#### Dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Idoso, a ser celebrado no dia 27 de setembro de cada ano.

Parágrafo único. Os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Nacional do Idoso ficam incumbidos de promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso junto à sociedade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – Senador **Leomar Quintanilha**, Relator.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....  
Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.  
.....

**DOCUMENTO ANEXADO NOS TER-  
MOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO,  
DO REGIMENTO INTERNO.**

**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Romeu Tuma**

**I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001 (Projeto de Lei nº 2.366, de 2000, na origem), de autoria do Deputado Wellington Fagundes, “dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso”.

O artigo inaugural do projeto fixa o dia 1º de outubro de cada ano para essa celebração. Seu parágrafo único determina que aos órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Nacional do Idoso incumbe promover a realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa do idoso junto à sociedade.

Em sua justificação, o autor afirma ser sua intenção superar as controvérsias existentes com respeito à comemoração do dia do idoso. Extraoficialmente, no Brasil, tem-se festejado a data em 27 de outubro, conquanto, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), tenha-se fixado o dia 1º de outubro para celebrar a efeméride internacionalmente, data, aliás, reconhecida como tal pelo Secretário de Estado da Assistência Social.

O projeto em exame tem o objetivo, pois, de estabelecer oficialmente como dia do idoso a data fixada internacionalmente para esse fim.

No prazo regimental, a proposição não recebeu emendas.

**II – Análise**

Em momentos diversos da história, a posição social ocupada pelas pessoas idosas tem sido matéria de variada distinção, tanto no decorrer do tempo, quanto nas diferentes sociedades humanas.

Reconhecidas, em diferentes momentos, como depositárias da sabedoria e da prudência ou como um peso para a família ou a comunidade (para distinguir dois extremos), as pessoas idosas conformam uma categoria – a velhice – que não representa apenas um fato biológico, mas, igualmente, uma identidade socialmente construída.

Alguns estudos difundidos pela mídia têm mostrado como os idosos das nações contemporâneas freqüentemente ficam à margem de esferas sociais reconhecidamente relevantes para a vida da sociedade. Afortunadamente, ao mesmo tempo, tem-se divulgado reiteradas iniciativas que visam a valorizar a velhice e a conferir relevância às representações sociais de que as pessoas idosas são objeto.

É nesse contexto que a instituição de um dia para lembrar e celebrar o idoso ganha relevo. De fato, não há dúvida de que os eventos comemorativos dessa data contribuirão significativamente para disseminar as atividades sociais próprias da velhice e para sensibilizar a população para a importância de tais atividades como parte da diversidade e riqueza da sociedade brasileira.

Além disso, as comemorações dessa data ganharão ainda maior repercussão e relevância ao estarem associadas às celebrações que lembrem internacionalmente o dia dos idosos.

Nesse sentido, a proposição é, quanto ao mérito, sem dúvida, oportuna, razão pela qual merece a acolhida de todos quanto partilham da idéia de valorizar as pessoas idosas.

No que se refere à constitucionalidade, não há obstáculo que se oponha à aprovação do projeto. Tampouco há óbice quanto a sua juridicidade ou restrição à técnica legislativa de que ele se reveste.

**III – Voto**

O Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001, é constitucional e regimental, bem como não apresenta problemas no que tange à juridicidade e à técnica legislativa, motivo por que somos por sua aprovação.

Sala da Comissão, – **Romeu Tuma**, Relator.

**PARECER Nº 1.225, DE 2003**

**Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 110/2001 (nº 3.067/2001, na origem) do Tribunal de Contas da União que encaminha cópia da Decisão nº 181/2001 (1ª Câmara), referente a Auditoria realizada no Município de Candeias (BA) relativa à aplicação dos**

**recursos recebidos a título de Royalties  
(TC nº 251.231/95-0).**Relator: Senador **César Borges****I – Relatório****I.1. Histórico**

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 110/2001, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 181/2001, (1ª Câmara), referente a Auditoria realizada no Município de Candeias (BA) relativa à aplicação dos recursos recebidos a título de **Royalties**.

O processo chegou ao Senado em 6 de agosto de 2001 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 13 daquele mesmo mês.

Em 26 de outubro de 2001 foi designado relator o Senador Ademir Andrade, que o devolveu à Comissão em 8 de março de 2002, sem relatório.

Em 11 de março de 2002 foi designado relator o Senador Valmir Amaral, que o devolveu à Comissão em 18 de março de 2002, também sem relatório.

Em 26 de fevereiro de 2003 foi designado este Senador como relator do processo.

**I.2. Análise da Matéria**

Após examinar a matéria o TCU decidiu, em Sessão de 3 de julho de 2001, o TCU decidiu acolher as razões de justificativas apresentadas pela responsável (Srª Maria Angélica Juvenal Maia de Queiroz) e mandou devolver à Prefeitura os autos dos processos que estavam sob exame.

O que se observa é que o TCU enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte dessa comissão.

Verifica-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis às espécies.

**II – Voto do Relator**

O caso em pauta, igualmente a tantos outros, conduz a uma reflexão sobre o critério adotado pelo TCU para envio de processos ao exame desta comissão.

Em nosso entendimento, matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para formação de um processo em que, simplesmente, o

TCU decide informar-nos que acordou “acolher as justificativas apresentadas pela responsável.”

Nosso parecer, portanto, é pelo não conhecimento da matéria com o consequente envio para arquivo.

Opinamos, ainda, que seja oficiado o TCU a utilizar critérios de relevância na escolha de processos a serem encaminhados a esta comissão, limitando-se apenas a causas significativas.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2003. –  
**Ney Suassuna**, Presidente – **César Borges**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Delcídio Amaral** – **Valmir Amaral** – **Efraim Moraes** – **João Ribeiro** – **Leomar Quintanilha** – **João Batista Motta**.

**PARECER Nº 1.226, DE 2003**

**Da Comissão de Fiscalização e Controle sobre o Aviso nº 55/2002, (nº 1.875/2002, na origem), do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 762/2002, relativa a Consulta formulada pelo então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Senador Waldeck Ornelas, acerca da possibilidade de se contar ou não o período de mandato eletivo como tempo de serviço público para fins de aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social. (Tc-001.99-0)**

Relator “**Ad hoc**”: Senador **João Batista Motta****I – Relatório****I.1 – Histórico**

Vem a esta Comissão de Fiscalização e Controle o Aviso nº 55/2002, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia da Decisão nº 762/2002, relativa a Consulta formulada pelo então Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, Senador Waldeck Ornelas.

Na Consulta, o Sr. Ministro solicita posicionamento do TCU sobre a repercussão previdenciária do mandato eletivo dos Congressistas oriundos de empresas públicas e sociedades de economia mista nas três esferas de Governo.

Esclarece, ainda, que a controvérsia gira em torno da possibilidade ou não de se contar o tempo de mandato eletivo como tempo de serviço público para fins de aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social, tempo em vista que já foi consagrado pelo TCU que o Instituto dos Congressistas não é regime próprio de previdência.

O processo chegou ao Senado em 31 de julho de 2002 e foi encaminhado a esta Comissão no dia 8 de agosto daquele mesmo ano.

Em 26 de fevereiro de 2003 foi designado este Senador como relator do processo.

## I.2. Análise da Matéria

Após examinar a matéria o TCU decidiu, em Sessão de 3 de julho de 2002, “não conhecer da presente consulta por não terem sido preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 216 do Regimento Interno, visto que não se trata de matéria da competência deste Tribunal.”

O que se observa é que o TCU enviou tais decisões ao Senado fundamentalmente para cumprir praxe de demonstrar ao Congresso, de forma amostral, o resultado de determinados processos que lá se originam, ainda que sem qualquer interesse por parte dessa Comissão.

Verifica-se, portanto, que não se trata de matéria sobre a qual esta Comissão tenha que tomar providências, uma vez que as determinações impostas pelo Tribunal compreendem as medidas cabíveis às espécies.

## II – Voto do Relator

O caso em pauta, com a decisão de não conhecer, insere-se no que poderíamos chamar de inútil ao objeto desta Comissão. Matérias dessa natureza não têm qualquer relevância para nossas atribuições e não deveriam chegar a esta Comissão para formação de um processo.

Em face, portanto, disto e do conteúdo da decisão do Tribunal, propomos que esta Comissão não tome conhecimento da matéria e delibere pelo envio ao arquivo do presente processo e recomende ao TCU melhorar o critério de seleção dos processos a serem encaminhados, restringindo apenas aos que demonstrem significativa relevância econômica, social, jurídica ou política.

Sala das Comissões, 6 de agosto de 2003. –  
**Ney Suassuna**, Presidente – **João Batista Motta**, Relator *ad hoc* – **Aelton Freitas** – **Duciomar Costa** – **Luiz Otávio** – **Gerson Camata** – **César Borges** – **Efraim Moraes** – **Ana Júlia Carepa** – **Delcídio Amaral** – **João Batista Motta**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Lei da Câmara nº 131, de 2001** (nº 2.366/2000, na Casa de origem), que *dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso*, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de re-

ceber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Com referência aos **Pareceres nºs 1.225 e 1.226, de 2003**, lidos anteriormente, sobre os **Avisos nºs 110, de 2001, e 55, de 2002**, a Presidência tomará as providências necessárias a fim de atender às solicitações contidas em suas conclusões.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

## REQUERIMENTO Nº 806, DE 2003

### Requer auditoria do Tribunal de Contas da União sobre as contas relativas ao Orçamento da Seguridade Social.

Com fundamento no disposto no art. 71, inciso IV da Constituição Federal, requeiro a Vossa Excelência, que, ouvido o Plenário, seja solicitada auditoria do Tribunal de Contas da União sobre as contas públicas relativas ao Orçamento da Seguridade Social, identificando suas receitas totais – inclusive as oriundas de transferência do orçamento fiscal – e suas realizações em despesas com a previdência social, assistência social e saúde de seus segurados, no setores público e privado, no exercício de 2002.

## Justificação

Não é recente a controvérsia a respeito dos dados apresentados relativos à questão previdenciária, seja no setor público seja no âmbito do regime geral da previdência social. Diversas entidades e instituições arregimentam, para suas ponderações, supostos números oficiais que, contraditoriamente, podem subsidiar argumentos pró e contra uma reformulação nos sistemas. Chega-se ao absurdo que se sobreponem teses – baseadas nas mesmas fontes – em que se chega a quantificações de déficit de 22 bilhões de reais, como, também se chega a superávit de igual grandeza; além da constatação da hipótese de saldo zero nas contas.

Assim, no momento em que se dedica à apreciação da reforma da previdência do setor público, com o principal argumento de com ela realizar-se justiça social, cobrindo gastos excessivos com quem muito recebe e dá prejuízo ao erário, e transferindo para a camada menos privilegiada.

É imprescindível que estas análises sejam sustentadas por dados verídicos. De maneira que solicito esta inspeção pelo TCU, ao menos nas contas relativas ao ano de 2002.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2003. – Senador **Pedro Simon**.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – O requerimento lido será apreciado na Hora do Expediente da próxima sessão.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 807, DE 2003**

**Requer informações ao Secretário Especial de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, da Presidência da República, acerca de patrocínio, com verba de empresas públicas, para festa de comemoração do 20º aniversário da CUT.**

Requeiro, nos termos do art. 216, 1, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 5º, § 2º da Constituição Federal, que sejam solicitadas ao Senhor Secretário Especial de Comunicação e Gestão Estratégica, da Presidência da República, informações sobre o patrocínio, com recursos dos Correios e da Caixa Econômica Federal, bem como o Banco do Brasil e a Petrobras, para as festividades comemorativas do 20º aniversário da Central Única dos Trabalhadores CUT, conforme denúncia publicada em noticiário do jornal **Folha de S.Paulo**.

#### **Justificação**

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso presente, estou solicitando esclarecimentos diante de denúncia veiculada pelo jornal **Folha de S.Paulo**, sobre o patrocínio, com verbas dos Correios e da Caixa Econômica Federal, bem como o Banco do Brasil, e a Petrobras, para as festas realizadas pela Central Única de Trabalhadores. CUT, motivando, inclusive, abertura de processo no Tribunal de Contas da União, que já dirigiu pedido de informações às empresas patrocinadoras.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para Decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, ofícios do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que passo a ler.

São lidos os seguintes

#### **OFÍCIOS DO MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR**

Nº 163/2003, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 501, de 2003, do Senador Paulo Octávio.

Nº 164/2003, de 4 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 550, de 2003, da Senadora Roseana Sarney.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2003** (nº 1.751/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás*;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2003** (nº 1.770/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada ao Governo do Estado de Goiás para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Goiânia, do Estado de Goiás*.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São os seguintes os textos encaminhados à promulgação

## TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 265, DE 2003**

**Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de comunicação – AGEKOM, para explorar ilegível serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 192, de 17 de abril de 2001, que renova por dez anos, a partir de 5 de novembro de 1994, a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGEKOM, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. –  
**Osmar Dias**, Presidente. – **Demóstenes Torres**, Relator. – **Papaléo Paes**, Relator *ad hoc*.

## TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 266, DE 2003**

**Aprova o ato que renova a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGEKOM, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere ao Decreto de 19 de setembro de 2001, que renova por dez anos, a partir de 22 de fevereiro de 2000, a autorização outorgada ao Governo do Estado de Goiás, por intermédio da Agência Goiana de Comunicação – AGEKOM, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de julho de 2003. –  
**Osmar Dias**, Presidente. – **Demóstenes Torres**, Relator. – **Papaléo Paes**, Relator *ad hoc*.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes

**PROJETO DE LEI DO SENADO  
Nº 384, DE 2003**

**Altera o art. 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 31 .....  
.....

Parágrafo único. É vedado ao partido político estabelecer contribuição obrigatória para os filiados ocupantes de cargos de qualquer natureza na Administração Pública. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Justificação**

O projeto que ora apresentamos tem por escopo coibir prática que, no nosso entendimento, constitui verdadeiro abuso por parte de partido político que intende nomear servidores não por critérios puramente técnicos, como seria recomendável, mas por critérios políticos que englobem o objetivo de exigir, para aumentar as finanças do partido, contribuição compulsória de seus filiados lotados na Administração Pública.

A postura adotada pelo Partido dos Trabalhadores no que tange à nomeação de militantes, simpatizantes ou aliados para os cargos comissionados do serviço público atinge proporções de escândalo. Segundo informações do Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República, autoridade responsável pelas nomeações no âmbito federal, estas devem somar vinte e um mil cargos, resultando para o partido uma arrecadação adicional, segundo cálculos da imprensa, de aproximadamente 30 milhões de reais por ano.

Escândalo maior é verificarmos que o mencionado Estatuto do PT, além de exigir a referida contribuição, em tabela progressiva de descontos, determina ainda que o detentor do cargo autorize o débito au-

tomático dessa contribuição e autorize o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer todas as informações ao Partido, bem como cópias dos contracheques (art. 171, §§ 3º e 4º)

É um partido político usando a máquina pública em proveito próprio. Uma forma transversa de apropriar-se de recursos de toda a sociedade.

Nenhuma forma de contribuição compulsória nos parece legítima, e de tal tipo de exigência transparece um caráter autoritário que não se harmoniza com os postulados norteadores do regime democrático, sistema que toda Nação civilizada tem por mister adotar.

Cremos que a proibição que pretendemos impor mediante o projeto por nós oferecido terá, se transformado em lei, o mérito de colaborar para o aprimoramento do Estado de Direito, sem deixar de preservar a questão da autonomia partidária, já que apenas estabelece uma norma de caráter geral, como o são as outras normas componentes da Lei dos Partidos Políticos.

Esperamos, assim, seja a iniciativa acolhida pelos nossos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2003. –  
**José Jorge.**

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 9.096,  
DE 19 DE SETEMBRO DE 1995

**Dispõe sobre partidos políticos, regulamentação dos arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal.**

O Vice-Presidente da República no exercício do cargo de Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

#### TÍTULO III

#### **Das Finanças e Contabilidade dos Partidos**

##### CAPÍTULO I

##### **Da Prestação de Contas**

Art. 31. É vedado ao partido receber, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou pretexto, contribuição ou auxílio pecuniário ou estimável em dinheiro, inclusive através de publicidade de qualquer espécie, procedente de:

I – entidade ou governo estrangeiros;

II – autoridade ou órgãos públicos, ressalvadas as dotações referidas no art. 38;

III – autarquias, empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, sociedades de economia mista e fundações instituídas em virtude de lei e para cujos recursos concorram órgãos ou entidades governamentais;

IV – entidade de classe ou sindical.

#### ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Aprovado pelo Diretório Nacional  
em 11 de março de 2001

#### TÍTULO VI

#### **Das Finanças e Contabilidade do Partido**

#### CAPÍTULO II

#### **Das Contribuições Obrigatórias**

Seção III – Da Contribuição Financeira dos Filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo

Art. 171. Filiados ocupantes de cargos executivos ou parlamentares deverão efetuar uma contribuição mensal ao Partido, correspondente a um percentual do total líquido da respectiva remuneração mensal, conforme tabela progressiva a que se refere o art. 171 deste Estatuto.

§ 3º O detentor de cargo ou função no Executivo ou Legislativo deverá autorizar o departamento financeiro da fonte pagadora a fornecer todas as informações ao Partido, bem como fornecer à tesouraria do Partido cópia dos contracheques, cópia de leis ou decretos referentes à sua remuneração.

§ 4º A contribuição financeira deve ser feita obrigatoriamente por meio de débito automático em conta corrente ou em consignação à Secretaria de Finanças da instância correspondente, mediante autorização escrita:

1. dirigida à Câmara de Vereadores, Prefeitura, Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados, para que o Partido tenha acesso à respectiva folha de pagamento;

2. outra, dirigida à instituição bancária para débito em conta e imediata transferência à conta corrente do Partido.

Art. 173. A tabela progressiva das contribuições financeiras, dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo, a ser aprovada pelo Diretório Nacional, deverá ser adotada por todas as instâncias partidárias e somente poderá ser alterada por deliberação de, no mínimo, 60% dos membros do próprio Diretório Nacional.

Parágrafo único. As contribuições a que se refere este artigo serão pagas diretamente pelo filiado à instância do mesmo nível territorial do cargo ocupado.

*(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão Terminativa)*

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 385, DE 2003

**Acrescenta § 8º ao art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e art. 22-C à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer a redução no percentual devido ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a isenção parcial da contribuição previdenciária para as empresas que contratarem trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15 .....

§ 8º Nos contratos de trabalho em que figurem, na condição de empregados, trabalhadores com idade superior a cinquenta anos, a alíquota a que se refere o **caput** é reduzida para 2% (dois por cento). (NR)”

Art. 2º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 22-C:

“Art. 22-C. As empresas que contratarem ou mantiverem em seus quadros trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade ficam isentas do recolhimento das contribuições para a Seguridade Social, relativas aos empregados que se enquadrarem nessa faixa etária.

Parágrafo único. O benefício previsto neste artigo será concedido a requerimento dos interessados, devidamente instruído com os documentos comprobatórios da ma-

nutenção ou contratação de trabalhadores na faixa etária prevista no **caput**.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao de sua publicação.

#### Justificação

O desemprego atinge diferentemente os desiguais. Ele é, junto com os elevados índices de violência, razão de preocupações para o legislador, exigindo propostas que reduzam as distorções do mercado de trabalho e que reativem a criação de vagas. Nossa preocupação, nesta iniciativa, está voltada para a condição dos trabalhadores de meia-idade.

Sem justificadas razões, o mercado vem reduzindo a absorção desses trabalhadores, trocando-os por empregados mais jovens e, quiçá, dispostos a trabalhar por menores salários. Para reduzir essa desvantagem comparativa dos trabalhadores com mais de cinquenta anos, estamos propondo a isenção de contribuições previdenciárias a cargo das empresas, nos contratos com trabalhadores nessa faixa etária, e redução também na alíquota do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Sabemos que a questão do emprego depende da retomada do desenvolvimento, que, por sua vez, depende da redução dos juros praticados no País. Algumas injustiças pontuais, entretanto, podem já ser atacadas mediante incentivos específicos. E o caso, em nosso entendimento, de conceder estímulos à contratação e a manutenção de trabalhadores com mais de cinquenta anos de idade.

Esses trabalhadores não podem nem merecem ser aliados do mercado de trabalho, pois detêm a experiência necessária à qualidade da produção e atuam inegavelmente com maior responsabilidade e interesse na continuidade do emprego. Por outro lado, no horizonte da vida desses profissionais já há a expectativa de aposentadoria, que não deve ser frustrada pelas exigências da conjuntura da produção e do trabalho.

Com a redução na alíquota do FGTS, para dois por cento, e a isenção nas contribuições sociais, relativas aos contratos que beneficiam trabalhadores na faixa etária citada, daremos às empresas uma razão relevante para evitar qualquer discriminação a eles. Trata-se de uma “discriminação positiva”, tema que atualmente é objeto de inúmeras demandas e se afigura necessária para compensar algumas desvantagens sociais e econômicas comparativas, vigentes entre os diversos grupos sociais.



De qualquer forma, a concessão de incentivos à contratação e à manutenção de empregos é positiva. Ela fornece espaço para novas contratações, com reflexos na justiça social e na cidadania dos trabalhadores. Em consequência, teremos também o aumento da produção, com aumento na disponibilidade de bens e na arrecadação de tributos e contribuições.

Nossa proposta prevê a vigência dos incentivos com início no primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao da aprovação das normas. Evitamos, desse modo, restrições quanto ao impacto das isenções no orçamento previdenciário e quanto à redução no aporte de recursos do FGTS. O lapso de tempo previsto certamente permitirá os eventuais ajustes financeiros necessários.

Por todas essas razões, esperamos contar com o apoio de nossos Pares para a aprovação de nossa iniciativa. Ela pode, sem dúvida, representar uma oportunidade de trabalho para inúmeros cidadãos de meia-idade que hoje se encontram desalentados com a falta de vagas e impossibilitados de manter uma existência digna.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2003. –  
Senador **Mozarildo Cavalcanti**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.212,  
DE 24 DE JULHO DE 1991

**Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### LEI ORGÂNICA DA SEGURIDADE SOCIAL

##### TÍTULO I

##### **Conceituação e Princípios Constitucionais**

Art. 1º .....

.....

##### CAPÍTULO IV

##### **Da Contribuição da Empresa**

Art. 22. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além do disposto no art. 23, é de:

I – 20% (vinte por cento) sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, a qualquer título, no

decorrer do mês, aos segurados empregados, empresários, trabalhadores avulsos e autônomos que lhe prestem serviços;

II – para o financiamento da complementação das prestações por acidente do trabalho, dos seguintes percentuais, incidentes sobre o total das remunerações pagas ou creditadas, no decorrer do mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos:

**a)** 1% (um por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante o risco de acidentes do trabalho seja considerado leve;

**b)** 2% (dois por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado médio;

**c)** 3% (três por cento) para as empresas em cuja atividade preponderante esse risco seja considerado grave.

1º No caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, além das contribuições referidas neste artigo e no art. 23, é devida a contribuição adicional de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) sobre a base de cálculo definida no inciso I deste artigo.

2º Não integram a remuneração as parcelas de que trata o § 8º do art. 28.

3º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social poderá alterar, com base nas estatísticas de acidentes do trabalho, apuradas em inspeção, o enquadramento de empresas para efeito da contribuição a que se refere o inciso II deste artigo, a fim de estimular investimentos em prevenção de acidentes.

4º O Poder Executivo estabelecerá, na forma da lei, ouvido o Conselho Nacional da Seguridade Social, mecanismos de estímulo às empresas que se utilizem de empregados portadores de deficiência física, sensorial e/ou mental, com desvio do padrão médio.

.....

LEI Nº 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990

**Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e de outras providências.**

Art.1º. ....

Art. 15. Para os fins previstos nesta lei, todos os empregadores ficam obrigados a depositar, até o dia 7 (sete) de cada mês, em conta bancária vinculada, a importância correspondente a 8 (oito) por cento da remuneração paga ou devida, no mês anterior, a cada trabalhador, incluídas na remuneração as parcelas de que tratam os arts. 457 e 458 da CLT, e a gratificação de Natal a que se refere a Lei nº 4.090, de 13 de julho de 1962, com as modificações da Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965.

§ 1º Entende-se por empregador a pessoa física ou a pessoa jurídica de direito privado ou de direito público, da administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que admitir trabalhadores a seu serviço, bem assim aquele que, regido por legislação especial, encontrar-se nessa condição ou figurar como fornecedor ou tomador de mão-de-obra, independente da responsabilidade solidária e/ou subsidiária a que eventualmente venha obrigar-se.

§ 2º Considera-se trabalhador toda pessoa física que prestar serviços a empregador, a locador ou tomador de mão-de-obra, excluídos os eventuais, os autônomos e os servidores públicos civis e militares sujeitos a regime jurídico próprio.

§ 3º Os trabalhadores domésticos poderão ter acesso ao regime do FGTS, na forma que vier a ser prevista em lei.

.....  
(À Comissão de Assuntos Sociais –  
Decisão Terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OFÍCIO Nº 217/03-GLPSDB

Brasília, 12 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Cumprimentando V. Exª, venho indicar o Senador Álvaro Dias para o cargo de Titular, em substituição ao Senador Leonel Pavan, na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar as sucessivas e violentas invasões de terras, praticadas pelo chamado Movimento dos Sem Terra – MST.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko, por permuta com o Senador Maguito Vilela.

A Senadora Serys Slhessarenko é do Estado de Mato Grosso do Sul, pelo Partido dos Trabalhadores.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, eu gostaria de fazer uma correção: sou Senadora por Mato Grosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – V. Exª é Senadora do Brasil, inclusive do nosso Piauí.

**A SRA. SERYS SLHESSARENKO** (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na próxima semana, possivelmente na segunda-feira ou terça-feira, faremos, nesta tribuna, um relato do III Encontro Verde das Américas, realizado no Rio de Janeiro, no qual fizemos a palestra de abertura, assim como da visita que fizemos ao Aterro Sanitário de Nova Iguaçu, pela Frente Parlamentar de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local. Farei um relato ainda de uma viagem que fizemos por países como Espanha, Holanda e Alemanha, com um grupo de companheiros brasileiros do cooperativismo de crédito. Na próxima semana, trataremos desses assuntos com profundidade.

Ontem, foi realizada uma sessão especial, no plenário do Senado da República, destinada a homenagear Salvador Allende pelos trinta anos de sua morte. Infelizmente, não pude usar da palavra e pretendo, agora, ler rapidamente meu discurso. Antes, porém, Senador Mão Santa – que preside esta sessão, que é um Senador extremamente ativo, participante, sempre presente às sessões, presidindo-as, discursando, apartando, sempre muito atento e ligado –, peço a força e o esforço de todas as Srªs e Srs. Senadores para que se consiga aprovar um requerimento de minha autoria, que tramita nesta Casa já há algum tempo, para que se tenha a realização de uma sessão especial no dia 25 de novembro, considerado o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher. Precisamos aprovar esse requerimento, Senador-Presidente, para que essa sessão se realize. Alguns dirão tratar-se apenas de mais uma sessão. Não. É mais um

compromisso que o Senado da Republica estará cumprindo e, com ele, assumindo a responsabilidade necessária para com as mulheres que sofrem tanta violência, não só no Brasil como no mundo.

Neste momento, Senador Mão Santa, em vez de ler o discurso, irei simplesmente ler uma poesia. Peço a V. Ex<sup>a</sup>, a todos os Senadores e a toda a população que me ouve – em especial, os Senadores – que prestem atenção em cada palavra, em cada linha dessa poesia, porque só prestando a atenção vão realmente compreender a gravidade da situação.

### HOJE RECEBI FLORES...

Hoje recebi flores!

Não é meu aniversário ou nenhum outro dia especial;

tivemos a nossa primeira discussão ontem à noite

e

ele me disse muitas coisas cruéis que me

ofenderam de verdade.

Mas sei que está arrependido e não as disse a

sério,

porque ele me enviou flores hoje.

Não é o nosso aniversário ou nenhum outro dia

especial.

Ontem ele atirou-me contra a parede e começou a asfixiar-me.

Parecia um pesadelo, mas dos pesadelos

acordamos e sabemos que não é real.

Hoje acordei cheia de dores e com golpes em todos

lados.

Mas eu sei que está arrependido porque ele me

enviou flores hoje.

E não é São Valentim ou nenhum outro dia

especial.

Ontem à noite bateu-me! e me ameaçou matar-me.

Nem a

maquiagem ou as mangas compridas poderiam

ocultar os cortes e golpes que me ocasionou desta

vez.

Não pude ir ao emprego hoje porque não queria

que se apercebessem.

Mas eu sei que está arrependido porque ele me

enviou flores hoje.

E não era dia da mãe ou nenhum outro dia.

Ontem à noite ele voltou a bater-me, mas desta

vez foi muito pior.

Se conseguir deixá-lo, o que vou fazer? Como

poderia

eu sozinha manter os meus filhos?

O que acontecerá se faltar o dinheiro?

Tenho

tanto medo dele!

Mas dependo tanto dele que tenho medo de o

deixar.

Mas eu sei que está arrependido, porque ele me

enviou flores hoje.

Hoje é um dia muito especial: É o dia do meu

funeral.

Ontem finalmente consegui matar-me.

Bateu-me até eu morrer.

Se ao menos tivesse tido a coragem e a força

para o deixar...

Se tivesse pedido ajuda profissional...

Hoje não teria recebido flores!

Ajudem-nos, Srs. Senadores! Ajudem-nos a descobrir o autor desse texto. Ajudem-nos realizando essa sessão especial. É uma gota d'água no oceano da violência contra a mulher, mas ela é importante. Ajudem-nos a aprovar esse requerimento, para que evitemos esse tipo de coisa.

Citarei aqui só um dado – e tenho muitos: só no meu Estado, em fevereiro de 1996, em um Município – não vou citar o Brasil, porque é mais –, foram assassinadas cinco mulheres por seus companheiros – não foi por nenhum estranho. Em Portugal – como eu disse, não vou citar o Brasil –, morrem cinco mulheres por mês vítimas de maus-tratos!

Por isso, não podemos deixar que isso continue. É uma realidade muito triste.

Para que se tenha respeito para com a mulher é básico que sintam o amor que temos para com elas, já que delas nascemos...

Lido esse poema, feitos esses comentários, eu gostaria de pedir aos Senadores presentes, ao Senador que preside esta sessão neste momento, que, na próxima semana, façamos um esforço para aprovar esse requerimento. Alguns dizem que não é da maior importância, mas podemos trazer dados. Hoje, só li uma poesia, realmente para sensibilizar, mas posso trazer dados que demonstram quão grande é a violência contra a mulher no Brasil: a violência camuflada, a violência que marca, que mata... E tão desnecessária! Para quê? Desnecessária! Somos iguais. A única diferença que faz com que essa violência se acirre contra a mulher é a força, e toda violência vinda da força tem que ser rechaçada.

Portanto, deixo este apelo para que, na próxima semana, aproveemos esse requerimento de minha autoria. E peço a sua força, Sr. Presidente, nesse sentido.

Como eu disse inicialmente, ontem não conseguí falar durante a sessão especial pelos trinta anos da morte de Salvador Allende, e faço-o agora.

Salvador Allende é lembrado pelo povo chileno como um político que nunca mentiu. Vejam só, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que lembrança bonita: Salvador Allende nunca mentiu! Nesta homenagem singela que o Senado Federal do Brasil prestou ontem, 11 de setembro de 2003, a esse herói do povo latino-americano, queremos frisar esta característica extraordinária deste líder: Salvador Allende nunca mentiu.

Na campanha presidencial de 1970, Salvador Allende anunciou que as suas primeiras medidas como presidente do Chile seriam aumentar os salários dos trabalhadores, congelar os preços dos gêneros de primeira necessidade, nacionalizar os bancos estrangeiros, estatizar a produção do cobre e os meios de comunicação e fazer uma profunda reforma agrária no seu país. Enfim, Salvador Allende se comprometeu com as reivindicações históricas do povo chileno e prometeu dar concretude a todas elas.

Essas foram as bandeiras que Salvador Allende e a Unidade Popular, que ele comandava, ergueram durante sua campanha eleitoral. E esses foram os compromissos que Salvador Allende tratou de cumprir tão logo deu início ao seu mandato, em atendimento à vontade soberana do povo chileno. Sem subterfúgios, sem mentiras, sem vacilações. Cumprindo com as responsabilidades de um mandato que nasceu sustenta-

do pelas lutas e pela organização da população chilena, Salvador Allende queria fazer a revolução dentro de uma grande estratégia de poder que caracterizou como "A Via Pacífica para o Socialismo!"

Há quem diga que Salvador Allende foi um sonhador. Dizem até alguns mais exagerados que Allende foi um sonhador irresponsável. Nosso entendimento é bem diferente. Entendemos que Salvador Allende e seus projetos ecoaram profundamente no coração do povo chileno. Por isso, foi possível a ele sustentar um projeto de governo tão corajoso como o que propôs e procurou executar.

Mas, Sr. Presidente, a história nos mostra que contra as propostas de Salvador Allende, contra aqueles sonhos de soberania que eram os sonhos da maioria absoluta do povo chileno, naquele início da década de 70, contra esses sonhos se levantaram forças poderosas, capitaneadas pelo governo norte-americano, pelos interesses excludentes representados pelo governo de Richard Nixon e do seu lugar-tenente, o premier Henry Kissinger, somando-se a todas as forças reacionárias que atuavam no Chile.

Ontem, em seu artigo no jornal **Folha de S.Paulo**, o jornalista Jânio de Freitas, que é sempre uma referência para todos nós, pela coerência de suas posições, caracteriza a trama urdida pelos Estados Unidos, pelo Presidente Nixon, pelo premier Kissinger contra o povo chileno e contra o governo de Salvador Allende como um dos grandes crimes da política americana contemporânea. Sim, senhores, um dos grandes crimes da política americana, que deve e precisa ser caracterizado como tal. Ao lembrar de Allende, não podemos calar com relação aos seus algozes, àqueles que tramaram contra a liberdade do povo chileno, que contribuíram para o desmantelamento da democracia chilena, fazendo com que aquele país mergulhasse num regime de terror dos mais virulentos que já se viu nesta América do Sul, nesta América Latina.

A trama para a derrubada de Allende, conforme hoje está fartamente documentado – ontem também e, amanhã, com certeza – foi financiada pela Casa Branca, monitorada pelo maquiavélico Kissinger e executada pelos representantes dos setores sociais que haviam perdido poder e fortuna ante as decisões revolucionárias de Salvador Allende. Foram as pressões dos Estados Unidos que, abalando a economia chilena, acabaram por inviabilizar o governo da Unidade Popular, o governo de Allende.

Da crise orquestrada pelos norte-americanos para o golpe militar foi só um passo. Em 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas e os Carabineiros,

comandados por Pinochet, avançaram sobre o Palácio de **La Moneda**. Tudo estava preparado para o assalto ao poder e para que se encerrasse de maneira trágica a experiência socialista no Chile. Allende informou aos golpistas que não renunciaria e antes de enfrentar o fogo inimigo pronunciou o seu último discurso, um documento histórico tocante.

Trabalhadores de minha pátria [disse Allende nos momentos finais de sua vida], tenho fé no Chile e no seu destino. Sigam vocês, sabendo que, mais cedo do que muitos imaginam, se abrirão as grandes avenidas por onde haverá de passar o homem livre que construirá uma sociedade melhor! Viva o Chile! Viva o povo! Vivam os trabalhadores!

Foram as últimas palavras de Allende.

Allende resistiu enquanto teve munição em sua arma. A vitória episódica de seus algozes não conseguiu, todavia, taldar a sua imagem de governante profunda e intensamente comprometido com seu povo, com a luta do povo chileno, com a luta mais ampla de todo o povo deste continente latino-americano que busca uma sociedade em que impere a justiça social.

Salvador Allende deve, sim, ser lembrado como um herói do povo chileno, como um herói de todas estas Américas tão exploradas pelas nações aqui hegemônicas, que não têm vacilado em recorrer aos crimes mais brutais, como foi o assassinato desse líder, no intuito de fazer valer seus interesses.

Lendo os jornais de ontem, vejo o professor Emir Sader fazer uma avaliação da experiência chilena, do golpe sofrido por Allende, afirmando o seguinte:

Uma transformação substancial do capitalismo requer, portanto, a combinação da luta institucional com a criação de uma grande força hegemônica alternativa, apoiada na grande massa explorada e dominada da população, associada a um projeto de transformação que atenda aos interesses dessa grande maioria e, ao mesmo tempo, promova a democracia econômica, social, política e cultural. Não basta a maioria eleitoral, mas a maioria política, social e cultural tem que se expressar também no plano institucional e eleitoral, para ganhar espaços fundamentais para o grande processo transformador da sociedade.

É evidente que a falta de uma melhor articulação entre os povos que, na América Latina, lutavam e lutam pela sua soberania diante das grandes nações hegemônicas, facilitou e facilita que ocorressem e ocorram tragédias como as que vitimaram o governo de Allende e se manifestaram também aqui mesmo no Brasil com o golpe de 64, na Argentina, no Uruguai, na Guatemala, no Peru e em tantos outros países deste continente até recentemente tão amaldiçoado pelos golpes militares. Felizmente, já são de triste memória, mas precisam ser lembrados para que jamais voltem a imperar na nossa América e em país algum. Estão aí diante de nós as inquietações por que passam a Colômbia e a Venezuela como permanentes fatores de intranquilidade.

A lição que nos fica do golpe contra Allende deve nos impor a necessidade de fortalecemos os elos que, dentro das nações deste continente, sustentam as experiências democráticas que hoje se multiplicam em nossa região. Precisamos fortalecer aquelas iniciativas, como no caso do Mercosul, que apontam para uma profunda solidariedade econômica, política e cultural entre os povos da América do Sul e da América Latina. Precisamos ter claro quais são nossos amigos e quais são nossos interesses. Precisamos ter claro qual é o nosso lado.

Neste 11 de setembro de 2003, devemos recordar a figura de Salvador Allende como um referencial de dignidade e como uma personalidade que sacrificou a sua própria vida, acreditando que a miséria e a exploração precisam ser banidas do dia-a-dia de todos os povos para que, aí, possamos, sim, falar em justiça, falar em liberdade e lutarmos, como tanto sonhou esse brilhante brasileiro que foi o nosso Diplomata Sérgio Vieira de Mello, na afirmação e na existência de uma só raça, a raça humana, vivendo em espírito de harmonia e solidariedade. Aqui, a nossa homenagem profunda e o nosso respeito profundo a Sérgio Vieira de Mello. Tenho certeza de que, à medida em que mantivermos viva a memória de Salvador Allende e de sua luta, teremos muito mais motivação para construirmos esse futuro de dignidade.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, esta singela homenagem, reproduzo aqui o poema que o poeta Mário Benedetti dedicou à memória de Allende:

Allende

Para matar o homem da paz  
para golpear seu semblante livre de  
pesadelos

tiveram que converter-se em pesadelo.  
Para vencer o homem da paz  
tiveram que reunir todos os ódios  
além dos aviões e dos tanques.  
Para abater o homem da paz  
tiveram que bombardeá-lo, transfor-  
má-lo em chama,  
porque o homem da paz era uma forta-  
leza.  
Para matar o homem da paz  
Tiveram que desencadear a fúria da  
guerra.  
Para vencer o homem da paz  
e calar sua voz modesta e penetrante  
tiveram que empurrar o terror até o  
abismo  
e matar mais, para continuar matando.  
Para abater o homem da paz  
tiveram que assassiná-lo muitas vezes  
porque o homem da paz era uma forta-  
leza,  
Para matar o homem da paz  
tiveram que imaginar que era uma mul-  
tidão,  
uma armada, uma tropa, uma brigada.  
Tiveram que acreditar que era um ou-  
tro exército,  
mas o homem da paz era tão-somente  
um povo  
e tinha em suas mãos um fuzil e um  
mandato  
e eram necessários mais tanques,  
mais rancores  
mais bombas, mais aviões, mais injúrias  
porque o homem da paz era uma forta-  
leza.  
Para matar o homem da paz  
para golpear seu semblante livre de  
pesadelos  
tiveram que converter-se em pesadelo.  
Para vencer o homem da paz  
tiveram que afiliar-se sempre à morte  
matar e matar mais para continuar ma-  
tando  
e condenar-se à solidão blindada  
Para matar o homem que era um povo  
Tiveram que ficar sem o povo.  
Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Nobre Se-  
nadora Serys Slhessarenko, o requerimento de V. Ex<sup>a</sup>  
para a realização de sessão solene do Congresso já  
tem a concordância da Mesa da Câmara dos Deputa-  
dos, de forma que faremos publicar o referido requeri-  
mento para que conste dos Anais, caso a sessão não  
venha a se realizar por motivos da agenda do Con-  
gresso Nacional. Mas quero dizer que há um avanço,  
pois o Presidente da Câmara dos Deputados, Depu-  
tado João Paulo da Cunha, encaminhou ofício ao Pre-  
sidente José Sarney sugerindo o dia 25 de novembro  
próximo e ainda indicou as Deputadas que represen-  
tarão a Câmara: Deputadas Laura Carneiro e Jandira  
Feghali.

Outrossim, estamos solidários a V. Ex<sup>a</sup> na defesa  
da mulher. Ontem, esta Casa conheceu seu projeto que  
visa estabelecer o ano de 2004 como o ano de homena-  
gem à mulher. E como Deus escreve certo por linhas  
tortas, houve uma obstrução inteligente do Líder do  
PSDB, que quis demonstrar ao Governo que esta Casa  
é soberana e, portanto, ele usará todos os artifícios regi-  
mentais para que o Governo seja sensível no sentido de  
que não faça reformas apressadas, mas que realmente  
beneficiem o povo e a sociedade brasileira.

São os seguintes o ofício recebido e o  
requerimento da Sra. Serys Slhessarenko:

SGM/P 1781

Brasília, 29 de agosto de 2003

Exmo. Senhor  
Senador José Sarney  
Presidente do Senado Federal  
Nesta

Senhor Presidente,

Em resposta ao Of. nº 416/2003-CN, informo  
a Vossa Excelência que a Câmara dos Deputados  
concorda com a realização da sessão solene do  
Congresso Nacional destinada a comemorar o Dia  
Internacional para Eliminação da Violência Contra  
a Mulher, a realizar-se no dia 25 de novembro pró-  
ximo, às 10 horas e indico as Deputadas Laura  
Carneiro e Jandira Feghali para falarem como ora-  
doras na referida sessão.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência  
minha expressão de apreço e consideração. – Depu-  
tado **João Paulo Cunha**, Presidente da Câmara dos  
Deputados.

**REQUERIMENTO Nº , DE 2003****Requer a convocação de Sessão Especial conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher**

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Art. 199 do Regimento Interno, combinado com o Art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial, conjunta (Câmara e Senado) no dia 25 de novembro de 2003, às 10:00 horas, para comemoração do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

**Justificação**

Esta solicitação justifica-se no sentido de demonstrar que o Parlamento Brasileiro reafirma sua disposição de envidar esforços contra todas as formas de violência de gênero, em busca de uma sociedade mais justa e harmônica.

Sala das Sessões, de 2003. – **Serys slhessa-renko – Tião Viana – Geraldo Mesquita – Fátima Cleide – Eduardo Suplicy – Sibá Machado – Romeu Tuma – Aloízio Mercadante – José Agripino – Pedro Simom.**

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, do Estado de Roraima.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte recurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há poucos dias, o Brasil inteiro assistiu, por intermédio da televisão, à marcha dos prefeitos, aqui em Brasília, para sensibilizar os Deputados no que tange à reforma tributária que ainda está na Câmara dos Deputados. Fizeram isso de maneira pacífica, mostrando à Nação uma realidade que muitos teimam em desconhecer: é no Município que o cidadão mora – na rua tal, nº tal e bairro tal – e é lá onde estão os problemas de saúde, educação, transporte, moradia. Assim, são os vereadores e os prefeitos os primeiros a serem alcançados pelo cidadão comum quando há problemas de qualquer natureza.

No entanto, a grande imprensa nacional faz uma defesa tão violenta e inconcebível da União Federal, do Governo Federal, como se só houvesse problemas nos Municípios. Leio articulistas importantes que falam sobre grotões, fazendo referência aos Municípios do interior do Brasil; sobre o obscurantismo do Nor-

deste, Centro-Oeste e Norte, com um complexo de superioridade que não cabe mais em uma democracia que busca ser igualitária e eliminar as desigualdades regionais. Mas isso tem que começar pelos Municípios. Não é possível eliminar as desigualdades, se continuarem existindo Municípios paupérrimos pelo Brasil afora. Aliás, não é apenas o Norte, Nordeste e Centro-Oeste que têm Municípios pobres; tenho ouvido Senadores de grandes Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais reclamarem que seus Municípios não são bem assistidos.

Penso, portanto, que deveria haver uma inversão dos recursos na pirâmide, ficando a maior parte nos Estados e Municípios e a menor na União, no Governo Federal, que teria apenas o papel de elaborar e supervisionar a execução das políticas de saúde, educação, moradia, etc. Alguns órgãos, como o Incra, são donos de terras em todos os Estados, assim como o Ibama e a Funai. Na verdade, portanto, o Governo Federal detém grande parte das terras neste País. Precisamos, pois, mudar essa realidade. E o Senado, como a Casa dos Estados, que, por sua vez, são compostos pelos Municípios, precisa inverter essa situação e dar aos Municípios condições de melhor gerirem os recursos que recebem e, além disso, terem uma melhor assistência por parte dos Estados e do Governo Federal. Não se pode colocar o Município, o vereador ou o município como os vilões da história.

Por isso, Sr. Presidente, o meu pronunciamento na manhã de hoje é exatamente sobre essa sensação que considero boa, que não está, por assim dizer, dispersa no ar, não está solta como um aroma, como um calor, uma brisa. Não! Os indícios dela, ainda que se revelem com lentidão, são cada vez mais claros, mais palpáveis, mais concretos. Ela me aparece, por vezes, quando leio os jornais, quando visito o interior do meu Estado, quando converso com outros Senadores, ou com personalidades do mundo político e empresarial que trazem notícia dos seus próprios Estados.

Tal sensação é a do surgimento dos Municípios no cenário político e administrativo nacional. E não digo *ressurgimento*, porque considero que os Municípios nunca foram fortes entre nós – estou excetuando, naturalmente, os Municípios representados pelas capitais dos Estados. Refiro-me, sim, aos mais de cinco mil Municípios brasileiros do interior do País, das faixas litorâneas, mesmo aquelas mais próximas dos grandes centros, mas que nem por isso deixam de ser pequenos. E aqui quero dar uma ênfase aos Municípios da faixa de fronteira deste imenso Brasil.

Curiosamente, o problema não está constitucionalmente afeito às competências municipais, mas tem motivado uma ação política e administrativa mais incisiva por parte das prefeituras e dos prefeitos: é o problema do desemprego, que é dramático e, nos últimos anos, tem atingido patamares que, até então, eram desconhecidos pelos brasileiros.

O desemprego é um mal que, hoje, se alastra por todo o território brasileiro. Não faz distinção entre grandes, médias ou pequenas cidades. A economia está estagnada, não cresce. O setor público não pode gastar por estar constrangido pela pesada dívida pública e pela necessidade de honrar minimamente o serviço dessa dívida.

Em decorrência dessa conjuntura, há atualmente, no País, oito milhões de desempregados – penso até que este número já está ultrapassado, Sr. Presidente. A taxa de desemprego aberto, calculada pelo IBGE nas principais regiões metropolitanas, chegou a 13% da população economicamente ativa, em junho.

Nesse contexto, muitas prefeituras têm se visto obrigadas a dar alguma resposta a seus munícipes no que se refere a iniciativas de geração de emprego e de renda. Isso, apesar de os Municípios não disporem dos instrumentos de política econômica, que ficam sob responsabilidade da União, isto é, do Governo Federal. Isso, apesar de não disporem do instrumental institucional e financeiro de que dispõem as Secretarias Estaduais do Trabalho. Aliás, o cidadão comum, o eleitor, não distingue, com clareza, de que unidade federativa é a competência para tal ou qual ação em determinada área. Chega-se ao ponto, Sr. Presidente – V. Ex<sup>a</sup> que é médico –, de se discutir se o mosquito da dengue é municipal, federal ou estadual. O Governo Federal colocando a culpa no prefeito; e o prefeito colocando a culpa no Estado. Imagine, então, como fica o cidadão comum do Município, que tem problemas e quer vê-los resolvidos. E a autoridade mais próxima de quem pode cobrar é, sem dúvida nenhuma, o prefeito.

Então, por conta principalmente do aumento de desemprego e da pressão dos munícipes, vários prefeitos, com muita criatividade, com muito empenho, em muitos Municípios, situados em vários Estados brasileiros, têm saído a campo para fazer o possível com os recursos com que podem contar. A mentalidade de esperar do Governo Federal, de esperar do Governo Estadual, a mentalidade segundo a qual os Municípios são meros receptores de políticas públicas de iniciativa da União e dos Estados vai cedendo lugar, paulatinamente, a uma nova mentalidade, segundo a qual os Municípios devem ser agentes de seu

próprio desenvolvimento. Tudo na medida do possível, é claro.

São programas de incentivo ao cooperativismo, de treinamento profissional, de economia solidária. Há, inclusive, prefeituras usando parte do orçamento municipal para montar programas de microcrédito.

Sr. Presidente, quero apenas acrescentar que espero muitos bons efeitos dessa vitalização dos Municípios, do despertar das administrações municipais para o relevantíssimo papel que têm a desempenhar no regime federativo brasileiro.

O povo brasileiro, ao longo de sua história, tem-se caracterizado por certa apatia em relação à vida e aos negócios da sua comunidade. Costumamos dar muito mais atenção às questões de abrangência nacional do que àquelas localizadas, as questões do dia-a-dia da esfera municipal, que afetam a rotina do cidadão, que têm efeito direto e imediato sobre a sua vida. Em outros povos, como o norte-americano, faz-se amiúde críticas no sentido oposto: de que são tão absorvidos em suas comunidades locais, que prestam escassa atenção ao que ocorre em seu país e no mundo. Quer dizer, o cidadão vive tão em função dos seus problemas municipais que fica desatento aos problemas nacionais e mundiais, o que é mais lógico. Seja como for, o que não se pode criticar nos norte-americanos é a falta de vitalidade cívica.

A mim me parece que muitas das virtudes cívicas estão ligadas a essa capacidade de participar da vida da comunidade local, de cobrar das autoridades municipais, mas também de contribuir com a quota de que cada um é capaz. É esse interesse no Município, na cidade, no bairro, que vejo, cada vez mais, crescendo no seio de nosso povo.

Tomei o desemprego, que é a questão urgente do momento, que efetivamente tem mobilizado as prefeituras, como exemplo de um problema que tem empurrado vários Municípios para o caminho da ação. Mas esse movimento que estou tentando descrever vai mais além dessa ou de outra questão; é uma tendência de comportamento político.

Tenho expectativa de que o papel desempenhado pelos Municípios possa crescer ainda mais. No dia em que resolvermos fazer uma reforma fiscal no Brasil, com a redefinição da divisão do bolo tributário entre os entes da Federação e com redefinição de atribuições públicas, espero que maior parcela tanto de recursos quanto de responsabilidades seja destinada aos Municípios, porque, hoje, só estão sendo atribuídas responsabilidades. Há até sorteio para fiscalizar Municípios, mas não para fiscalizar instituições que recebem dinheiro do serviço público ou para fiscalizar



ONGs que foram ao Presidente pedir facilidades para obter recursos públicos sem burocracia.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª me concede um aparte?

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Já lhe darei o aparte, Senador Maguito Vilela.

É preciso, sim, Sr. Presidente, darmos, no Senado, uma virada nessa questão, colocando o Município em primeiro lugar, os Estados em segundo lugar e a Federação em último lugar.

A Federação deve ocupar, sim, o lugar de fiscalizadora, normatizadora das políticas, responsável pela unidade nacional, pela soberania nacional, mas nunca a de executora de obras municipais e de obras estaduais. Esse deve ser o papel do Município. Espero que, no dia em que fizermos a reforma tributária adequada, possamos dar a feição de que o Município precisa.

O Município deveria ser a escola cívica de todos os brasileiros, o lugar onde aprendemos a fazer política no sentido amplo, a conviver com nossos concidadãos, a exigir o que é nosso, a ceder o que não nos pertence, a repartir, a somar esforços, a evoluir moral e politicamente.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Maguito Vilela.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitei este aparte porque entendo que o pronunciamento de V. Exª é muito importante, momentoso e extremamente atual. Estamos discutindo a reforma tributária para todo o País. Os Municípios brasileiros têm de ser realmente contemplados para poderem resolver ou minimizar seus problemas. V. Exª disse bem: todos os problemas do Brasil residem nas cidades brasileiras. E os prefeitos não têm como resolvê-los, porque recebem minguados recursos para administrar os seus respectivos Municípios. Eu fiz o primeiro pronunciamento, neste Senado, antes mesmo da reforma, chamando a atenção do País para este fato. Se quisermos resolver os problemas do País temos que dar condições a todos os prefeitos brasileiros de resolver os problemas de seu Município. Dando condições a todos os prefeitos, os problemas dos Municípios serão resolvidos e, conseqüentemente, os do Brasil: habitação, esgoto, água tratada, asfalto, energia elétrica, educação, saúde e segurança pública. Se cada prefeito resolver os problemas da sua cidade, o Brasil terá todos os seus problemas resolvidos. É isso que precisamos entender. V. Exª chama a atenção para um fato importantíssimo: uma obra para o Governo Federal custa X, para o Go-

verno Estadual quase o mesmo X, mas para o Governo Municipal é a metade de X. Qualquer Prefeito faz qualquer obra pela metade do valor gasto pelo Estado ou pela União. Então, é uma forma de baratear custos, resolver problemas e gerar empregos nos Municípios. V. Exª está de parabéns pelo importante pronunciamento que faz. Temos que fazer uma reforma tributária que contemple os Municípios e tire os prefeitos dessa situação caótica de administração pública. Há poucos dias, vieram a Brasília milhares de prefeitos para denunciar a situação difícil em que se encontram quase todas as prefeituras. É lógico que as prefeituras das capitais e das grandes cidades não estão tendo tantos problemas quanto as de Municípios de pequeno e médio porte. Parabéns pelo seu pronunciamento!

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Senador Maguito Vilela, agradeço a V. Exª pelo aparte. V. Exª tem experiência administrativa, foi governador do importante Estado de Goiás e conhece de perto os problemas dos Municípios. Aliás, todo cidadão os conhece, porque mora no Município. O que falta é a sensibilidade política e técnica para mudar esse quadro e, efetivamente, inverter a prática da União de concentrar tudo em suas mãos, colocando os prefeitos reféns de convênios.

Tenho a esperança fundada de que o Presidente Lula promoverá essa mudança, levando os programas para as prefeituras, descentralizando a administração, fazendo com que este seja um País municipalista. Assim, poderemos viver de forma diferente, fazendo com que desapareça essa pecha de que quase todo prefeito – para não dizer todo – é ladrão, que é na prefeitura que estão os problemas, quando sabemos que os grandes rombos com o dinheiro público foram feitos nas grandes obras executadas pelo Governo Federal.

É preciso mudar essa realidade. Tem até uma música do Raul Seixas, para mostrar como a vida de prefeito é realmente sofrida. Não se ouve falar muito em matar Governador ou Presidente, mas Prefeito, de vez em quando, se tem notícia. O Raul Seixas tinha uma música que dizia: “Mamãe, eu não quero ser Prefeito, pode ser que eu seja eleito e alguém pode querer me assassinar”.

Sr. Presidente, vamos juntos mudar essa realidade, para que as Prefeituras, os Municípios, e os munícipes principalmente, passem a ser mais respeitados neste Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – A Presidência se solidariza com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, em respeito àquele que entendemos ter a maior importância como instrumento da administração do nosso País, a figura do Prefeito. A ele o nosso respeito, o nosso apoio e a nossa solidariedade.

Concedemos a palavra ao Senador Maguito Vilela, do PMDB de Goiás.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, assomo esta tribuna para abordar dois temas que considero relevantes: um diz respeito à participação do meu Estado nos últimos Jogos Pan-americanos; e o outro, sobre as reformas que estão em andamento no nosso País.

O Brasil teve este ano sua melhor participação nos Jogos Pan-americanos em toda a sua história. Ao todo foram 123 medalhas, sendo 28 de ouro, o que nos garantiu a honrosa quarta posição geral nos jogos, realizados em Santo Domingo, na República Dominicana.

Foi uma exibição grandiosa do talento dos atletas brasileiros e um sinal claro da nossa evolução dos esportes olímpicos, que datam de mais de um século.

O desempenho do Brasil este ano superou a nossa última participação, há quatro anos, no Canadá, que já havia sido vitoriosa, com a conquista de 101 medalhas.

Quero registrar nesta tribuna a participação excepcional que os atletas goianos tiveram nessa conquista brasileira. Dos dez representantes de Goiás na delegação do Brasil, oito conquistaram medalhas, além de um honroso quarto lugar na luta livre da atleta Juliana Borges.

Um a um, quero homenagear os goianos que brilharam em Santo Domingo, honrando o nome do Brasil e do nosso Estado: Dr. Luiz Miguel Estevão de Oliveira, dirigente da CBF e chefe da delegação da Seleção Feminina de Futebol, que conquistou a medalha de ouro, um homem que tem prestado relevantes serviços ao esporte brasileiro, tendo sido inclusive presidente da Federação Goiana de Futebol; Rafael Alarcon, medalhista de prata no **squash** por equipe; Janildes Fernandes, ciclista, medalha de prata na prova de estrada; Carlos Jayme, nadador, medalha de ouro no revezamento quatro por duzentos livre; Bruno Bonfim, também atleta da nataçao, medalha de bronze nos 400 metros livre; Flávia Alvarenga, medalha de bronze no pólo aquático; o jogador de vôlei Dante, medalhista de bronze; o treinador Paulo Gonçalves, medalha de ouro no futebol feminino e Jorcelino Fer-

reira, preparador físico da seleção feminina de futebol.

Registro também a minha homenagem ao atleta Genilson Junior, maratonista, que acabou não completando a prova em função de uma contusão no pé.

São todos eles atletas de uma geração vitoriosa, que tem elevado o nome do Brasil no esporte mundial. Em nome de toda a população de Goiás, dos Parlamentares, do Senado Federal, as nossas homenagens e os votos de que as conquistas do Pan-americano sejam apenas o ensejo para novas vitórias.

Sr. Presidente, após ter homenageado os atletas goianos, falarei sobre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, órgão subordinado ao Ministério do Planejamento, que acaba de divulgar um amplo estudo comprovando que a redução da criminalidade no Brasil passa, necessariamente, pela redução das desigualdades sociais. Sem reduzir as desigualdades sociais, não vamos reduzir a criminalidade no nosso País.

A partir de uma base de dados de 1999, o IPEA fez uma projeção que vai até o ano de 2006. No Estado de São Paulo, por exemplo, mesmo que haja um aumento anual de 4% na renda **per capita**, em 2006 haverá 32% de assassinatos a mais que no ano passado, supondo que o quadro de desigualdade social não mude.

A conclusão principal do estudo, coordenado pelos pesquisadores Daniel Cerqueira e Waldir Lobão, especialistas nesse tema, é de que nem um aumento significativo dos investimentos nas forças de segurança nem o crescimento econômico diminuirão o medo que ronda as nossas casas. O caminho único para reduzir a violência é a criação de condições dignas de vida para aqueles que estão na base inferior da pirâmide social.

Os resultados desse importante estudo vieram à tona por meio de uma bem construída análise do historiador Luiz Felipe de Alenastro, articulista da revista **Veja** e devem servir de alerta e orientação a governantes de todos os níveis – municipal, estadual e federal. A construção de uma sociedade segura está no tratamento que se dê aos mais necessitados e nas condições que se criem para que essas pessoas possam ascender socialmente.

O estudo do IPEA serve para calar os críticos das políticas sociais que o Governo do Presidente Lula vem adotando, no qual o Fome Zero é apenas uma pequena parte. O projeto social do Governo passa pelas reformas que estão em tramitação no Congresso Nacional, que visam, sobretudo, promover a

justiça e a igualdade, especialmente no caso da reforma da Previdência.

É importante registrar que a Câmara dos Deputados e o Senado Federal estão cumprindo sua parte, ao discutir exaustivamente essas reformas, que serão a base para o salto de qualidade social que o País poderá dar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero, com muito orgulho, dizer que, em 1994, iniciamos, em Goiás, um trabalho nos moldes dos que estão sendo feitos agora pelo Governo Federal, não só com a distribuição de 150 mil cestas de alimentos de 28 kg, todos os meses, por quatro anos, como também com a distribuição de 92 mil litros de leite pasteurizado, todos os dias, em todas as cidades goianas.

E a esses programas de distribuição de leite, pão, alimentos e construção de casas para os mais pobres – que foi também base dos trabalhos do nosso Governo na área social – estavam associados programas de saúde e educação.

Apresentarei alguns dados que considero relevantes, referentes ao período do meu Governo em Goiás, e que estão registrados no IBGE: o maior número de crianças vacinadas foi o de Goiás, durante os quatro anos – a maior média nacional em vacinação de crianças, atingindo quase 100%, porque, quem não vacinava as crianças, não recebia a ajuda do Governo.

A frequência escolar era outra exigência do nosso Governo naquela época. Todas as famílias, para receberem os benefícios, teriam que, mensalmente, apresentar a frequência dos alunos – não era a matrícula, mas a frequência dos alunos. E, com muita responsabilidade, quero dizer que aquela atitude gerou o maior número de crianças nas escolas durante os quatro anos. Podem verificar na história, podem verificar nos dados do IBGE e podem verificar nos institutos de pesquisa. O maior número de frequência de crianças pobres nas escolas, de 1994 a 1998, foi registrado no Estado de Goiás: 96%, bem acima da média nacional, que foi em torno de 91% a 92%.

Outro dado importante: de 1994 a 1998, o Estado de Goiás era um dos mais seguros deste País, o que registrava menos violência. Isso vem atestar o que o Ipea acaba de dizer: é necessário ir à base da pirâmide; é preciso ajudar os famintos, os miseráveis, os que não têm casa, os que não têm emprego, a fim de reduzir a criminalidade e melhorar o nível do povo, dos excluídos da sociedade.

Eu tive essa visão de forma muito clara e, naquela época, destinei 6% do Orçamento só para os

mais necessitados. Com 6% do Orçamento de Goiás, matávamos a fome de milhares de pessoas, construíamos casas para os menos favorecidos, construíamos casas e ajudávamos na alimentação de milhares de pessoas com cestas de alimentos, com pão e leite.

Recebi as mesmas críticas que o Presidente Lula recebe hoje: assistencialismo. Nada disso! A fome não espera medidas estruturais, a fome suga a vida das pessoas gradativamente, e não podemos esperar que isso aconteça. É lógico que, paralelamente às medidas emergenciais, tem que haver medidas estruturais, para que amanhã o País não tenha que distribuir ajuda em forma de alimento, dinheiro ou outras maneiras. Portanto, é preciso tomar medidas emergenciais e estruturais.

Enganam-se aqueles que entendem que não devemos tomar medidas emergenciais, aquelas que socorrem os que estão no fundo do poço. É por isso que o Brasil está vivendo momentos terríveis de violência, de desesperança; mas, com o Governo Lula, reacendem-se as esperanças, por se tratar de um homem honesto, um homem correto, um homem idealista, um homem que veio das camadas pobres e das camadas sofridas da nossa população, como a maioria de todos nós, que viemos das camadas mais sofridas. Quando chegamos ao poder, não podemos jamais nos esquecer das nossas origens; não podemos jamais deixar de voltar as nossas atenções, as nossas vistas para os menos favorecidos. O Brasil só terá uma democracia plena, só terá importância no contexto internacional a partir do momento em que realizar a justiça social.

Ninguém veio ao mundo para passar fome, e ainda há muitas pessoas que passam fome; ninguém veio ao mundo para não viver em uma casa, ainda que humilde, com sua família; ninguém veio ao mundo para viver sem saúde, sem educação, sem oportunidade de trabalho.

Por isso temos que insistir – e muito – na geração de empregos. Há quantos anos o País está parado, está estagnado, não gera empregos para uma multidão que chega ao mercado de trabalho e que não encontra meios de sobrevivência para satisfazer as necessidades da sua família.

O Senado da República e o Congresso Nacional têm que estar muito atentos para os fatos. Temos que corrigir primeiro a base da pirâmide; precisamos acudir primeiro quem passa fome, quem não tem casa para morar, quem não tem emprego para satisfazer as exigências da sua família. Temos que procurar, sem dúvida nenhuma, ajudar quem realmente precisa.

Temos que mudar o eixo do Brasil, que já ajudou demais os banqueiros, os milionários, que sempre ajudou aqueles que nunca precisaram de ajuda e que nunca ajudaram os pobres. Há 500 anos, o Brasil vem sendo injusto com os pobres. É preciso mudar o eixo da história; é preciso ajudar quem realmente precisa, com investimentos em saúde, educação, segurança pública e habitação.

Há quantos anos ouvimos falar em déficit habitacional, problema aparentemente fácil de ser resolvido, mas que não resolvemos. Esta situação gera o quadro horrendo a que estamos assistindo: os pobres morrendo de fome, e os ricos morrendo de medo.

Precisamos mudar a nossa história, e quero patentear a minha confiança no Governo Lula no sentido de resgatar realmente a imagem correta que deve ter o nosso País, de um País justo, humano, solidário, orgulho de todos os seus filhos.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, por cessão do Senador Augusto Botelho.

A Senadora Fátima Cleide é do Estado de Rondônia pelo Partido dos Trabalhadores.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao iniciar o meu pronunciamento, quero externar a minha satisfação de poder estar aqui, depois de um acidente de que fomos vítimas nesta semana o Senador Sibá Machado e eu. Houve um violento acidente fluvial nas águas do rio Solimões, e sinto necessidade de esclarecer ao povo de Rondônia e ao povo brasileiro o que de fato aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Peço permissão para interromper a Senadora Fátima Cleide para convidar o Senador Maguito Vilela a assumir a Presidência, porque, logo após o discurso da Senadora Fátima Cleide, quero prestar uma homenagem ao maior dos brasileiros. Quis Deus que estivesse aqui a maior riqueza do Brasil: Juscelino Kubitschek. Hoje é o seu aniversário.

Obrigado, Senadora.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Como eu dizia, Sr. Presidente, a nossa missão, a do Senador Sibá Machado e a minha, pelo Estado do Amazonas, diz respeito ao projeto que estamos defendendo de que os grandes empreendimentos, principalmente na área do setor energético, na Amazônia,

não se reduzem à discussão de um Estado ou outro para se saber onde residirá o empreendimento.

Nesse sentido, estamos discutindo vários projetos, como as hidrelétricas de Belo Monte, as do rio Madeira, o gasoduto Urucu/Porto Velho, Coari/Manaus.

Na oportunidade, em função de uma audiência realizada ontem – à qual não pude comparecer em função do acidente – pela Subcomissão da Amazônia nesta Casa e pela Comissão da Amazônia na Câmara Federal na minha cidade de Porto Velho, fomos convidados pela Petrobras a conhecer, juntamente com uma comitiva do movimento social, as instalações da base de Urucu.

O acidente ocorreu em frente ao terminal Solimões, mas felizmente não houve vítimas. Apenas o Senador Sibá Machado se machucou e está sob cuidados médicos em casa, e a Secretária de Administração do Município de Coari está internada em Manaus.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, venho à tribuna especialmente para saudar o encontro que se dará em Brasília a partir deste domingo. Refiro-me a um acampamento que deverá sustentar uma agenda de manifestações do movimento social mobilizado por segurança alimentar com equilíbrio socioambiental.

Esse acampamento reúne representantes de diversas organizações, a maioria delas ligadas ao Via Campesina, um movimento que congrega médios e pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. São elas: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Produtores (MPA), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da região Sul (FETRAF-Sul). Além dessas, outras organizações da sociedade civil, tais como: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), Rede Ecovida, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Greenpeace, e diversos sindicatos e associações.

Este evento é especialmente bem-vindo porque se realiza no momento em que, sob a pressão de fatos consumados de graves proporções, se definem políticas e legislação sobre a produção e consumo de

organismos modificados ou transgênicos no Brasil. Oportunidade digna de celebração, porque constitui fórum programado para durar um mês, junto a este Parlamento, à sede central do Governo e aos órgãos máximos da Justiça de nosso País.

É digno de celebração também o fato de a sociedade brasileira, de mãos dadas com o mundo, ter produzido debate tão qualificado sobre questões tão recentes e sofisticadas, no seio do movimento organizado nas cidades, nos campos e nas florestas.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, os produtos transgênicos são já uma realidade no mercado mundial, principalmente na produção e no consumo de alimentos, medicamentos, ciências médicas e biológicas.

As empresas que dominam essas áreas do mercado mundial, há décadas têm estado vantajosamente instaladas também no mercado brasileiro – das sementes e insumos agropecuários, do melhoramento genético, das drogas mundialmente difundidas e da tecnologia de apoio à medicina em geral.

São elas a Monsanto, a Aventis, a Syngenta, a Basf e a Dupont, sendo que só a Monsanto controla 62% dos cultivos de soja em todo o mundo. E é sua hegemonia que agora pressiona por espaço no Brasil também para sua produção transgênica.

Sabe-se que a pesquisa científica em geral há muito se desenvolve sob o patrocínio do capital concentrado em poder de grandes empresas multinacionais. No Brasil, mesmo as instituições governamentais de pesquisa não contam com recursos suficientes para custear a pesquisa nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela) – Senadora Fátima Cleide, gostaria de interrompê-la por um minuto, também antes que o brilhante Senador Mão Santa faça o seu discurso homenageando os 101 anos do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, para registrar a presença do Centro de Ensino Fundamental Queima Lençol, de Sobradinho, que muito nos honra com a sua visita.

Às professoras e aos alunos, os agradecimentos do Senado da República. Obrigado.

Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide.

**A SRA. FÁTIMA CLEIDE** (Bloco/PT – RO) – Então, em função de as instituições governamentais de pesquisa não contarem com recursos suficientes para custear a pesquisa nacional, há toda sorte de convênios e parcerias firmados entre agentes públicos e de capital privado na prática científica que aqui tem se realizado.

Assim, o Brasil de agora, que priorizou a segurança socioambiental em diretrizes amplamente anunciadas, se vê pressionado a investir em tecnologia para produção de transgênicos, sob a lógica das empresas transnacionais, que desenvolveram essa

tecnologia em função de seus exclusivos interesses de mercado.

Essa situação coloca o Brasil num dilema político em relação à liberação da produção e consumo de transgênicos: de um lado, a acirrada polêmica quanto à segurança e à oportunidade dessa biotecnologia; do outro lado, o unânime reconhecimento da necessidade de garantias quanto a seus efeitos sobre os seres humanos, os seres vivos em geral e o meio ambiente.

Enquanto as grandes empresas de biotecnologia tensionam por espaço no Brasil, a pesquisa científica nacional – mais especificamente a pesquisa com transgenia – reclama por condições legais e responsabilidade social aos investimentos públicos. E o faz sob o apelo legítimo da soberania nacional, no que diz respeito à segurança alimentar e ambiental.

De todo modo, é inegável o poder de pressão da biotecnologia sobre as deliberações de governo e as definições legislativas. Portanto, o que se discute sobre o fato consumado é: por que meios e com que perspectivas se deve tratar de sua implementação no Brasil de agora?

Aqui, há um aspecto que considero relevante compartilhar nesta reflexão: é o histórico de como se deram as inovações patrocinadas por essas empresas nas últimas décadas.

Para dar apenas um exemplo, cito rapidamente uma época em que se cobriu quase toda a face da Terra com um produto conhecido pela sigla BHC. Especialmente os extensos territórios do Terceiro Mundo foram cobertos de BHC. Quando esse produto chegou ao mercado mundial, respondia-se à oposição dos ambientalistas da época com os mesmos apelos que se utilizam hoje quanto aos transgênicos: “É um avanço da ciência, posto à disposição da humanidade, capaz de livrá-la das pragas que prejudicam a saúde humana e a produção agropecuária. Se, de fato, podem morrer alguns passarinhos e borboletas a mais por isso, considera-se a perda como um custo justo aos amplos benefícios que promete”.

Sob esse argumento, encharcaram-se os solos, os rios e a corrente sanguínea de milhões de pessoas. Abateram um sem-número de espécies vivas, de peixe a passarinho, de boi a inúmeros tipos de microorganismos úteis. E deixaram muita gente doente no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Anos depois, os resultados nefastos dessa experiência obrigaram os órgãos de proteção internacionais a proibir rigorosamente a aplicação daquelas drogas arrasadoras.

O mesmo se deu em relação ao herbicida conhecido internacionalmente como “agente laranja”. Esse produto, depois de mundialmente utilizado na agricultura, revelou-se um poderoso cancerígeno, além de ter outros efeitos indesejáveis. Em função disso, foi e ainda é usado como arma química, como

na guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã, que deixou vítimas com seqüelas terríveis entre os vietnamitas.

Para não me alongar demais na citação de exemplos, ressalto apenas três elementos comuns nas táticas de domínio de mercado da indústria biotecnológica:

- 1) apresentam-se como a personificação do progresso científico a serviço do desenvolvimento;
- 2) impõem-se por fatos consumados; e
- 3) a seus opositores rotulam como ignorantes, ultrapassados, dispensáveis (desviando a discussão da questão estratégica para o embate inconsistente dos qualificativos).

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, até agora, o Governo tem-se referenciado por recomendações legais de cautela quanto à produção e difusão de produtos biotecnológicos. Mas se viu forçado a liberar a comercialização da safra 2002/2003 da soja transgênica, produzida ilegalmente na região Sul a partir de sementes da vizinha Argentina – o segundo maior produtor mundial de soja transgênica.

O Governo liberou a comercialização da soja transgênica plantada no ano passado para não penalizar demais os pequenos e médios agricultores, que se deixaram seduzir pelo **marketing** da transgenia, em expansão nos países fronteiriços do Sul.

Mas a lei que regulamenta a comercialização dessa safra específica determina também que se criem mecanismos para garantir ao consumidor todas as informações sobre o produto que chegar ao mercado com alguma medida dessa soja em sua composição.

No entanto, até 2002, os avanços da pesquisa nacional tenderam muito mais para o caminho ditado pelas grandes empresas de biotecnologia. E pouco se produziu de conhecimento, por exemplo, sobre processos de segregação de grãos convencionais e transgênicos.

Por consequência, o Ministério da Agricultura reconhece formalmente a real “possibilidade de o povo brasileiro estar consumindo alimentos transgênicos sem saber”. Assim como a Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa), órgão do Ministério da Saúde, não se reconhece em condições de fiscalizar o processo de produção nem a rotulagem obrigatória dos produtos que podem conter soja transgênica.

Os documentos oficiais que publicam essas informações atestam o fato consumado – outra vez segundo a tática de domínio das grandes empresas de biotecnologia.

Na sexta-feira passada, evento realizado pela Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agrope-

cuária, apresentou a argumentação de pesquisadores nacionais sobre essa questão, fundamentando seus apelos por investimentos no domínio da biotecnologia, especialmente nas áreas de pesquisa voltadas para os legítimos interesses da sociedade brasileira e para as garantias de segurança nas experiências com organismos geneticamente modificados.

Nesse campo, neste momento, tudo indica que o interesse prioritário da sociedade brasileira, no que cabe à pesquisa da transgenia, é:

1. gerar informações sobre a segurança alimentar e ambiental dos diferentes produtos geneticamente modificados;
2. compor métodos, protocolos e roteiros para avaliar a biossegurança na identificação e caracterização de seus efeitos à saúde humana e do meio ambiente;
3. o controle social e a permanente atualização das técnicas para a produção de transgênicos; e
4. dar base científica à discussão de mérito sobre quando e como a produção de transgênicos pode ou não ser liberada no País.

Na primeira semana de setembro, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que enviará “no momento certo”, ao Congresso Nacional, um projeto de lei definindo a questão dos transgênicos”. Sua Excelência reafirmou que não quer um debate ideológico sobre o assunto, mas sim uma discussão com base em estudos científicos.

Segundo a Embrapa, “o atual Governo está analisando o tema em profundidade, de forma participativa, dentro e fora da esfera governamental como jamais visto para o setor”, de modo a “dotar o Brasil de uma legislação atualizada e que represente os verdadeiros anseios da sociedade brasileira em relação aos produtos transgênicos, inclusive em relação à rotulagem”.

“Vamos discutir com a responsabilidade que um País do tamanho do Brasil tem no mundo, para dizer se nós vamos assumir a responsabilidade ou não”, disse o Presidente Lula.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quanto a este aspecto em particular, gostaria de compartilhar uma inspirada reflexão que Frei Leonardo Boff desenvolve, com muita propriedade, sobre a responsabilidade que está colocada ao Governo e ao Congresso Nacional, bem como à sociedade brasileira e a cada cidadão, neste momento:

(...) Somos obrigados a desenvolver um *ethos* de ilimitada responsabilidade por tudo o que existe e vive, como condição de

sobrevivência da humanidade e de seu habitat natural.

Responsabilidade é a capacidade de dar respostas eficazes (...) aos problemas que nos chegam da realidade complexa atual – e só o conseguiremos com um *ethos* que ama, cuida e se responsabiliza.

Responsabilidade surge quando nos damos conta das conseqüências de nossos atos sobre os outros e a natureza.

E especificamente quanto à ânsia pela liberação imediata e plena da produção transgênica no Brasil, diz Leonardo Boff:

O universo trabalhou 15 bilhões de anos, e a biogênese, 3,8 bilhões, para ordenar as informações que garantem a vida e seu equilíbrio.

Nós, numa geração, queremos já controlar esses processos complexíssimos, sem medirmos as conseqüências de nossa ação.

O *ethos* que se responsabiliza impõe a precaução e a cautela como comportamentos éticos básicos.

E esse *ethos* se impõe algumas tarefas prioritárias:

Quanto à sociedade, cumpre deslocar o eixo da competição, que usa a razão calculista, para o eixo da cooperação, que usa a razão cordial.

Com referência à economia, importa passar da acumulação de riqueza para a produção do suficiente e decente para todos.

Quanto à natureza, urge celebrar uma aliança de sinergia entre o manejo racional do que precisamos e a preservação do capital natural.

Quanto à atmosfera espiritual de nossas sociedades, importa passar do individualismo e da auto-afirmação para a construção do bem comum e do espírito de cooperação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, o acampamento – dos militantes socioambientalistas, dos trabalhadores e das trabalhadoras das cidades, dos campos e das florestas – abre sua programação de atividades hoje à noite, às 19 horas, em ato político que se realiza no Camping de Brasília.

Assim, enquanto o Governo aguarda o melhor momento para enviar sua proposta ao exame do Congresso Nacional, gostaria de convidar todos os companheiros de Parlamento a exortar a sociedade brasileira a que partilhemos da oportunidade e da qualida-

de do encontro que se inaugura hoje, reconhecendo-o como uma mobilização cívica que vem socorrer, com o debate qualificado da sociedade, os homens e mulheres que congregam a enorme responsabilidade das ações públicas neste País.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

*Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Maguito Vilela.*

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela) – Registro a minha solidariedade e a da Mesa do Senado Federal à nobre Senadora Fátima Cleide. Louvo a Deus por ter protegido a sua vida no grave acidente de barco ocorrido no rio Solimões. Desejo que S. Ex<sup>a</sup> e o seu companheiro, o nobre Senador Sibá Machado, que se encontrava também naquele acidente, tenham pronta recuperação.

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela) – A Presidência comunica ao Plenário que terminou ontem o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 2003-CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional.

O projeto vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o texto encaminhado à promulgação:

#### **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 2003-CN**

**Autoriza a execução de contrato relativo à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2003 no subtítulo 20.607.0379.1836.0067 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Flores de Goiás no Estado de Goiás.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a liberar recursos consignados pelo Orçamento Fiscal da União para 2003 (Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003), no subtítulo 20.607.0379.1836.0067 – Implantação de Projetos de Irrigação – Projeto Flores de Goiás no Estado de Goiás, estritamente necessários à conclusão do primeiro trecho do Projeto de Irrigação Flores de Goiás compreendido entre a barragem do rio Paranã e o barramento da Porteira.

Art. 2º O Tribunal de Contas da União fará o acompanhamento físico-financeiro da execução da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União

para o subtítulo em epígrafe, encaminhando relatório à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal, até o dia 30 de novembro do presente exercício financeiro.

Art. 3º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 28 de agosto de 2003. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **José Borba**, Relator.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, por 5 minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada comunico à Mesa, à Casa e à Nação que, ao homenagear, hoje, o grande brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, o Senador do PMDB Mão Santa estará falando também pelo meu Partido, o PSDB.

Por todos os títulos, quem homenageia, vale a pena, e quem é homenageado, vale a pena também, que é o grande brasileiro que abriu a perspectiva do desenvolvimento para o interior do País.

Trago a este Plenário duas matérias publicadas, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**. Ao invés do espetáculo do crescimento, estamos tendo o quadro deprimente de o emprego industrial ter tido a segunda maior queda do ano em São Paulo, com saldo de contratações e demissões, em agosto, de menos 26% sobre julho. Ou seja, isso significa que 6.576 postos de trabalho, representando 0,43% em relação ao mesmo período de 2002, foram fechados. E hoje a Fiesp já admite, em vez de otimismo moderado diante da situação medíocre que aí está, que não haverá empate entre os dados de 2002 e 2003, ainda que pudesse haver uma reação econômica até o final do ano, já que mais de seis mil postos de trabalho deverão ser fechados até o final do ano, segundo a diretora da Fiesp, a economista Clarice Messer.

A outra notícia também é de advertência e, da mesma forma, não é boa. Em vez, repito, de acenar com o espetáculo do crescimento, que tanto tem motivado o marketing político do Presidente Lula, acena com o espetáculo trágico da recessão, do desemprego e da fome. Diz a matéria: “Fundo do poço. Receitas ficam 2,4 bilhões abaixo do previsto até agosto”.

Significa isso que a economia está parada.

Diz o jornal **Folha de S.Paulo**: “Despesas podem diminuir, para atingir meta fiscal”. E diz o mesmo jornal na manchete de primeira página: “Governo arrecada menos e pode elevar cortes”.

Ou seja, os Ministérios, que já têm orçamento tão magro para investimento, podem ter menos ainda para investir, significando menos movimentação da economia, menos compra no comércio, o comércio comprando menos da indústria, comércio e indústria empregando menos e até desempregando, menos arrecadação. Trata-se de um círculo vicioso, em vez do círculo virtuoso.

Temos promessas radiosas, pois o Governo diz que vamos crescer ano que vem. Até não tenho dúvida, pois seria o pior caos se não crescêssemos ano que vem. Diante deste quadro que aqui está, temos que, pelo menos, crescer algo acima de 4% ano que vem. O que nada representa se compararmos com a Argentina, cujo PIB cai 10%, em um ano, e, no ano seguinte, sobe 5%, em relação a menos 10%. Então, teríamos que ver o que a Argentina faria de seu processo – e tomara que faça o melhor – para continuar crescendo sobre as melhoras obtidas ano a ano.

Não dá para fazermos, agora, enganação estatística com o povo que está vendo o desemprego grassar. Não dá para enganação estatística, imaginando que as pessoas são tolas e não estão vendo o aperto em suas vidas pessoais. A notícia que, muitas vezes, se divulga, sob o efeito da enganação estatística, chega à pessoa que está em casa, vendo televisão, e ela fala: “puxa, tanto otimismo, e o meu vizinho acabou de perder o emprego; eu não consegui o meu ainda; e só quem trabalha, na minha família, é a ‘fulana de tal!’”

Então, às vésperas da nova reunião do Conselho de Política Monetária, a recomendação que o PSDB faz ao Governo Lula, ao Copom, à equipe econômica, é que ouse – repito o que já disse em outras ocasiões –, até porque, se há algo que tem funcionado com razoável eficiência, no Governo Lula, é a parte de política macroeconômica, gerenciada pelo Ministro Palocci. O resto, não. Tenho autoridade para dizer, portanto, que, no resto, a marca é a da incompetência.

Na política macroeconômica, o trabalho do Governo tem sido bom. Se tem sido bom, ousem agora, para não complicar o crescimento em 2004. É possível baixar mais do que os 2% que estou vendo projetados, como previsão do mercado, a título do que seria a decisão do Governo. É possível baixar, pelo menos, três pontos percentuais. Teríamos, ainda assim, juros. Se fossem para 19% os juros reais, projetando, atingimos algo como 14%, no fim do ano. A depender de continuar a inflação nessa trajetória de queda – tem sido esse o resultado admirável do Governo –, teríamos, com 3% a menos, 19% de taxa básica. A inflação ficará abaixo de 5% – ela já está um pouco acima, ou seja, ela está em 6%. Temos, ainda, juros reais altíssimos. Seriam juros reais em torno de 13%. São juros reais insuportáveis, se comparados com outras



economias, para tocarmos o desenvolvimento de maneira sustentável.

Portanto, que o Governo ouse desta vez e que baixe, exatamente, tudo o que pode. E vou dizer algo que também tenho repetido aqui e que tem sido quase como um disco que ameaça furar. Tenho dito que é insanidade alguém querer baixar juros só porque quer. É insanidade e já encerro, Sr. Presidente. Por outro lado, é insanidade alguém não baixar tudo aquilo que pode. É insano quem baixa só porque quer e arreventa a economia, e é insano aquele que não baixa tudo o que pode. Agora, pode baixar, com segurança, três pontos, para, projetando-os, chegarmos a 14% de taxa básica de juros, ao fim do ano, e, quem sabe, com perspectiva de taxa real de um dígito – o

que seria psicologicamente bom e seria praticamente bom para nós também.

Fica a advertência. Torço para que o Governo acerte. E fica, aqui, Sr. Presidente, a tristeza de vermos que, em vez do espetáculo do crescimento, as notícias verdadeiras, aquelas que não vem do **marketing**, apontam recessão, desemprego, estagnação econômica e muita incompetência administrativa.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

### **DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**FUNDO DO POÇO** *Receitas ficam R\$ 2,4 bi abaixo do previsto até agosto; despesas podem diminuir, para atingir meta*

# Governo arrecada menos e pode elevar cortes

SÍLVIA MUGNATTO  
DA SUCCURSAL DE BRASÍLIA

A arrecadação de impostos federais até o mês de agosto ficou R\$ 2,4 bilhões abaixo do programado pela Receita Federal. A queda das receitas foi causada pela redução da atividade econômica e pelas liminares judiciais contra o pagamento de alguns tributos.

A queda da arrecadação foi objeto de uma reunião ontem entre os ministros da Fazenda, Antonio Palocci Filho, e do Planejamento, Guido Mantega. Só em agosto, o governo deixou de receber R\$ 600 milhões que eram previstos.

Ao final do encontro, Mantega disse que o Orçamento deste ano será reavaliado e, se for necessário, serão feitos cortes para ajustar as despesas à realidade das receitas. No início do ano, o governo cortou R\$ 14,1 bilhões, mas liberou R\$ 1 bilhão em julho.

“A meta de superávit primário [receitas menos despesas, excluindo juros] será atingida de qualquer maneira. Se for o caso, teremos que reduzir as despesas”, avisou Mantega. A meta de superávit equivale a 4,25% do PIB —cerca de R\$ 68 bilhões no ano. Até julho, R\$ 44,319 bilhões tinham sido economizados.

Pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo deve reavaliar o

Orçamento a cada dois meses. Até o próximo dia 23, se a meta de superávit estiver ameaçada, novos cortes orçamentários terão de ser anunciados, inclusive para os Poderes Legislativo e Judiciário.

A Folha apurou que 50% da frustração de arrecadação em 2003 está ligada ao mau desempenho da economia. Segundo o secretário-adjunto da Receita Federal Ricardo Pinheiro, as perdas foram apuradas de maio a agosto.

No primeiro semestre, o PIB (Produto Interno Bruto) apresentou queda de 1,6% em relação aos últimos seis meses do ano passado. As vendas do comércio caíram 5,57% no primeiro semestre, sobre igual período de 2003. O desemprego aumentou. A produção industrial cresceu apenas 0,1%.

#### **Crescimento**

Pinheiro lembrou que a última reavaliação do Orçamento contou com um crescimento de 1,8% para a economia neste ano. Na semana passada, o Planejamento informou que a sua nova previsão está entre 0,7% e 1,1%.

Em agosto, o governo arrecadou R\$ 19,758 bilhões —8,26% a menos que no mesmo período do ano passado. No ano, a arrecadação total, que inclui outros recursos, foi de R\$ 179 bilhões (0,46% menor que a de 2002).

Para o Orçamento, a Receita fez uma projeção que inclui apenas os tributos federais. A previsão era arrecadar R\$ 168,9 bilhões, mas entraram R\$ 166,5 bilhões.

Os impostos que medem o faturamento das empresas —termômetro para a atividade econômica— apresentaram quedas significativas em agosto.

A Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) teve uma redução de 10,54% em agosto deste ano em relação ao ano passado. Motivada pela redução dos juros e pela queda do dólar, a arrecadação da Cofins no setor financeiro caiu 20,59%.

Segundo Pinheiro, a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) teve uma queda em agosto de 7,24% em relação a agosto do ano passado e de 24,07% em relação a julho.

Por causa de liminares judiciais contra o pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados e da Cide (contribuição sobre o consumo de combustíveis), esses tributos acumulam perdas de quase R\$ 1,8 bilhão no ano.

A Receita disse que o Imposto de Renda das empresas ficou maior que o de 2002. Isso poderia significar um aumento da margem de lucro em alguns setores.

Colaborou André Soliani,  
da Sucursal de Brasília

SEN-ARTHUR VIRGÍLIO

# Manutenção do arrocho é possível consequência, dizem especialistas

ÉRICA FRAGA

DA REPORTAGEM LOCAL

A queda de arrecadação em agosto não chega a ameaçar o cumprimento da meta de superávit primário de 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano, na opinião de analistas. Mas pode fazer com que o governo tenha de apertar mais o cinto e reduzir novamente as despesas. Ou, pelo menos, manter os cortes feitos no primeiro semestre.

Pelas contas de Raul Velloso, especialista em contas públicas, até agosto, faltavam ao governo R\$ 3,5 bilhões de receitas brutas para se manter uma projeção de arrecadação "coerente com o cumprimento da meta fiscal".

Segundo Velloso, a princípio, isso não parece grave pois esse valor é bastante pequeno se comparado ao total das despesas brutas (as quais não consideram os gas-

tos financeiros), que deverão atingir R\$ 260 bilhões este ano. Ou seja, se preciso, há onde cortar.

Mas, para o especialista, o problema é que a maior parte dessas despesas são bastante rígidas, deixando para o governo um espaço cada vez menor de manobra. "As despesas que ainda podem ser cortadas são os chamados outros custeios de capital, que devem somar cerca de R\$ 36 bilhões neste ano", afirma Velloso.

Ele e outros economistas acreditam que talvez não sejam necessárias outras reduções de despesas. Para eles, a manutenção dos cortes feitos no início de 2003 podem resolver o problema de queda da arrecadação.

"No fim do ano, alguns ministérios esperam sobras que permitam a reversão de cortes feitos no início do ano. Isso não deverá ocorrer em 2003. Mas tudo indica que a meta será cumprida", afir-

ma Alexandre Maia, economista da GAP Asset Management.

A forte queda da arrecadação de agosto em comparação ao mês anterior se deve muito ao fato de julho ter sido um período atípico.

"Julho teve cinco semanas. E o governo contabilizou em julho receitas extras, como o recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido", diz Tomás Málaga, economista-chefe do Itaú.

Isso não explica tudo, porém. O economista afirma que, de fato, há uma tendência de queda mensal da arrecadação em consequência da contração da economia: "A queda no nível de atividade já afeta a arrecadação."

A economista Sandra Utsumi, do BES Investimentos, concorda com Málaga. Segundo eles, a queda na taxa de juros deverá, no entanto, ajudar a reverter essa tendência a partir de agora.

## Para Fazenda, IPI menor foi repassado

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda informou que montadoras e distribuidoras cumpriram sua parte no acordo que reduziu o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em três pontos percentuais para carros populares e médios.

Segundo o secretário-adjunto da Receita Federal Ricardo Pinheiro, o preço dos carros para os consumidores caiu em agosto entre 2,84% e 3,15%. Ao anunciar o acordo, no começo do mês passado, as montadoras assumiram o

compromisso de repassar o desconto do IPI para o consumidor. "A primeira avaliação é que houve repasse", disse Pinheiro.

Embora os preços tenham caído, a esperada retomada nas vendas não ocorreu. Segundo a Receita, no mês passado o país vendeu 18,5% menos carros que em agosto de 2002. O resultado foi uma queda de 26,16% na arrecadação do IPI de automóveis — o imposto gerou R\$ 166 milhões.

Quando o governo anunciou a redução de imposto, estimou que estaria abrindo mão de R\$ 342

milhões em arrecadação até novembro, último mês do acordo. O número, no entanto, só se confirmaria se não houvesse aumento nas vendas. Em agosto não houve.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci Filho, já disse que a redução do imposto é uma experiência para ver se a medida funciona.

Pinheiro reconhece, indiretamente, que a redução de imposto não foi vantajosa até agora. "A grande vantagem foi acabar com a expectativa dos consumidores, que estavam adiando a decisão de compra."

**TRABALHO** Saldo de contratações e demissões em agosto foi de -0,26% sobre julho

# Emprego industrial tem 2ª maior queda do ano em SP

MAELI PRADO

DA REPORTAGEM LOCAL

Na contramão das expectativas, a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) anunciou ontem que a indústria paulista de transformação fechou 3.940 postos de trabalho em agosto — menos 0,26% em relação a julho.

É a segunda maior queda do ano, atrás apenas da de junho — de menos 0,30%. De janeiro a agosto, foram extintas 6.576 vagas — queda de 0,43% ante mesmo período de 2002.

Ou seja, mais da metade do recuo no nível de emprego em 2003 aconteceu no mês passado.

Por causa desse resultado, pela primeira vez no ano a entidade estima que o nível de emprego em 2003 será negativo em relação a 2002 — a expectativa agora é de queda de 0,39%. Cerca de 6.000 postos de trabalho devem ser fechados neste ano, diz Clarisse Messer, diretora da Fiesp.

Até o mês passado, a entidade previa que a quantidade de vagas em 2003 deveria empatar com o número do ano passado.

Em julho, o nível de atividade da indústria paulista foi estável em relação ao mês anterior, após meses de queda.

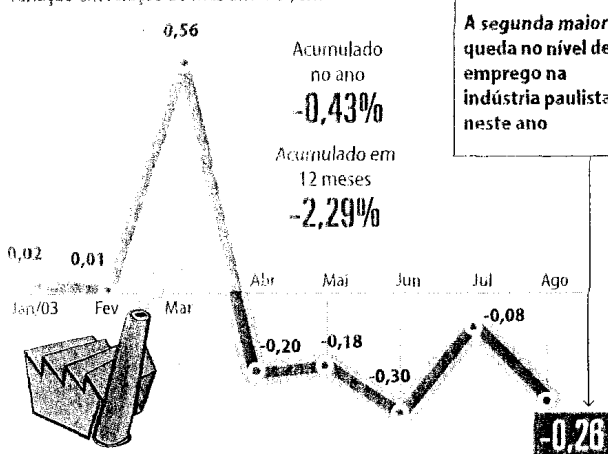
## Margens em queda

Segundo Messer, a retração de vagas em setores importantes para a indústria paulista, como mecânica, metalurgia e indústria automobilística, foi o principal fator que “puxou” a queda média.

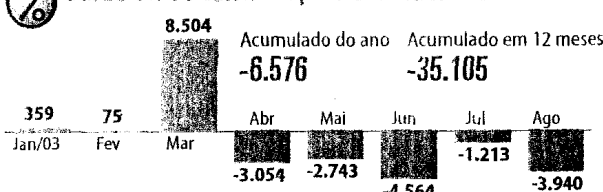
Toda a indústria trabalha com margens de lucro muito apertadas, aponta a diretora, mas o im-

PARA O EMPREGO NA INDÚSTRIA PAULISTA

Variação em relação ao mês anterior, em %



## Saldo entre contratações e demissões



## Setores que mais contrataram e mais demitiram

Em agosto, variação percentual mensal

Congelados	7,82	Junco	-10,58
Vidros e cristais planos e ocós	4,36	Mármore e granitos	-8,02
Massas alimentícias	3,32	Ração e tecelagem	-3,16
Esquadrias e construções metálicas	2,43	Estamparia de metais	-2,91
Artefatos de borracha	1,56	Calçados	-2,47

Fonte: Fiesp

pacto sobre o nível de emprego é maior nessas atividades.

“As empresas estão cortando custos onde podem. Setores importantes que estão bem no aq-

mulado do ano tiveram retração em agosto”, diz Messer.

Segmentos relevantes que tiveram variação negativa no mês passado foram forjaria (queda de

1,35%), fundição (menos 0,49%) e máquinas (retração de 0,65%).

De acordo com a diretora, o fator sazonal também explica a queda. Tradicionalmente, agosto registra retração no nível de emprego. “Da mesma forma, historicamente setembro e outubro são meses melhores para o emprego.”

Termômetros da atividade econômica, os segmentos de papel e celulose e papelão cresceram 0,22% e 0,20% em vagas em agosto. Mas o aumento, segundo Messer, não é encarado como sintoma da tão propalada retomada da atividade econômica.

A explicação para a alta, de acordo com ela, é o aumento das encomendas com a aproximação das festas do final de ano.

Segundo Messer, existe consenso de que vai haver retomada, “mas ainda não houve reflexo no nível de emprego”.

De acordo com a diretora, a expectativa é que o BC corte os juros básicos em mais 2,5 pontos percentuais na próxima reunião do Copom, mantendo “a ousadia no limite do gradualismo”.

Messer diz também que a manutenção de um acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional) é “desejável”.

Sobre as negociações salariais das categorias com data-base neste semestre, a diretora declara que o mais provável é que aconteça o parcelamento dos reajustes.

Segundo Messer, “não há nenhuma evidência empírica” de que a redução da jornada — uma das reivindicações das centrais sindicais CUT e Força Sindical — gere mais empregos, ao contrário do que diz o Dieese.

**O SR. PRESIDENTE** (Maguito Vilela) – Concedo a palavra ao brilhante Senador Mão Santa, que fará importante pronunciamento, em nome do Estado do Piauí e, creio, em nome de todos os brasileiros.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Maguito Vilela, que preside esta sessão, Senadoras e Senadores que estão na Casa, brasileiras e brasileiros que assistem a esta sessão pela televisão e a ouvem pela **Rádio Senado**, quis Deus que hoje, 12 de setembro de 2003, eu usasse esta tribuna e tivesse iniciado a sessão como Presidente da mesma.

Feliz o país, Senador Maguito Vilela, que não precisa buscar exemplos na história, em outros povos, em outra gente, em outra civilização. Este País tem o exemplo aqui. Quis Deus que hoje estivesse presidindo esta sessão V. Ex<sup>a</sup>, que representa o Estado de Goiás, que muito tem a ver com a vida, a obra, a história, o ícone e o símbolo que é Juscelino Kubitschek de Oliveira. Quis Deus estar presente também a esta sessão o Senador Valmir Amaral, do meu Partido, que representa o DF.

Ontem, esta Casa homenageou um líder do Chile, socialista, que perdeu a vida pela democracia naquele vizinho país. Quero dizer, neste instante, que hoje encerra-se, Senador Valmir Amaral, uma feliz idéia. Há um ano V. Ex<sup>a</sup> esteve aqui com uma comissão especial criada para preparar os atos comemorativos do centenário de nascimento do Presidente Juscelino Kubitschek. Era presidente o Senador Paulo Octávio; vice-presidente, o Senador de Minas Gerais, Arlindo Porto; e Relator, o Senador de Minas Gerais, mas filho do Piauí, Francelino Pereira. S. Ex<sup>as</sup> idealizaram e aqui houve uma reunião solene, em que vários oradores comemoraram o século de Juscelino Kubitschek.

Quis Deus, ontem, que estivéssemos, no Memorial JK, o Senador que ora preside a sessão, Valmir Amaral, o Senador Paulo Octávio, também homenageado, e eu. Naquela solenidade, encerravam-se as comemorações do centenário de Juscelino Kubitschek.

Várias personalidades receberam a importante comenda Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek. Esta Casa, agraciada, fez jus, com mérito, a esse extraordinário líder Paulo Octávio, que, há um ano, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valmir Amaral, proferiu discurso nesta Casa, no início da comemoração do centenário de Juscelino Kubitschek.

Relembro que Paulo Octávio fazia os seus agradecimentos e dizia:

Há uma semana, eu estava no Memorial JK, quando saía uma cavalcada de diamantinenses, que vieram a Brasília percorrer um trajeto. Hoje, estão chegando a Diamantina. Estava eu naquela solenidade, ao lado de minha mulher, Ana Cristina, que é neta de Juscelino Kubitschek, e do Governador empreendedor Joaquim Roriz. Tocaram-se músicas, houve aquela cerimônia simpática, naquela manhã bonita, com o céu inigualável de Brasília.

De repente, senti que duas lágrimas correriam pela minha face e constatei que não eram lágrimas de tristeza, mas, ao contrário, de profunda alegria – alegria de morar nesta cidade.

Meu pai e minha mãe, aqui presentes, tiveram a coragem de acreditar no sonho de JK, a exemplo de milhares de brasileiros, o que me trouxe para cá. Fiz a minha vida nesta cidade. Amo esta cidade.

Naquele momento, senti que eu não gostava de Brasília, mas sim a amava. Amo muito Brasília; amo os moradores desta cidade; amo essa gente gostosa, essa gente candanga. Sou muito grato a Brasília e a Juscelino.

A vida me deu dois filhos, descendentes diretos, nascidos em Brasília. Dois candanguinhos estão aqui fazendo história nesta cidade. Vou fazer tudo, na minha vida, para defender o desenvolvimento desta cidade. Vou fazer tudo a que Deus me der força para consolidar Brasília, como era o sonho de JK.

Muito obrigado a todos por estarem aqui presentes.

Viva Brasília! Viva JK!

Paulo Octávio iniciava a comemoração, como V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valmir Amaral. E ontem estávamos juntos. Também fui agraciado com a comenda – que orgulhosamente apresento às brasileiras e aos brasileiros – outorgada pelo Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo, Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek.

Queria dizer que todos nós, a nossa geração e este País sentem em Brasília o renascer, a auto-estima, a confiança. Senador Maguito Vilela – V. Ex<sup>a</sup> está

aqui, porque Goiás está na história –, foi em Jataí que um homem comum, em um comício comum, com a coragem de um goiano, apartou o candidato Juscelino, dizendo: “V. Ex<sup>a</sup> será capaz de obedecer à Constituição, que dita ‘construir Brasília no planalto’”. Juscelino Kubitschek, com sua coragem ímpar, assumiu esse compromisso em Jataí.

Senador Valmir Amaral e Senador Maguito Vilela, numa reflexão da história do mundo, vem-me à mente dois grandes líderes da história do mundo. Um é Jesus Cristo, que, há 2003 anos, arrastou multidões. Quero justamente lembrar que o grande líder Jesus Cristo falou bonito. O Pai Nosso é um discurso de Cristo, assim como a afirmação “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”.

Senadora Lúcia Vânia, Jesus Cristo fez obras, foi empreendedor. Fez cego ver, aleijado andar, limpou o corpo dos leprosos, tirou o demônio dos endemoninhados, fez mudo falar, fez surdo ouvir. Multiplicou peixes, pães – foi aí que iniciou o Fome Zero –, mostrou a alegria de viver.

Depois, neste País, nas Minas Gerais, há 101 anos, houve a mesma destinação. O primeiro pregou o amor: “Amai-vos uns aos outros”. E o nosso, não o JC, mas o JK, não Jesus Cristo, mas Juscelino Kubitschek, pregou otimismo, ação. Ele falou e repetiria hoje, para que todos os brasileiros e brasileiras o ouvissem. Cristo pregou o amor, e ele, o otimismo, o sorriso. Na sua mensagem, ele disse: é melhor ser otimista. O otimista pode errar, mas o pessimista já nasce errado e continua errando.

Eis aí o grande exemplo e suas obras. Trinta metas acoplou à meta síntese. Quando ninguém acreditava, mostraram-lhe Lázaro, que parecia não ter mais jeito. Jesus determinou: “Levanta-te, Lázaro”. E o nosso JK veio aqui e disse: “Levanta-te, Brasília. Ergue-te, Brasília”. E aqui estamos nós, nesta homenagem, neste exemplo de democracia.

Presidente Lula, Vossa Excelência tem um homem muito inspirado a seu lado. Conheço-o: Ricardo Kotscho, Assessor de Imprensa. Ele teve a inspiração, outro dia, de colocar em uma sala de imprensa o nome de Carlos Castello Branco, Castellinho, do meu Piauí. Foi ele que teve a bravura de, nos tempos da ditadura, levar a comunicação da liberdade que o povo desejava.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Senador Mão Santa, no momento oportuno, gostaria de apartear-lo.

**O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI)** – E acertaram buscando a inspiração do Piauí. Brasília foi construí-

da por Juscelino e pelos mineiros que ele arrastou. Mas, depois dos mineiros, os piauienses, Senadora Lúcia Vânia, formam aqui a maior colônia.

As histórias de Minas e do Piauí se confundem muito. Tiradentes morreu na forca ante a derrama dos portugueses – esses impostos que estão nos preocupando na Reforma; com essa derrama que o PSDB e o PFL fizeram até uma forca. Morreu Tiradentes, mas o Piauí continuou. O povo piauiense, numa batalha sangrenta, em 13 de março, foi o primeiro povo a expulsar os portugueses. E nós somos a segunda colônia aqui.

Sr. Presidente, Senador Valmir Amaral, está no Hino do Piauí: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador. Na luta, o teu filho é o primeiro que chega...”. Depois dos mineiros, fomos nós. É a maior colônia.

Senador Maguito Vilela, recebi homenagens, ao longo da minha vida, como Governador, mas esta muito me emociona. Eu a recebi pelo Senado e a divido com todos os piauienses que ajudaram a construir esta cidade.

Já que o Presidente Lula aceitou um piauiense morto, Carlos Castello, jornalista homenageado na Sala da Imprensa, vai aqui um aconselhamento de um piauiense vivo. Amanhã é dia da pelada do Palácio. Presidente Lula, convide os peladeiros para andarem até o Memorial, para aprenderem, com a vida do maior símbolo, que este País precisa de desenvolvimento, emprego, progresso.

Concedo o aparte ao Senador Maguito Vilela.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso importantíssimo, interessantíssimo. De V. Ex<sup>a</sup> não era de se esperar outra coisa. Com sua cultura e seu conhecimento geral, V. Ex<sup>a</sup> não nos surpreende. Acrescento ao seu pronunciamento o fato de que hoje, na minha cidade, Jataí, exatamente no local onde Juscelino fez seu primeiro comício em cima de um caminhão Studebaker, numa oficina mecânica, será inaugurado o Memorial JK, além do Parque Ecológico JK. Trata-se de uma obra perfeita de um dos grandes administradores deste País, Dr. Humberto Machado, Prefeito Municipal de minha cidade. No memorial, haverá o registro de alguns fatos inéditos, que nem a história brasileira os conhece realmente. V. Ex<sup>a</sup> lembrou a pergunta feita, no dia 04 de abril de 1955, por Toniquinho, um jovem daquela época, que, no meio da multidão, estendeu o braço e, interrompendo a alocação do Presidente Juscelino Kubitschek, perguntou-lhe se, se eleito, cumpriria o art. 6º Das Disposições Constitucionais Transitórias. E, naquele momento, ele assumiu

esse compromisso, que passou a ser bandeira de sua campanha. Juscelino Kubitschek de Oliveira, sem dúvida nenhuma, foi o maior estadista deste País, o estadista do século, um exemplo para esta e para as futuras gerações. E, hoje, o Senado da República estará representado pelos três Senadores do Distrito Federal: Eurípedes Camargo, Paulo Octávio, que é inclusive casado com a neta de Juscelino, e o Senador Valmir Amaral, que estará representando todo o Senado naquela cidade. Portanto, a cidade de Jataí, hoje, receberá essas ilustres personalidades, para prestar essa homenagem altamente significativa a JK, à sua família e à história do Brasil. Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> faz um pronunciamento histórico neste momento. Em nome de Jataí, do Prefeito, do Vice-Prefeito, da Câmara de Vereadores e do povo de Jataí, cumprimento-o e lhe agradeço pelo pronunciamento que faz. Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço e incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup> ao nosso pronunciamento.

**O Sr. Valmir Amaral** (PMDB – DF) – Permita-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador Mão Santa?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ouço, com prazer, o aparte do Senador Valmir Amaral, pedindo-lhe permissão para fazer referência a um pronunciamento que S. Ex<sup>a</sup> fez há um ano. Vou lembrar só o grifado.

V. Ex<sup>a</sup> lembrava energia e transporte, o binômio de Juscelino, em cujo Governo a taxa de crescimento econômico do País se manteve em torno de 7,8% ao ano. Atente bem, Presidente Lula! Amanhã, na pelada, vamos botar os peladeiros rumo ao Memorial e ver a fonte de inspiração maior do Brasil: Juscelino Kubitschek! Senadora Lúcia Vânia, a taxa de crescimento econômico do País naquele momento se mantinha no patamar de 7,8% ao ano, dado aqui apresentado pelo Senador Valmir Amaral, nesta Casa, há um ano. É o otimismo que JK conseguiu semear nos corações de Brasília. Essas foram as palavras de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valmir Amaral.

**O Sr. Valmir Amaral** (PMDB – DF) – Governador, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, que representa tão bem nesta Casa o seu Estado, o Piauí, está de parabéns! Ontem, tive a felicidade e o prazer de acompanhar V. Ex<sup>a</sup> no Memorial JK, recebendo essa medalha e sendo chamado de Comendador Mão Santa. Fiquei feliz por ver V. Ex<sup>a</sup> sendo condecorado pela neta de JK, Ana Cristina, e por seu esposo, Senador Paulo Octávio. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> por isso e pelo discurso que faz hoje desta tribuna sobre a vida de Juscelino!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço-lhe pela sua participação, Senador Valmir Amaral, e o Brasil todo lhe agradece, porque V. Ex<sup>a</sup>, juntamente com o Senador Paulo Octávio, foi um dos artífices dessa homenagem em comemoração ao centenário de Juscelino, subsídio que leva à nossa juventude a crença de Juscelino Kubitschek na nossa Pátria.

Há um ano, nesta Casa – o Piauí sempre presente –, o Deputado Paes Landim, do PFL, proferia pronunciamento pelo Centenário de JK. E comparava Juscelino Kubitschek com Thomas Jefferson, Presidente dos Estados Unidos que pediu que colocassem no seu túmulo que ele tinha sido o fundador da Universidade de Virgínia.

Diz Milton Campos: os técnicos têm o saber, e os políticos têm a sabedoria. E Juscelino tinha isso tudo.

Registro uma observação minha, pessoal: fiquei surpreso ao ser informado de que tinha sido escolhido para essa homenagem, mas acho que a mereço, que o Piauí a merece, Senador Valmir Amaral, porque os piauienses são a segunda colônia aqui Brasília, depois dos mineiros, e também ajudaram a construir esta cidade. Informaram-me que somos o Senador que mais citou Juscelino Kubitschek em pronunciamentos. Isso se deve à nossa vida de cirurgião, médico de Santa Casa, à passagem pelo Exército, à eleição para prefeito, governador. Também, como ele, sofri – até sei as maldades e as injustiças de uma cassação.

O fato é que, das comendas que já recebi, essa, orgulhosamente, vou levar para o Piauí.

Mas quero trazer aqui o que senti a respeito de Juscelino. No crepúsculo do Governo de Juscelino, eu estudava em Fortaleza para prestar vestibular e já me sentia atraído por ele. Ele fez a última visita à Faculdade de Direito de Fortaleza, e eu o acompanhei, motivado pela curiosidade. Ele entrou com aquele sorriso. Era início dos anos 60, e uma esquerda radical, burra e ignorante tentou vaiar o Presidente Juscelino. Ele sorriu, Senador Valmir Amaral.

Presidente Lula, a inspiração está bem aqui. Amanhã, os “peladeiros” vão lá ver a sabedoria. Está no Memorial. Senador, eu estava lá. E o Presidente Lula sabiamente negou essa esquerda burra. Eu acho que Sua Excelência está certo: que não seja nem da esquerda nem da direita; que seja como Juscelino: nacionalista, homem do desenvolvimento e que teve a coragem de romper com o FMI. É lá na História que os “peladeiros” têm de aprender e treinar para governar este País.

Mas a esquerda tentou vaiar Juscelino. Ele sorriu e disse: “feliz do país que pode vaiar o seu Presidente da República!”

Senador Maguito Vilela, acompanhei esse fato lá na Faculdade de Direito da antiga Fortaleza, do começo dos anos 60. Como em todas as cidades antigas, havia um abrigo na praça onde se tomava um cafezinho, e ele foi para a Assembléia – que ficava no centro, nesse tempo –, com aquele sorriso, no fim, no crepúsculo do seu governo, que demonstrava sua satisfação com o dever cumprido, com o cumprimento da missão. Eu, um jovem estudante, estava ali acompanhando e vendo, já atraído por aquela liderança. Alguns se aproximavam, de terno – acho que eram os deputados, pois estávamos próximos à Assembléia. No cafezinho, diante do povo, vi um caboclo, um daqueles cearenses de cabeça chata, com chapéu. Ele queria aproximar-se, mas estava intimidado pelos seus trajes, pela sua humildade. Mas, Senador Valmir Amaral, ele não se conteve e gritou: “Oh, Presidente pai-d’égua!” Pai-d’égua é o povo do coração daquele homem, daquele gigante, daquele empreendedor. Foi essa a emoção que senti e vi no sorriso.

Depois, todo mundo sabe, uma crucificação, que nem Cristo. Quanto ele sofreu!

Senador Valmir Amaral, vou citar um fato sobre Juscelino. Ainda Governador, fui a Portugal, Coimbra, fazer um convênio com a Universidade Estadual do Piauí. E visitei Óbidos, cidade histórica, antiga, próxima a Lisboa, que tem uma muralha. Lá eles têm um licor vermelho, bom de tomar, chamado ginja. Entrei numa casa antiga daquelas, que era um bar. Que surpresa! Ao tomar a ginja, olhando a decoração, encontrei duas cartas de Juscelino Kubitschek. Fui à parede ler as cartas. Em Óbidos, no exílio. Reparem o sofrimento daquele filho maior, proibido de visitar Brasília. Seu dia feliz foi quando o povo arrastou o seu caixão e o levou cantando. Esse foi o único dia em que ele pôde sentir, já morto, Brasília, pois estava proibido de visitá-la. Li as cartas com a letra de Juscelino, nascido em 1902. Uma agradecia ao dono do bar – olhem a delicadeza daquele homem que já tinha sido tudo – os momentos em que tinha tomado um **scotch**, uns uísques, durante seu exílio, passado grande parte em Portugal. Na outra carta, cumprimentava o dono do bar, onde tomei a ginja, e sua família pelo Natal e pelo Ano Novo. Vejam a atenção daquele homem: cartas com essa afetividade, esse carinho e esse amor! Eu disse ao dono, um rapaz, que se tratava de relíquias de grande valor, pois aquelas cartas eram do homem maior dos 512 anos do Brasil. Isso não se discute. Disse-lhe que, no nosso Brasil, há um Cristo Reden-

tor levantado e que a outra unanimidade é o nosso JK – imagem de JC (Jesus Cristo). Ele disse que o bar não era mais do mesmo dono, que ele o tinha comprado. E eu lhe disse para colocar o retrato desse homem, pois todo brasileiro iria querer ir lá.

Essa era a homenagem que queríamos fazer.

O Brasil está salvo, e aí está o exemplo a seguir: a coragem de Juscelino Kubitschek, que rompeu com o FMI. Ele agüentou com resignação o sofrimento, as injustiças. E aqui proferiu o seu último discurso, quando previu que seria cassado, porque o seu nome seria o vencedor em qualquer eleição no Brasil.

No mundo, criaram-se várias capitais, Sr<sup>a</sup> Presidente, Senadora Lúcia Vânia: Constantinopla, Pequim, Madri e outras, mas nenhuma, no mundo todo, tem a visão, o amor, o otimismo, a auto-estima e a integração da nossa.

Deixo, então, as nossas homenagens, a homenagem do Senado, a homenagem do meu Partido. O nobre Líder do PSDB muito me sensibilizou quando também me delegou falar por aquele grandioso Partido sobre aquele homem que ensinou a todos nós a governar com tolerância, otimismo, e com o binômio “Energia e Transporte”.

Para encerrar, repito aqui aquilo que ele deixou escrito:

Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.

É a nossa homenagem, no dia de seu aniversário, àquele que é filho do Brasil e pai de Brasília, fonte de inspiração maior de todos nós. Ele esteve aqui e foi afastado.

Feliz o Senador Antonio Carlos Magalhães quando publicou os melhores pronunciamentos desta Casa em 180 anos, em um livro e um CD, e entre eles está o de Juscelino Kubitschek. E relembriaria aquela que acho ser a melhor mensagem que ele deu, pois Cristo pregou o amor; e ele, o otimismo. “É melhor ser um otimista. O otimista pode errar; o pessimista já nasce errado e continua errado”.

Viva Brasília, filha de Juscelino Kubitschek!

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Maguito Vilela, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelo Sr. Valmir Amaral e pela Sra. Lúcia Vânia.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Lúcia Vânia) – Antes de passar a palavra ao Senador Valmir Amaral, gostaria de cumprimentá-lo, Senador Mão Santa, em nome desta Casa, por essa comenda. Todos nós, Senadores, associamo-nos a essa justa homenagem do Centro de Integração Cultural e Empresarial de São Paulo, que concedeu a V. Ex<sup>a</sup> a Condecoração Soberana Ordem do Mérito Empreendedor Juscelino Kubitschek, visto que V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa, representa muito bem o povo do Piauí. E tenho certeza de que essa homenagem é também uma homenagem ao povo do seu Estado, tão bem defendido por V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Lúcia Vânia) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Amaral.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fui designado pelo Exm<sup>o</sup> Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, para representar esta alta Casa Legislativa na inauguração do Memorial JK, na cidade de Jataí, Estado de Goiás, evento marcado para as 19 horas de hoje. Recebo a indicação e me sinto honrado.

Também estarão presentes os Senadores Maguito Vilela, Paulo Octávio e Eurípedes Camargo, e a Sr<sup>a</sup> Ana Cristina Kubitschek Barbará Pereira, neta do fundador de Brasília.

A idéia de construir Brasília, como disse o próprio Juscelino Kubitschek em seu livro **Por que construí Brasília**, surgiu quase de um nada. As grandes idéias da história da humanidade acontecem sempre assim, frutos da casualidade unida com a inteligência incomum de um homem que percebe a mágica daquele momento e prevê o seu resultado.

Os passos anteriores ao surgimento de Brasília demonstram essa combinação. O então candidato JK não queria começar sua campanha de forma comum, pretendia inovar e escolheu a cidade de Jataí, em Goiás, por ser no Brasil Central, para o seu primeiro comício.

O fato, por si, já seria um marco político na história política brasileira. Antes de Jataí, todos os candidatos à Presidência da República começavam suas campanhas em grandes centros. Era a primeira vez que um candidato fazia tal escolha. Uma cidade pequena no interior do Brasil.

E assim aconteceu em Jataí. Era o dia 4 de abril de 1955. Durante seu discurso, JK disse que cumpriria fielmente a Constituição. Nesse instante, um dos ouvintes – Antônio Carvalho Soares, conhecido na cidade como Toniquinho – o interpelou para perguntar se a transferência da Capital da República, prevista

na Constituição, seria cumprida. Foi aí que o gênio, o homem público, o político percebeu o momento e previu a grandeza do resultado ali contido, respondeu: “Se for eleito, construirei a nova Capital e farei a mudança da sede do Governo.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essas palavras nos cercam em concreto e aço. Sou Senador pelo Distrito Federal e percebo a grandeza daquele momento em minha vida e de minha família. Somos pioneiros. Meu pai e minha mãe acreditaram no sonho e agradeço a Deus todos os dias por isso.

Não quero aqui fazer um relato histórico sobre Brasília – o próprio fundador já o fez –, pois seria pretensioso de minha parte. Quero, sim, enaltecer o povo desta cidade, os que habitam e trabalham, homens e mulheres que diariamente fazem das profecias de Dom Bosco a esperança, a busca por dias melhores e o engrandecimento do Brasil.

O povo de Brasília é lutador e determinado. Não desmerecendo nenhuma outra cidade, aqui as palavras estudo e trabalho são sinônimos de vida e se confundem com o dia-a-dia. Não há orgulho maior do que morar aqui, ser conhecido como brasiliense e ter os hábitos daqui. De minha parte, acrescento que, como Parlamentar, busco entender as necessidades da população desta terra e transformá-las em ação legislativa. Tenho vários projetos em discussão nesta Casa que confirmam a minha postura e o meu amor a Brasília.

De tal modo, Sr. Presidente, que fico não só honrado, mas também emocionado ao ser indicado pelo Presidente do Senado para representar esta Casa no lugar onde a profecia e o sonho tiveram encontro com a inteligência e visão de um humano iluminado como JK.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Permitte-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Senador Valmir Amaral, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento. V. Ex<sup>a</sup> hoje estará representando o Senado da República na minha cidade, por ocasião da inauguração do Parque Ecológico e do Memorial JK. Jataí hoje, sem dúvida nenhuma, será palco de alguns fatos importantes. Na época em que Juscelino era candidato a Presidente da República, Jataí era o maior reduto pessedista do Brasil, proporcionalmente. Exatamente por isso, Juscelino a escolheu. E foi levado a Jataí por um médico, seu colega de faculdade, Dr. Se-



rafin de Carvalho, já falecido. Hoje, a esposa do Dr. Serafim de Carvalho, D. Sílvia Carvalho, que foi a mulher que recebeu Juscelino em sua residência, estará nos reencontrando a todos e, principalmente, a neta de Juscelino Kubitschek de Oliveira. D. Sílvia tem quadros com Juscelino, com dedicatórias manuscritas por ele, além de cartas e bilhetes, que, hoje, estarão expostos no Memorial. Assim, muita coisa que a própria História não registrou será conhecida hoje em Jataí. Há também algumas fotos de alguns acontecimentos, inéditas, que farão parte do Memorial JK naquela cidade. Também gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Valmir Amaral, que o Prefeito de Jataí, Humberto Machado, um engenheiro muito jovem e que já é prefeito pela segunda vez, teve a sensibilidade de mandar construir o Memorial JK na cidade, pois isso servirá de elo para a própria história. Ou seja, o Memorial JK, em Jataí, é o elo que faltava para ligar a história da promessa de Juscelino, em Jataí, com a realidade que é hoje Brasília, aqui no Planalto Central. E V. Ex<sup>a</sup> terá a oportunidade de conhecer o Toniquinho, o ouvinte que fez a pergunta a Juscelino; também o Prefeito daquela época e outros políticos importantes, como César de Almeida Melo, Antônio Soares Ligeira, Luziano de Carvalho, enfim, todos que estavam com Juscelino Kubitschek no palanque no dia 4 de abril de 1955, a que V. Ex<sup>a</sup> fez referência, em cima de um caminhão Studebaker, em uma oficina mecânica. Portanto, todas essas pessoas que ainda estão vivas estarão presentes, juntamente com V. Ex<sup>a</sup>, na inauguração desse Memorial JK. Quero, pois, cumprimentá-lo pelo pronunciamento e também pela designação feita pelo Presidente José Sarney para que V. Ex<sup>a</sup>, que mora em Brasília, empresário que contribui muito para a grandeza desta cidade, seja o representante desta Casa na minha cidade, onde receberá as homenagens do grande e extraordinário Prefeito Humberto Machado, da Câmara Municipal e de todas as demais autoridades. Muito obrigado.

**O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF)** – Senador Maguito Vilela, estou muito honrado por ser apartado por V. Ex<sup>a</sup>. Hoje será um dia de muita alegria para todos nós. Tenho certeza de que a construção do Memorial JK em Jataí foi idéia de V. Ex<sup>a</sup>.

Nós, os três Senadores de Brasília, juntamente com a neta de Juscelino, Anna Cristina, estaremos hoje em Jataí prestigiando a inauguração do museu que engrandecerá o nosso País e, principalmente, o Estado de Goiás, o qual V. Ex<sup>a</sup> representa tão bem nesta Casa. V. Ex<sup>a</sup> é um lutador, um Senador que trabalha bastante pelo seu Estado e que, quando o go-

vernou, foi considerado o melhor Governador do Brasil à época.

Será uma honra para mim e, tenho certeza, para os meus Pares de Brasília, Senadores Paulo Octávio e Eurípedes Camargo, acompanharmos V. Ex<sup>a</sup> em Jataí. Tenho certeza de que será um dia inesquecível na vida dos Senadores de Brasília.

Parabéns, Senador Maguito Vilela, por essa brilhante idéia. Tenho certeza de que Anna Cristina está muito feliz com mais esse Memorial JK, em Jataí.

Parabenizo também o Senador Mão Santa, que preside esta sessão, pelo brilhante discurso que fez a respeito da vida de Juscelino Kubitschek. Parabéns, Presidente, Senador e ex-Governador Mão Santa!

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Senador Valmir Amaral, permite-me V. Ex<sup>a</sup> apartear-lo mais uma vez.

**O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF)** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Quero registrar um fato também interessante. Exatamente hoje, se estivesse vivo – e poderia estar vivo –, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira estaria completando 101 anos de existência. É, portanto, grande coincidência a inauguração do Memorial no dia de seu nascimento. O grande Prefeito de Jataí teve a idéia de construir – a idéia é dele, os méritos são dele, os recursos são da prefeitura – esse parque ecológico, que V. Ex<sup>a</sup> conhecerá, e o Memorial Jataí prestará todas as homenagens à família de Juscelino, por intermédio de sua neta, Anna Cristina Kubitschek, do Senador Paulo Octávio, que hoje é membro da família, de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Eurípedes Camargo. Portanto, hoje, se estivesse vivo, Juscelino Kubitschek estaria completando 101 anos de existência, e poderia estar vivo, porque temos visto pessoas que ultrapassaram a barreira dos 100 anos até com uma certa vitalidade. Muito obrigado.

**O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF)** – Senador Maguito Vilela, Jataí é a sua terra natal e foi lá que Juscelino teve a brilhante idéia de construir Brasília. Por isso, V. Ex<sup>a</sup> tem muita ligação com a Capital federal. Tenho certeza de que Juscelino está no céu muito feliz com a nossa presença em Jataí, comemorando os seus 101 anos.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – É interessante notar que foi de Jataí, de um distrito chamado Perolândia, que vieram as perobas e as madeiras para a construção dos primeiros edifícios de Brasília. E o Toniquinho, que fez a pergunta para JK, é marido da minha irmã mais velha, Anelita. De forma que, toda

a minha família estava no aeroporto e no comício, quando Juscelino Kubitschek fez a promessa da construção da cidade. Inclusive eu, muito garoto, recepcionei o Juscelino no aeroporto de terra da minha cidade no dia 4 de abril de 1955.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF) – Jataí tem muito a comemorar, por ter sido a cidade onde Juscelino fez o compromisso de construir Brasília e por um filho seu ter sido um dos melhores governadores do Brasil e, hoje, Senador da República.

Parabéns, Jataí e Senador Maguito Vilela. Até hoje à noite, em Jataí, se Deus quiser. Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Valmir Amaral, a Sra. Lúcia Vânia, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB, de Goiás. Em seguida, usará da palavra o Senador Renan Calheiros, Líder do PMDB.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senado Federal será, em breve, convocado a deliberar sobre mais uma questão da máxima relevância para o País. Trata-se da Emenda à Constituição nº 67, de iniciativa do Poder Executivo, que propõe a chamada reforma da previdência.

De acordo com o Governo, propõe-se a construção, a longo prazo, “de um regime previdenciário básico público, universal, compulsório para todos os brasileiros”. Tal regime, de caráter contributivo, como é tradicional na cultura previdenciária brasileira, contaria “com benefícios de aposentadoria definidos, valor do piso e teto claramente estipulados e gestão democrática quadripartite”.

Alega-se que a Emenda nº 20 criou regras bastante diferenciadas entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios previdenciários dos servidores, com desequilíbrios nas dimensões da equidade e sustentabilidade de longo prazo.

Portanto, quer a proposição “avançar no sentido da convergência de regras entre os regimes de previdência atualmente existentes”, aplicando aos servidores critérios estabelecidos para os trabalhadores do setor privado, de sorte a existir “um teto comum de benefícios e contribuições para os futuros segurados”. Com isso, julga o Governo arquitetar uma “previdência social mais equânime, socialmente mais justa e viável financeira e atuarialmente a longo prazo”.

Ponto por ponto, a PEC nº 67 dispensa a obrigatoriedade de lei complementar para fixação da remuneração dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; estabelece subteto limitado às remunerações de Governador, Desembargadores, Deputados Estaduais, Deputados Distritais e Prefeitos, a ser aplicado nos Estados, Distrito Federal e Municípios; estende o limite do Poder Judiciário dos Estados e do Distrito Federal, fixado em 90,25% da remuneração ou subsídio de Ministros do Supremo Tribunal Federal, para membros do Ministério Público, Defensores e Procuradores.

Subordina à definição de lei a concessão de aposentadoria por invalidez determinada por doenças graves, contagiosas e infecciosas; modifica as regras de transição para servidores que ingressaram no serviço público até 16 de dezembro de 1998, mediante a imposição de redutores, mantida a integralidade e a paridade com a observância de experiências especiais; estabelece novos critérios para o cálculo de pensões e dependentes de servidores; substitui a aposentadoria integral dos servidores pela resultante da média das remunerações; substitui a paridade constitucional entre remuneração e benefícios de servidores ativos e inativos por “índices de atualização”.

Garante aos servidores aposentadoria e pensão aos dependentes, quando em gozo desses benefícios ou quando cumpridos os requisitos; estende a integralidade e paridade, de acordo com a lei, aos servidores com idade mínima de 60 ou 55 anos e não, mais, com 53 ou 48 anos, se homem ou mulher; tempo de serviço público de 20, e não de 10 anos; e na carreira e no cargo, de 10 e 5 anos, respectivamente, para 5 anos no cargo, percebendo benefícios calculados pela média e com redutor.

Acena a reforma com a inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda, com benefício de um salário mínimo, exceto aposentadoria por tempo de contribuição. Em minha avaliação, falta clareza da proposta para incluir os 40 milhões de trabalhadores que se encontram fora do sistema, especialmente mulheres, donas de casa, trabalhadores informais, jovens e até crianças – sim, porque elas somam quase meio milhão, apenas no trabalho doméstico.

Acolhida, nos termos em que está apresentada, a Proposta de Emenda à Constituição nº 67 de 2003, vai determinar o estabelecimento de teto de remunerações e benefícios equivalente ao subsídio ou remuneração de Ministro do Supremo Tribunal Federal e de subteto nos Estados e Municípios. Remunerações e benefícios em desacordo com a Constituição serão reduzidos, não se admitindo invocação de direito adquirido a qualquer título. Nesse aspecto, em muito me

preocupa o sucateamento do serviço público profissional, essencial à cidadania e aos avanços sociais.

A integralidade das aposentadorias, mantida para os atuais funcionários públicos “desaparece completamente para futuros servidores”, assim como a paridade entre eles. Existirá regra de transição para extinguir a aposentadoria proporcional de quem não atenda aos requisitos da Emenda 20.

Acredita-se que, com a reforma da previdência, o Governo possa economizar R\$2,45 bilhões por ano. Para tanto, ela é apresentada como medida necessária a um inadiável saneamento das contas públicas, de forma a permitir a retomada do crescimento do País. Um objetivo que, na defesa competente do Senador Aloízio Mercadante, não deixa de sensibilizar e embala de forma atraente o sacrifício maior do funcionalismo.

Sobre isso o respeitável economista Dércio Garcia Munhoz avalia que jamais o Tesouro gastou tão pouco com o funcionalismo ativo e inativo da União. Diz ele: “Trinta por cento das receitas correntes eram despesas com servidores em 1995. Com a política de arrocho salarial dos últimos dez anos, tais gastos recuaram para menos de 20% das receitas.

No entanto, o inusitado volume de emendas já oferecidas à proposição, confirma a tentativa de salvá-la, uma vez que o texto da pretendida reforma da previdência desatende aos segurados que dela esperavam maior alcance e garantia de benefícios.

Apresentei três emendas, uma delas contra a taxação dos inativos e pensionistas do setor público, a exemplo do que ocorre no setor privado. Considero que essa taxação representa um ônus adicional ao imposto de renda a que estão sujeitos e contraria o bom senso, pois na fase da vida em que se está com a idade avançada é que se necessita de gastos com medicamentos e cuidados especiais.

Estamos propondo ainda que o redutor sobre aposentadorias e pensões acima do regime geral da previdência social seja eliminado, porquanto os aposentados e pensionistas já estarão sujeitos à contribuição solidária de 11%. Mesmo que se leve em consideração a redução das despesas do servidor falecido no orçamento familiar, é preciso ter em conta o princípio da razoabilidade, sob pena de o redutor vir a ser caracterizado como confisco pelo Supremo Tribunal Federal.

Outra lacuna que proponho corrigir visa a fazer justiça aos atuais servidores públicos, que já se encontram no meio da transição prevista pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Eles não podem ver as

suas expectativas legítimas de direito totalmente ignoradas. Trata-se de uma regra de transição que combina o tempo de serviço já cumprido até a data da promulgação da reforma com aumento de idade mínima proposto pela reforma, sem acarretar qualquer abalo na estrutura e objetivos da reforma proposta.

Por outro lado, Sr. Presidente, na condição de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, não poderia me omitir diante da exclusão da CAS desse debate restrito à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por se tratar de emenda à Constituição. Não tenho dúvida de que compete regimentalmente à CAS a discussão da matéria relativa à Previdência por suas implicações sociais e nas questões trabalhistas. Com base em consultas aos especialistas em legislação, levantamos precedentes e prováveis equívocos de interpretação e dei entrada ontem em requerimento, solicitando que a PEC seja remetida à Comissão de Assuntos Sociais.

Confio no bom senso desta Casa para avaliar o pleito, que faço em respeito aos Senadores que compõem a maior Comissão do Senado.

Pelas reações que colhi, Sr. Presidente, inclusive do Bloco do Governo, é de se supor que, a depender do voto da maioria das Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa iniciativa do Poder Executivo dificilmente merecerá o acolhimento passivo do Senado Federal.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Após o brilhante pronunciamento da Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás, concedo a palavra, por cessão do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Senador Renan Calheiros, de Alagoas, Líder do PMDB nesta Casa.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já em agosto do ano passado, especialistas em meteorologia alertavam que a seca no Nordeste, agora, em 2003, seria semelhante à de 1998. Há cinco anos, como se sabe, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a estiagem, na região do semi-árido, foi uma das cinco mais intensas do século XX.

A crônica, Sr. Presidente, desse fenômeno cíclico e anunciado se fez, mais uma vez, e a história se repetiu. Apenas em Alagoas, calcula-se que mais de 40 mil pessoas estejam sofrendo com os efeitos da seca – a maior dos últimos 41 anos. Choveu, em Alagoas, na estação mais chuvosa do nosso semi-árido – exatamente em abril, maio, junho, julho e agosto –, apenas 120 mm, e em pouquíssimos dias. Desnutri-

ção, fome, doenças, migração... as conseqüências da seca, V. Ex<sup>a</sup> sabe muito bem, são conhecidas.

Acostumados à falta de comida e água, muitos alagoanos vêm na miséria o agravamento da sua situação. E essa situação, Sr. Presidente, se complica muito mais com outro tipo de escassez: a de cestas básicas e carros-pipa. Para muitos sertanejos, as cestas, nesse período, são a principal fonte de alimento. Depois de mais de 12 meses praticamente sem chuva – choveu apenas 120 mm, em pouquíssimos dias, como já me referi –, algumas prefeituras criaram uma espécie de vale-fome, que autoriza as famílias mais carentes a comprarem alimentos em armazéns e supermercados do Município.

No sertão do meu Estado, Sr. Presidente, a situação é crítica. Muitos já perderam totalmente as suas safras e, agora, perdem o pequeno rebanho. Em Santana do Ipanema, por exemplo, no sertão de Alagoas, a 224 Km de Maceió, o prefeito decretou estado de calamidade pública e vem destinando boa parte do Fundo de Participação do Município à compra de alimentos e ao aluguel de tratores e carros-pipas. Dos 42 mil habitantes, 18 mil sofrem diretamente com a seca. A economia da região, baseada na agricultura de subsistência e na criação do gado, Sr. Presidente, teve uma redução de 70% nos últimos quatro anos, segundo o prefeito.

Em São José da Tapera, a seca atinge gravemente a zona rural e, também, a zona urbana. Em São José da Tapera, a seca atinge também grande parte da população, principalmente a da zona rural, onde residem quase 60% dos 28 mil habitantes; e também a zona urbana, Sr. Presidente, que só recebe água a cada dois dias, apesar de o Município ficar a 30 km do rio São Francisco. A prefeitura afirma que o corte das 3.000 cestas básicas e a ausência de carros-pipas, contratados pelo Governo Federal, vem, sem dúvida alguma, agravando essa situação.

O resultado da devastação provocada pela estiagem não poderia ser outro: crianças sem leite, famílias com direito a apenas uma escassa refeição diária, ou que enganam, Sr. Presidente, lamentavelmente, o estômago com produtos colhidos no meio do mato, como a palma forrageira, alimento do gado, que muitas vezes servem para alimentar as pessoas, diante do desespero.

Já debilitada, a economia do semi-árido nordestino, onde moram 21 milhões de sertanejos, sem dúvida, entra em colapso irreversível com essa seca.

Vários prefeitos do sertão e do agreste de Alagoas prometem, desesperados, bloquear as rodovias caso o Governo Federal não envie, com urgência, re-

ursos para a contratação de carros-pipas e compra de alimentos para as famílias castigadas pela seca.

Diante dessa situação alarmante, Sr. Presidente, o Senador Teotônio Vilela, a Senadora Heloísa Helena e eu, acompanhados dos integrantes da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, Senadora Lúcia Vânia, Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho, estivemos esta semana com o Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar, Francisco Graziano, e com representantes dos Ministérios da Integração e da Defesa para pedir providências urgentes.

Como conseqüência, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma Comissão formada por membros desses Ministérios, do **Fome Zero**, além da Sudene, irá a Alagoas para agilizar medidas que aliviem a situação das famílias atingidas pela seca.

Considero, sem dúvida, oportuna a idéia de inclusão da zona de ocorrência da seca, em Alagoas, no Programa Fome Zero.

Além disso, Sr. Presidente, temos de adotar medidas, como a contratação de carros-pipas, a distribuição de cestas básicas e a recuperação de prejuízos, com a perda de produção de pequenos e médios proprietários.

No entanto, Sr. Presidente, não é apenas isso. Temos de pensar grande, temos de pensar também em ações permanentes que ajudem a população a conviver com as condições climáticas adversas, já que o povo nordestino, como sabemos, possui uma cultura regional rica e diversificada.

Desde o tempo do Império, tenta-se melhorar as condições econômicas da nossa região, solucionando um problema que parece fundamental: a falta d'água, uma vez que não é a qualidade do solo o fator que limita a sua produtividade. Prova disso, Sr. Presidente, é que as regiões irrigadas com água do rio São Francisco ou de grandes açudes criaram áreas verdes e produtivas que contrastam profundamente com as condições originais da região seca e do agreste.

A irrigação com alta tecnologia é, sem dúvida, uma resposta ao problema da seca do Nordeste, como foi, por exemplo, em Israel, que seria um deserto muito pior que o Nordeste não fosse a irrigação artificial. Para se ter uma idéia da importância da irrigação naquele país, basta lembrar que cerca de 20% de toda a eletricidade usada lá é despendida, bombeando água para essa finalidade.

Temos, sem dúvida nenhuma, de buscar soluções locais, capazes de resolver o problema, uma vez que a população se encontra espalhada numa área de centenas de milhares de quilômetros quadrados.

São projetos de baixo custo e que não envolvem grandes investimentos, que podem atender as populações locais mais pobres para as quais o acesso à água pode fazer a diferença entre sobreviver ou migrar para as grandes cidades do litoral e para o Sul e Sudeste do País.

O problema da falta de água no Nordeste não se deve propriamente à reduzida precipitação – que existe, V. Exª o sabe muito bem, mas é altamente irregular e imprevisível –, mas à taxa de evaporação de água no solo, que faz grande parte dela sumir rapidamente. Por isso, a construção de açudes em barragens subterrâneas é altamente indicada. Essas pequenas represas bloqueiam o fluxo de água abaixo do leito de rios temporários, onde a água se infiltra. As perdas por evaporação diminuem, e a água permanece armazenada por longos períodos, podendo ser usada para a agricultura, e o consumo, pelos animais e pelas populações locais.

Sanar os efeitos danosos da seca e até tirar proveito das características climáticas singulares do Nordeste é tarefa que nos compete realizar, de uma vez por todas, a partir de um enfrentamento coerente que conjugue obstinada determinação política, criteriosa utilização dos meios científico-tecnológicos e planejamento estratégico adequado.

É preciso que troquemos a idéia de acabar com a seca pela noção de conviver com ela. Temos de aprender com ela. Em vez de remediar seus efeitos, temos de investir em pesquisa e tecnologia de ponta, em programas consistentes de longo prazo e na correta capacitação daqueles que vão executá-los. Dentre as muitas coisas que temos a fazer, há que mudarmos a estrutura fundiária do Nordeste. Temos também de criar atrativos para que mais capital privado se fixe na região. Temos ainda de extirpar da mentalidade do nordestino a chamada “cultura da seca”, para que esta dê lugar a um novo paradigma de organização e participação comunitária.

É imperioso, Sr. Presidente, que haja neste contexto o estímulo a uma postura participativa por parte das populações envolvidas. Cabe às esferas de governo propiciar que a representatividade social se exerça de forma ativa e reativa, em lugar da atitude passiva, até hoje alimentada pelo rescaldo de antigos padrões do clientelismo servil.

Não bastam, portanto, a vontade política e a adequada ação dos governos. Cumpre que se desenvolva uma efetiva mobilização social. Ademais, haveremos de priorizar a sustentabilidade, compatibilizando um equilibrado crescimento econômico com as voações naturais da região.

O clima semi-árido tropical do Nordeste proporciona alta luminosidade, calor constante e baixa umidade relativa do ar, o que, associado à irrigação, resulta em maior velocidade de crescimento das plantas, maior produtividade e menor incidência das pragas. Experiências bem-sucedidas vêm sendo desenvolvidas com o emprego de diversificadas técnicas, com métodos de irrigação mais adequados. A exploração do vasto potencial da Região para a instalação de agroindústrias orientadas à fruticultura tende, principalmente, a potencializar a capacidade de geração de empregos.

O investimento para se criar um emprego no setor de hortifruticultura é da ordem de US\$6 mil, quinze vezes menos do que o necessário para se criar um emprego na indústria automobilística, por exemplo. Devemos, sem dúvida nenhuma, planejar o gerenciamento hidroambiental e de águas subterrâneas, cujas reservas exploráveis se estimam em 200 bilhões de metros cúbicos anuais.

Para concluir, devo dizer que o povo nordestino precisa, sim, de apoio do Governo e de campanhas que envolvam o País, mas o que mais quer e merece é a oportunidade de trabalhar e de ganhar a vida com dignidade, com seus próprios esforços e sua enorme capacidade.

Era o que tinha a dizer, no momento em que agradeço a V. Exª e aos Srs. e Srªs Senadoras presentes. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Paulo Octávio, tive o privilégio de relembrar o pronunciamento que V. Exª fez nesta Casa há um ano, relembrando principalmente a parte final. V. Exª disse: “Amo Brasília”. E as lágrimas que derramou não foram de lamentação, mas porque seus pais acreditaram no sonho de Juscelino e V. Exª teve, assim, o privilégio de crescer nesta cidade, com esta cidade.

V. Exª terminou dizendo: “Viva Brasília! Viva JK!”

Também apresentei a homenagem que recebi. Deus foi muito bom porque me permitiu ser homenageado como V. Exª e agraciado com a Soberana Ordem do Mérito do Empreendedor Juscelino Kubitschek, no Memorial JK, que a esposa de V. Exª dirige com muito amor e sabedoria.

Concedo a palavra a V. Exª, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior, neste dia em que se comemoram, a dois mil e três anos do nascimento de Cristo, JC, que pregou amor, os cento e um anos de JK, que pregou o otimismo e o desenvolvimento.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Senador-Comendador Mão Santa, assisti ontem, no Memorial JK, à outorga que lhe foi feita do título de Comendador da Ordem dos Empreendedores, em homenagem a Juscelino Kubitschek.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Eurípedes Camargo, de Brasília, realmente hoje, 12 de setembro, comemoramos o nascimento desse grande estadista brasileiro. Há exatamente cento e um anos, em Diamantina, nascia um Presidente que soube, com competência, amor e patriotismo, dirigir o Brasil.

Sei, Senador Mão Santa, que hoje V. Ex<sup>a</sup>, neste plenário, registrou a célebre frase de JK, que se refere a Brasília: “Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das mais altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu País e antevejo esta alvorada com uma fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino”.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Paulo Octávio, isso foi dito em 02 de outubro.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – De 1956.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Antes de haver qualquer coisa além da crença de Juscelino.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – E é por isso, Senador, que quero registrar que a homenagem de ontem foi a empreendedores brasileiros, a pessoas que souberam, com sacrifício pessoal, familiar e de toda natureza, construir pontos e coisas positivas para o nosso País.

Já vi homenagem ao JK político, ao JK Governador, ao JK Prefeito, ao JK Senador, ao JK Presidente, ao JK estadista. Ontem, assistimos a uma menção diferente: JK empreendedor. E ser empreendedor é um pouco diferente de ser apenas político.

Nós, políticos, temos que também ser realizadores, também acreditar neste País.

Ontem, tive a oportunidade de lembrar que, no seu espaço de Presidente, por centenas de vezes, JK, depois de trabalhar o dia todo no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, pegava um avião, que não era como esses aviões modernos, a jato, que temos hoje, cruzava os céus do Brasil, sem nenhuma orientação do Sindacta, sem nenhuma orientação de tráfego aéreo, com radares antigos, muito diferentes dos atuais, e descia em Brasília. Trabalhava o dia todo, pegava um avião, dormia nele e, depois de três ou quatro horas de vôo, descia em Brasília às cinco ou seis da manhã para visitar as obras. A sua presença foi o que fez Brasília, porque ele sabia que o sacrifício de viajar a noite toda, correndo todos os riscos, seria importante. Do contrário, a cidade não seria construída nos mil dias.

V. Ex<sup>a</sup>, que já foi Governador, sabe muito bem da importância da presença da autoridade acompanhando a obra, o trabalho, o que dá uma nova motivação. Os candangos, aqueles maravilhosos brasileiros – o Senador Eurípedes Camargo bem sabe disto –, quando acordavam, na madrugada, deparavam com um Presidente da República, de botas, olhando a construção de uma avenida, de uma catedral, de um palácio, de um prédio residencial, ficavam muito mais motivados, porque se sentiam prestigiados e homenageados por estarem sendo observados e aplaudidos pelo Presidente do Brasil.

Brasília foi construída em 1.000 dias, graças ao desprendimento de um empreendedor, que, democraticamente, com muita liberdade, suportou todas as críticas que lhe foram feitas pela construção de uma nova capital no cerrado brasileiro, no interior do Brasil. Fico imaginando as dificuldades que esse homem suportou; as dificuldades dos partidos de oposição, implacáveis; as dificuldades daqueles que não queriam sair de uma cidade, até hoje maravilhosa, o Rio de Janeiro. Imaginem os cariocas, muitos funcionários públicos, com suas vidas estabelecidas, suas casas construídas, suas famílias edificadas, terem que acompanhar o sonho de um empreendedor brasileiro.

Talvez nós, hoje, depois de 43 anos de Brasília inaugurada, não tenhamos a dimensão do que foi essa epopéia brasileira.

Mas a história, a cada dia, registra mais esses momentos do País. A história, a cada dia, registra mais a epopéia de Brasília, e a marca como a grande obra dos brasileiros no século passado. Se temos que ter orgulho de sermos brasileiros, temos que ter orgulho de ter tido a capacidade de, em apenas 1.000 dias, construir uma capital no cerrado, sem nenhum apoio, sem infra-estrutura nenhuma, sem meios de comunicação, sem transporte, sem telefone, com muitas dificuldades. Se hoje já é difícil construir uma cidade, imaginem há 50 anos!

É por isso que hoje, dia do nascimento do fundador de Brasília, fico muito feliz em saber que os Senadores Mão Santa, Maguito Vilela, Valmir Amaral e Eurípedes Camargo registraram, nos Anais do Senado, a devida homenagem a esse grande Presidente.

Hoje, no final da tarde, estaremos em Jataí inaugurando, nessa pacata cidade do interior de Goiás, um monumento à memória de JK. Porque foi em Jataí, Senador Mão Santa, que um simples brasileiro, em um comício de um candidato a Presidente da República, quando o candidato colocava suas propostas, suas metas, democraticamente, numa noite chuvosa, em cima de um caminhão, foi naquele momento que um jovem de apenas 18 anos perguntou ao candidato se ele ia cumprir a Constituição e construir a nova capital brasileira. Em um momento abençoado – eu não

tenho dúvida de que foi uma resposta abençoada, aqueles momentos que mudam a história da humanidade, aqueles momentos que os líderes têm e que mudam um país –, um momento mágico, JK respondeu: “Sim, vou respeitar a Constituição e vou construir a nova capital dos brasileiros”. Imaginem a perplexidade da equipe que o acompanhava, de seus assessores, que não tinham essa meta como uma das metas lançadas em sua candidatura a Presidente.

Terminado o comício, a meta síntese da candidatura do então candidato a Presidente, JK, foi a construção de uma nova capital. Ninguém sabia com que recursos, ninguém sabia exatamente como seria, mas era a meta síntese de um candidato a Presidente. Ninguém acreditava. O Brasil não acreditava. Como seria possível mudar a capital, de uma cidade tão bonita como o Rio de Janeiro, para o interior do Brasil, onde nada havia? É aí que entra a frase: “... desta solidão...”. Era uma solidão este local. O Brasil não conhecia o seu interior; o Brasil não conhecia o Centro-Oeste; o Brasil era todo voltado para o litoral. Oitenta por cento da população brasileira vivia no litoral. De repente, um brasileiro, abençoado, lança, com muito entusiasmo, a construção desta cidade. E lança porque um humilde jovem do interior de Goiás lhe perguntou se ele ia respeitar a Constituição. Vejam a importância da democracia. Vejam a importância das eleições, das disputas políticas, do contato com o povo, das perguntas que, muitas vezes, um simples trabalhador brasileiro pode fazer a um político e influenciar a vida do País.

Hoje, estaremos em Jataí – repito –, homenageando aquele jovem Toniquinho, homenageando a cidade e também e principalmente o Presidente JK, que esteve aqui nestas mesmas cadeiras onde hoje nos sentamos, hoje ocupadas pela Bancada de Goiás, tendo em vista que o Senador JK representou o povo goiano.

Senador Mão Santa, acabo de vir de uma missa; uma missa campal, muito simples, realizada sob um toldo armado no Cruzeiro de Brasília, logo após o Memorial JK. Uma missa bonita, celebrada por Dom José Freire Falcão, Arcebispo de Brasília; uma missa muito tocante, com a participação de crianças de algumas escolas, com alguns corais, o coral do Cruzeiro, muito bonito. Lá, nós assistimos, mais uma vez, a uma missa em homenagem ao Presidente JK, à sua família, aos candangos que aqui viveram, que aqui morreram, a homens de fibra, que o Brasil tem muitos. V. Ex<sup>a</sup>, como político eminente do País, ex-Governador, sabe muito bem como é o trabalhador brasileiro. Quantos piauienses fizeram Brasília! Quantos piauienses deram suas vidas em prol dessa epopéia que foi a construção da nossa cidade! E lá, nos garantiu o Governador Joaquim Roriz que pretende construir

definitivamente um local para que a primeira missa realizada em Brasília possa estar sempre na memória dos brasileiros, e o local passe a ser de conhecimento do País e do mundo. Lá, se pretende construir, da mesma forma como foi feita a primeira missa, em 1956, um local adequado para as futuras missas, onde muitos outros brasileiros, nossos filhos, nossos netos, poderão sempre, nos momentos de valorização dos estadistas, dos heróis, da história brasileira, estar presentes, pensando em Deus e nas realizações humanas.

Por isso, Senador Mão Santa, quando comemoramos 101 anos de nascimento de JK, o “tocador de sonhos”, na inspirada definição do jornalista Humberto Werneck. Mais do que um sonhador, JK foi um estadista. Homem de extraordinária visão, como poucos, amou e honrou a nossa Pátria. É um exemplo para as novas gerações de brasileiros.

Em 1955, com a eleição do Presidente Juscelino, é reiniciada a marcha para o oeste brasileiro, cuja partida fora dada séculos antes pelos colonizadores portugueses.

Nos anos 60, 70 e 80, ocorreram imensas correntes migratórias do Nordeste para o Sudeste. A despeito disso, programas como o “Pólo Noroeste”, incentivaram as migrações do Sul em direção ao centro do País, principalmente aos Estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Goiás, incluindo a região onde se encontra o atual Estado do Tocantins.

Os proprietários rurais da região Sul, atraídos pelos baixos custos das terras localizadas no Centro-Oeste, emigraram para o cerrado, voltando seus olhos para a exportação de grãos, sobretudo a soja, que muito bem se adaptou ao clima local.

Os anos 90 consolidaram a nova fronteira agrícola do cerrado: a soja passou a ser o principal item de nossa pauta de exportações. Apesar do visível progresso econômico, bolsões de pobreza começaram a se formar, sobretudo no entorno do Distrito Federal e das demais capitais dos Estados da região.

A proliferação dessas áreas pobres demonstra que o desenvolvimento sustentável do cerrado não pode estar alicerçado unicamente na agricultura. É necessário um planejamento integrado, sob pena de a região sofrer, num futuro muito próximo, dos mesmos males das grandes cidades do Sudeste.

Com a finalidade de buscar soluções para os problemas comuns, em fevereiro deste ano foi instituída a Frente Parlamentar do Centro-Oeste, de caráter suprapartidário, composta por 41 Deputados Federais e 12 Senadores.

Logo nas primeiras reuniões da Frente, ficou decidido que seria constituído um grupo dedicado ao estudo de uma área de desenvolvimento regional.

Após entendimento com o ilustre Senador Jonas Pinheiro, apresentei, neste plenário, em 21 de julho, as bases para o futuro Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Centro-Oeste (RIDE).

Dada a complexidade do Programa, que envolve aspectos políticos, técnicos, institucionais, legais, administrativos, sociais, ambientais, financeiros e gerenciais, recomendei à minha assessoria que buscasse uma metodologia que abrigasse todas essas vertentes, sintetizando-as num único documento, transparente e objetivo, com a finalidade de chamar a atenção dos três níveis de governo, da sociedade civil e do setor produtivo para a importância do tema.

Tomei a liberdade de nomear o documento preliminar de "Programa JK". Uma justa homenagem àquele que, como nenhum outro, como aqui referenciamos, reconheceu as potencialidades do cerrado brasileiro e redesenhou o mapa político e econômico do País.

Gostaria de registrar que, em breve, disponibilizarei aos membros da Frente Parlamentar do Centro-Oeste, aos Governadores dos Estados da região e a cada um dos Srs. Senadores que se interessarem um exemplar do "Programa JK", para exame, sugestões e aperfeiçoamento.

Caso consigamos levar adiante o "Projeto JK", podem ter certeza de que estaremos galvanizando o grande ideal de Juscelino, tornando realidade o sonho do grande estadista.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, já se disse que este é um País injusto. Infelizmente, não é possível discordar dessa assertiva. Afinal de contas, nunca é demais lembrar que a distribuição de renda no Brasil é uma das piores do mundo.

Já se disse que este é um país sem memória.

Também já se disse que este é o País do futuro.

O que não se disse, ou melhor, o que poucos percebem é que este é um País surpreendente. E o que mais nos surpreende no Brasil é a capacidade de superação de seu povo. Em determinados momentos da história, esse povo dá provas incontestáveis de grandeza, altruísmo e fé.

Em toda a história deste País, o momento de maior superação do povo brasileiro se deu com a construção da cidade-monumento de Brasília, obra-prima da arquitetura contemporânea. Brasília não existiria não fosse a obstinação de Juscelino e o braço forte de milhares de brasileiros e brasileiras que acreditaram no sonho da nova capital.

Lembrar Juscelino é homenagear a fibra do povo brasileiro. No dia de seu 101º aniversário, a memória do saudoso Presidente nos remete a dias de glória. Dias esses que pretendemos retomar com a implantação do grandioso "Projeto JK".

Não tenho dúvidas de que alguns, mais apressados, dirão que esse projeto é por demais ambicioso e de difícil execução. Lembro, porém, que se ouviu algo semelhante a isso quando um certo candidato a Presidente da República disse que mudaria a capital do Rio para o centro do País.

É um projeto estratégico e moderno que terei muito prazer em apresentar a V. Ex<sup>as</sup>, de quem espero ouvir valiosas sugestões e contar com inestimável apoio.

Sr. Presidente, por isso, hoje, no dia em que comemoramos o 101º aniversário desse grande estadista, no dia em que V. Ex<sup>a</sup> preside esta sessão, com esta condecoração de "Comendador da Ordem JK", quero registrar a emoção de todos os candangos e brasilienses, de todos aqueles que amam esta cidade, em ver o Senado Federal sendo presidido por um ilustre representante do povo do Piauí, Estado que ajudou a construir Brasília, ostentando, com muito orgulho, esta comenda, que tão apropriadamente foi concedida ontem a V. Ex<sup>a</sup>.

Assisti à cerimônia, aplaudi V. Ex<sup>a</sup> e o aplaudirei sempre, porque sei que dentro do coração do nobre Senador Mão Santa bate um grande amor por Brasília, um grande amor pela história do Presidente JK e um grande respeito por aqueles piauienses – e foram tantos – que trabalharam, viveram e fizeram este sonho.

Por isso, ao prestigiar e homenagear o povo do Piauí, por intermédio de V. Ex<sup>a</sup>, quero deixar registrado que hoje, com muita emoção, ao lado do Senador Maguito Vilela, que acaba de adentrar neste plenário, estaremos juntos, Brasília e Goiás, homenageando JK, o nosso grande herói brasileiro.

Parabéns, Senador Mão Santa, pela comenda que foi conferida a V. Ex<sup>a</sup> ontem.

Parabéns, Senador Maguito Vilela, pela homenagem que prestará hoje, em Jataí, a esse que foi eleito recentemente o maior homem do século que passou. Parabéns aos goianos, por intermédio do povo de Jataí. É uma homenagem que toca profundamente Brasília, que toca profundamente a família JK, que toca profundamente aqueles que querem construir um Brasil diferente.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – É um enorme prazer receber um aparte deste grande amigo, ilustre representante do povo goiano, ex-Governador de Estado, Senador Maguito Vilela.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Senador Paulo Octávio, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, desde ontem, vários pronunciamentos foram feitos nesta Casa para



comemorar os 101 anos do nascimento de Juscelino Kubitschek de Oliveira, o maior estadista de toda a história do nosso País, dos 500 anos do Brasil, homem que tinha uma visão extraordinária, um grande empreendedor e um político habilíssimo, com uma enorme sensibilidade. Hoje, V. Exª e os demais Senadores de Brasília terão oportunidade de conhecer alguns fatos inéditos. Eu acompanhava o pronunciamento de V. Exª quando me deslocava para esta Casa. V. Exª dizia da coragem de JK. Quando ele se deslocou para Jataí, saindo de Belo Horizonte, o tempo era chuvoso, extremamente perigoso. Ele foi num avião – naquela época, os aviões não tinham muita segurança –, e os próprios líderes de Jataí o advertiram dos riscos de fazer aquela viagem, mas, corajosamente, ele disse que iria, que era um compromisso dele com a cidade. Realmente, chegou lá debaixo de muita chuva, tanto que faria um pronunciamento na Praça Tenente Diomar Menezes, onde o povo já se encontrava, mas isso não foi possível em função do mau tempo. Deslocou-se, então, para uma oficina mecânica e, em cima de um caminhão Studebaker, fez seu pronunciamento. Acho que esse caminhão ainda está lá. V. Exª relembra a célebre pergunta feita por Toniquinho, que levantou o braço no meio da multidão. O interessante é que entreguei ao ex-Presidente do Senado uma foto que registrou justamente esse momento. Juscelino interrompeu seu pronunciamento para ouvir Toniquinho, que lhe fez a pergunta. Juscelino a ouviu atentamente, parou um pouquinho e respondeu. A partir daquele momento, ele fez da pergunta e da resposta a sua bandeira de campanha. Era um homem que tinha lampejos de genialidade, sabia o que queria, tinha uma visão estratégica do nosso País e que demonstrou grande sensibilidade ao interromper seu pronunciamento para ouvir alguém do povo. Juscelino Kubitschek fez largas amizades em Jataí. Jataí, na época – isso é interessante, e a história não registra –, era o maior reduto do PSD no Brasil, que tinha como líder um médico, colega de JK na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais – assim denominada na época –, o Dr. Serafim de Carvalho. Por certo, na tarde de hoje, a esposa dele, que foi a anfitriã, D. Sílvia de Carvalho, também os cumprimentará. V. Exª – já tive oportunidade de dizer isso – verá fatos inéditos da história toda que culminou com a construção desta Capital maravilhosa, que V. Exª tem ajudado muito, política, administrativa e empresarialmente falando. V. Exª é um dos ícones desta Capital, tem dado uma contribuição muito grande ao seu desenvolvimento e, coincidentemente, está ligado à família de JK, pois casou-se com a neta dele, Ana Cristina Kubitschek. É importantíssimo para todos nós, jataienses, recebê-los lá hoje, o casal, naturalmente, acompanhado do Senador Eurípedes Camargo e do Senador Valmir Amaral, que vai representar o

Senado na inauguração do parque ecológico, que é muito bonito, tem um lago, e do memorial, com fotos inéditas que nem mesmo Brasília possui, algumas cartas, bilhetes que Juscelino, de forma muito carinhosa, mandava ao povo de Jataí, escritos com sua própria letra. Cumprimento V. Exª por esse pronunciamento, por suas ligações com a família Kubitschek, por seu arrojo ao ajudar esta cidade a se transformar na grande Capital que é. Também cumprimento o Senador Mão Santa pela comenda recebida ontem, muito justa e merecida. Muito obrigado.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Senador Maguito Vilela, V. Exª, com seu aparte, enriquece o pronunciamento que faço em homenagem ao 101º aniversário do Presidente Juscelino, com detalhes que confesso que desconhecia e em que hoje quero aprofundar-me ao chegar a Jataí. Certamente, nos discursos que ouviremos e transmitiremos para todo o País, registraremos cenas vivas da história política brasileira.

O Senador Maguito Vilela tem sido um grande companheiro no resgate da memória de JK; tem participado de momentos importantes de comemoração, como o centenário que fizemos no ano passado, e prestigiado o memorial presidido por Ana Cristina, lembrando sempre a saga, a tenacidade do Presidente.

É importante, Senador, que nós, políticos, tenhamos sempre em mente a importância de resgatar os heróis brasileiros, aqueles homens que mudaram o nosso País. São poucos. V. Exª é um deles: mudou o Estado de Goiás. É jovem representante de um dos Estados que mais crescem no País.

Cumprimento V. Exª e o povo do Estado de Goiás, que teve a nobreza de eleger JK Senador da República. Depois de deixar o mandato presidencial, ele continuou na vida pública graças à gratidão e ao reconhecimento do povo goiano, que V. Exª tão bem representa, graças a essa nobreza de gestos concretos do povo goiano, que V. Exª continua representando com dignidade, ao lembrar sempre esse grande estadista.

Convido V. Exª, Senador Maguito Vilela, o Senador Eurípedes Camargo e o Senador Valmir Amaral, para juntos analisarmos o documento que pretendo levar em nossa viagem: o Programa de Desenvolvimento Integrado Sustentável da Região do Cerrado do Centro-Oeste.

Se JK foi capaz de construir esta cidade em mil dias, certamente nós, políticos de Goiás, Brasília e Minas Gerais, seremos capazes de dar dignidade a essas milhares de famílias que hoje vivem numa região que é a que mais cresce no Brasil – com taxas de quase 5% ao ano, inimagináveis em qualquer país do mundo –, mas que enfrenta dificuldades que V. Exª tão bem conhece.

Por isso, tenho certeza de que essa viagem, além do resgate da memória de JK, da homenagem de Toniquinho, de V. Exª e do povo goiano por intermédio da cidade de Jataí, será muito oportuna, porque concretaremos um caminho, solidificaremos uma parceria de propostas para melhorar a região.

Se JK foi capaz de fazer em mil dias esta grande cidade, seremos capazes, talvez em um espaço de tempo mais longo, de achar uma solução para o entorno da Capital brasileira.

**O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO)** – Senador Paulo Octávio, quero, mais uma vez, solicitar um aparte, para dizer que lutarei, de corpo e alma, para que esse projeto se concretize. Por certo, mais um sonho de JK estará sendo concretizando. V. Exª chamou a atenção para um detalhe: o crescimento da ordem de 5%. O Centro-Oeste brasileiro, hoje, a meu ver, é a grande alavanca deste País. Mas é importante notar que Juscelino Kubitschek fez o País crescer quase 8% ao ano, naquela época. Isso, sim, é administrar com competência, com visão, com amor à Pátria. Juscelino talvez tenha feito o Brasil crescer com o maior índice de toda a sua história. Senador Paulo Octávio, sobre as homenagens de Jataí, elas também devem ser dirigidas e endereçadas ao seu Prefeito, Humberto Machado. Trata-se de um engenheiro muito jovem, competentíssimo, que teve essa visão e que construiu o parque, o Memorial, a que V. Exª terá acesso hoje, com recursos da Prefeitura Municipal, naturalmente com o apoio da Câmara Municipal e de todo o povo de Jataí. Mas a obra arquitetônica, toda a obra física foi feita por esse extraordinário Prefeito municipal, um jovem talentoso e inteligente, que construiu praticamente esse elo de ligação entre Jataí e Brasília. Esse Memorial resgata o início dessa história que relatei; naturalmente, outros detalhes V. Exª conhecerá. Dessa forma, prestamos a nossa homenagem ao extraordinário Prefeito de Jataí, que teve a sensibilidade de vivificar o nome de JK. Todos os Prefeitos brasileiros deviam, de alguma forma, homenagear o maior estadista de toda a história do Brasil, que é JK.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Estarei com muito orgulho e com muita alegria, Senador Maguito Vilela, conhecendo o Prefeito Humberto Machado hoje, à noite, em Jataí. O Brasil precisa de Prefeitos otimistas, como esse jovem Prefeito que V. Exª acaba de mencionar. Terei o maior orgulho e grande satisfação de conhecê-lo hoje à noite.

**O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF)** – Senador Paulo Octávio, V. Exª me permite um aparte?

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Senador Eurípedes Camargo, é com o maior prazer que ouço o aparte de V. Exª, ilustre representante do povo candango, do povo de Brasília.

**O Sr. Eurípedes Camargo (Bloco/PT – DF)** – Ontem, tive a oportunidade, em pronunciamento do Senador Maguito Vilela, de me reportar a esse ato importante, aqui lembrado por V. Exª, de justa homenagem pelo centenário de JK. Por mais que Juscelino Kubitschek seja homenageado, nunca será o bastante pelo que ele representou e representa para o nosso País. Portanto, a nossa ida a Jataí será uma homenagem àquele povo. Naquele memorável dia, Toniquinho fez aquela pergunta que propiciou toda essa epopéia que vem acontecendo. Com certeza, todos os candangos de Brasília gostariam de estar lá conosco homenageando o povo jataiense nesta tarde de hoje. Logo, o Distrito Federal e os candangos se somam à saudável memória que têm do nosso ex-Presidente JK.

**O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF)** – Muito obrigado, Senador Eurípedes Camargo. V. Exª muito contribuiu para a construção de Brasília e sempre homenageia o povo candango, o povo realmente tenaz que veio de todo o Brasil. Candango é a expressão melhor do povo brasileiro, porque aqui houve a maior miscigenação de todo o País, uma mistura gostosa que formou o brasileiro, que V. Exª tão bem conhece. Por isso, agradeço a V. Exª pelo aparte, que é feito em homenagem ao povo de Brasília, que tanto amou JK e trabalhou por ele.

Para terminar as minhas palavras, já que o Senador Maguito Vilela mostrou tão bem a forma como foi a interpelação de Toniquinho, democrática, livre, numa campanha política, quero dizer que essa, Senador Maguito Vilela, é que faz a diferença do homem público de coragem, que não é aquele que, para tomar uma decisão, demora tanto tempo, que a decisão passa. O homem público tenaz e corajoso se diferencia dos outros porque toma a decisão na hora. É aquele que tem o **feeling**, o sentimento de dizer que o Brasil precisa de algo e que ele vai fazer e que tem a coragem de assumir, com todos os ônus, aquele seu gesto. É isso o que está faltando ao Brasil. Está faltando ao Brasil homens com coragem de fazer. É disso de que precisamos neste País.

Por isso, fica registrada a tenacidade de JK no atendimento a um pleito de um cidadão comum, um jovem que se levanta, na multidão, tremendo, como me foi contado. Tremia de emoção e medo – imaginem – por interpelar um candidato a Presidente da República e perguntar se ele obedeceria à Constituição brasileira. Foi um gesto de muita ousadia.

O Brasil precisa de brasileiros ousados, que interpelem os políticos e os governantes para o bem do País. O Brasil precisa de governantes competentes, capazes, corajosos e empreendedores, que não tenham medo do risco, mas que tenham vontade de fazer.

Por isso, fica hoje essa grande homenagem que o Senado presta, por intermédio de ilustres Parlamentares, a JK, o estadista do século.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Paulo Octávio, a Presidência, antes de encerrar esta sessão, lembra que Deus disse que os últimos serão os primeiros. Queria que fosse V. Ex<sup>a</sup> esse último e o primeiro a encerrar esta sessão, que se tornou solene pelas homenagens feitas ao maior de todos os brasileiros.

Peço permissão para fazer minhas as palavras pronunciadas por V. Ex<sup>a</sup> há um ano, porque elas são de grande felicidade e interpretam todo o sentimento da gente que vive em Brasília. E Brasília hoje é o Brasil todo. Todos nós participamos da construção de Brasília, inclusive o meu povo piauiense, que foi e é a segunda colônia que atendeu ao chamamento dos mineiros, liderados por Juscelino, para construir esta cidade.

V. Ex<sup>a</sup>, há um ano, traduzindo o sentimento de pureza, afirmou:

Fiz a minha vida nesta cidade. Amo esta cidade. Naquele momento – umas crianças estavam no Memorial –, vieram lágrimas não de tristeza, mas de felicidade por viver em Brasília. Naquele momento senti que eu não gostava de Brasília, mas sim a amava. Amo muito Brasília, amo os moradores desta cidade, amo esta gente gostosa, esta gente candanga. Sou muito grato a Brasília e a Juscelino. A vida me deu dois filhos, descendentes diretos, nascidos em Brasília. Dois candanguinhos estão aqui fazendo história nesta cidade. Vou fazer tudo, na minha vida, para defender o desenvolvimento desta cidade. Vou fazer tudo que Deus me der forças para tentar consolidar Brasília, como era o sonho de JK. Muito obrigado a todos por estarem aqui presentes. Viva Brasília! Viva JK!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – O Senador Arthur Virgílio enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto do art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>a</sup> será atendido.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### TRINTA ANOS ESTA MANHÃ'

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta Tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado "Trinta anos esta manhã", de autoria do ex-mi-

nistro José Serra, publicado no jornal **O GLOBO**, de 11 de setembro do corrente ano.

O artigo, que solicito seja inserido nos anais do Senado, traz uma narrativa sobre o golpe militar ocorrido no Chile, em 1973, época em que o ex-Ministro José Serra esteve exilado naquele país.

O artigo, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

### TRINTA ANOS ESTA MANHÃ

11-9-2003

– Estive hoje com o Volodia Teitelboim e ele me disse que o general Pratts se demitiu. Foi substituído pelo chefe do Estado-Maior.

– O general Pinochet?

– Isso mesmo. O Volodia considera que a mudança fortalecerá o governo e afastará o risco do golpe. Comentou que Pinochet é legalista e que o Pratts é bom, mas estava desgastado.

O tema da conversa era a situação chilena e quem transmitia as informações era Luiz Carlos Prestes, no dia 24 de agosto de 1973. Eu estava visitando a União Soviética e fui conhecê-lo no modesto apartamento em que morava, em Moscou. Volodia era senador e dirigente do Partido Comunista do Chile.

O general Carlos Pratts era o comandante do Exército chileno. Eu o conhecera pessoalmente: militar culto, conservador, mas de convicções democráticas e frontalmente contrário à intervenção das Forças Armadas na política. O general Augusto Pinochet era o segundo na hierarquia do Exército. Homem de confiança de Pratts, assumira durante vários períodos o comando interino do Exército, tendo sempre exibido um comportamento "legalista" no convulsivo processo político chileno.

Apesar dessa referência atenuante, não tive dúvida: o golpe passava a ser questão de dias. Pratts se demitiu porque esposas de generais haviam feito uma manifestação pública contra ele. Em vez de punir os generais envolvidos, preferiu demitir-se. Outros três generais que ocupavam postos-chave decidiram seguir Pratts. Caíra o homem que, de fato, sustentava a legalidade chilena.

Decidi suspender a viagem e voltar ao Chile, onde vivia há mais de oito anos. Minha hipótese era de que o golpe ocorreria antes de 18 de setembro, data nacional do país, quando os militares deveriam desfilar prestando continência ao presidente Salvador Allende. Parecia-me claro que, dessa vez, isso não iria acontecer.

Alguns dias depois de chegar a Santiago e começar os preparativos para deixar o Chile com minha mulher, Monica, e nossos dois filhos, fui acordado por ela mais cedo do que de costume: “Estão cercando e atirando no La Moneda”. Em toda a minha vida, não me lembro de ter despertado de forma tão rápida e lúcida, com o coração tão acelerado, como nessa manhã de 11 de setembro de 1973.

Os rumores e o que se ouvia nas emissoras de rádio de Santiago eram confusos, mas esclarecedores: o golpe começara para valer. Apesar de considerá-lo inevitável, fiquei abismado. Em 1964, no Brasil, me ocorrera algo parecido. Parecia incrível que o previsto estivesse acontecendo, de forma tão clara e definitiva.

Acabei saindo de casa, não me lembro para onde. O movimento de carros e de gente era intenso e nervoso. Em certo momento, procurei chegar perto da sede do governo, o Palácio de La Moneda. Não foi possível, mas por volta de meio-dia, da avenida que leva ao palácio, a um quilômetro de distância, pude ver a fumaça do bombardeio.

A população foi obedecendo com rapidez às ordens de toque de recolher, transmitidas pelas rádios que já estavam em mãos dos golpistas. Ficar na rua poderia significar prisão ou fuzilamento. Comparado àquele banquete de felinos disputando suas presas, o golpe de 1964 no Brasil parecia um delicado chá de senhoras.

Num primeiro momento, não tive certeza de que o general Pinochet, comandante do Exército, estivesse à frente do golpe. Mas a ilusão de que houvesse alguma divisão nas Forças Armadas foi desagradavelmente desfeita pela voz esganiçada e ameaçadora do general Pinochet na apresentação da junta militar golpista na noite mesma do dia 11 pela TV. Como se soube depois, somente no sábado, dia 8 de setembro, Pi-

nochet se inteirou do golpe em marcha para a terça-feira seguinte. E no domingo decidi aderir ao perceber que não tinha condições de frear a conspiração.

Há um fato pouco valorizado nas análises sobre a queda de Allende. No fim de semana anterior ao golpe, o presidente estivera preparando um discurso que faria na terça-feira, dia 11, quando anunciaria a convocação de um plebiscito sobre as “reformas” (no Chile, nessa época, se falava delas o tempo todo, embora com sinal diferente do que têm recebido no Brasil nos últimos anos). Isto havia sido acordado com o presidente da Democracia Cristã, o principal partido de oposição. Se perdesse o plebiscito — o que era provável — Allende renunciaria.

Não é impossível que, se esse pronunciamento tivesse sido feito uma semana antes, o golpe se esvaziasse. Não é impossível também que os golpistas, que tinham conhecimento do fato e temiam o esvaziamento das tensões, tenham antecipado a data do golpe.

Um livro de Patricia Verdugo, acompanhado de um CD, mostra os diálogos dos chefes militares por rádio durante todo o dia 11 de setembro. Alguma emissora fez a gravação e alguém a divulgou 25 anos depois. Por ela se constata que a adesão tardia de Pinochet teve uma trágica contrapartida: ao longo daquele dia, ele foi o mais raivoso, truculento e radical dos chefes golpistas. Até seu castelhano era o mais vulgar — do sotaque à gramática.

Em nossa casa, a expectativa era sempre o que diria o próximo bando (comunicado) da junta militar. Vinha o locutor e anunciava: “Bando número siete”. E nomeava uma lista de pessoas que deveriam apresentar-se à primeira patrulha que encontrassem na rua. Quem não o fizesse, ameaçava o bando, sofreria “consecuencias fáciles de se preveer”. Lembro-me de que em certo momento nomearam o Roberto Frenkel, brilhante economista argentino que, na época, morava no Chile e trabalhava comigo. A partir daí era óbvio: aumentava a chance de que meu nome também aparecesse.

Na televisão, o general Bonilla, segundo de Pinochet, fez um pronunciamento afirmando que no Chile havia um exército clan-

destino de dez mil estrangeiros. Pedia às pessoas que denunciassem qualquer suspeito. Diga-se de passagem que, tempos depois, Pinochet mandou matar Bonilla, simulando um acidente.

Dois fatores, em tese, nos protegiam a curto prazo. Primeiro, eu era funcionário internacional, tinha imunidade diplomática e visto oficial em meu passaporte italiano (que obtivera por ser meu pai cidadão italiano; o governo brasileiro sempre se recusara a conceder passaporte aos exilados).

Segundo, enquanto eu estava na Europa, Monica decidira mudar de casa. Morávamos há anos numa pequena vila. Mas as ameaças anônimas estavam se intensificando, provavelmente devido à ação de vizinhos ligados a grupos de extrema-direita. Eles sabiam que eu era exilado e que o sobrenome de Monica era Allende (embora ela não tivesse relação próxima de parentesco com o então presidente). A nova casa era noutro bairro e nenhum vizinho tivera tempo de saber quem éramos. Isto afastava a possibilidade de uma denúncia.

O toque de recolher foi sendo prolongado ininterruptamente. Quando foi suspenso por algumas horas, no terceiro ou quarto dia, fui procurar o Betinho, o Herbert de Souza, para ver como estava e tirá-lo de casa. Por sua condição de saúde, ele não podia sofrer nenhum tipo de violência física. Em seu pequeno apartamento, ele ainda conservava cartas, documentos, listas de endereços e especulava com a possibilidade de haver resistência no sul do país, na cidade de Concepción, liderada pelo general Pratts. Manifestei-lhe meu ceticismo sobre isso e argumentei que ele devia sair imediatamente de casa, pois seu endereço era muito conhecido. Além do mais, ele era assinante do “El Siglo”, jornal do Partido Comunista do Chile. Era, portanto, uma questão de horas para que viessem buscá-lo.

Por meio de Carmen Miró, uma panamenha, diretora do Centro Latino-americano de Demografia, procurei o embaixador do Panamá, amigo do general Torrijos, então presidente desse país, e convenci-o a abrir sua embaixada – de fato um pequeno apartamento térreo – para asilar perseguidos políticos. Os três primeiros que levei foram Be-

tinho, Sandra Brisola, minha aluna na faculdade de economia (hoje professora da Unicamp) e uma outra aluna chilena, Glória, que era simpatizante do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria), que fazia oposição pela esquerda a Allende.

Em poucos dias, a pequena Embaixada do Panamá chegou a abrigar mais de cem pessoas, a maioria brasileiros, sobrevivendo em péssimas condições, num espaço exíguo. Aproveitando-me do fato de que meu carro tinha chapa diplomática, cheguei a levar comida várias vezes, passando-a pelas janelas. Mais tarde, houve um fato curiosíssimo: o embaixador de Torrijos alugou uma casa com mais espaço e trasladou os asilados. Só que o dono da casa era um deles – Theotônio dos Santos, brasileiro, professor e um dos gurus intelectuais da esquerda chilena. Ele passou, então, à condição de asilado político em sua própria casa!

A primeira notícia de violência chegou logo: um dos diretores da Flacso – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais – Luis Ramallo, encontrou o cadáver de um de nossos alunos, de nacionalidade boliviana, num depósito de mortos, com uma perna arrancada por um obus ou algo do gênero. Ramallo, sociólogo espanhol e ex-jesuíta, corajosa e literalmente pôs a boca no mundo, falando para toda a imprensa internacional. Foi a primeira grande denúncia sobre o terror reacionário chileno.

Passei a funcionar como enlace entre as diferentes organizações internacionais, todas mobilizadas (inclusive a Cepal, Comissão Econômica para a América Latina, cujo secretário-executivo era o atual presidente do BID, Enrique Iglesias) para proteger seus funcionários, alunos e estrangeiros em geral. Entre outras providências, fazíamos contatos com as embaixadas em busca de apoio. O grande vexame, motivo de tristeza e indignação, foi dado pela embaixada do Brasil, que virou as costas para os brasileiros – homens, mulheres ou crianças – perseguidos naqueles dias terríveis pelo simples fato de serem estrangeiros. O embaixador Câmara Canto, partidário e participante assumido do golpe e das comemorações que se seguiram, presidiu um dos episódios mais lamentáveis da história da di-

plomacia brasileira, que, aliás, está à espera de uma reconstituição.

Terminei abrindo uma outra embaixada para perseguidos políticos: a da Itália. Mas dessa vez para mim mesmo. Certo dia, perto do final de setembro, eu havia deixado uma reunião no gabinete do diretor da Flacso dizendo que iria até a Cepal. Ao sair do gabinete, decidi passar antes em minha sala, que ficava num prédio anexo, ao qual se tinha acesso por uma pequena porta no pátio. Pouco depois, quando saía da sala, meio distraído, topei com o Enzo Fallete (co-autor, com Fernando Henrique, do famoso livro sobre dependência e desenvolvimento na América Latina), que me olhou espantado: "Hombre, los milicos vinieran a buscarte: que haces acá?" Todos acharam que eu não estava mais no prédio, tanto os colegas quanto os soldados, que neles acreditaram e foram embora.

Nesse mesmo dia, sem que eu soubesse, tinham invadido o apartamento do nosso poeta Ferreira Gullar, que tinha presidido o CPC da UNE quando eu era presidente dessa entidade. Era o apartamento onde eu havia morado, anos antes, com o Vilmar e a Regina Faria. Os soldados tinham ido à minha procura, e Gullar, além do mesmo endereço, tinha também o "José" antes do Ferreira...

Passei então a dormir na residência do embaixador da Itália, mas como ainda não havia nenhum asilado lá, não havia também polícia na porta. Por isso, eu saía durante o dia para apressar os preparativos de viagem da família. Cheguei a ir à polícia civil tratar dos passaportes.

Depois que o Ministério de Relações Exteriores pediu desculpas pela tentativa de prender um funcionário internacional com imunidade diplomática e renovou o visto oficial em meu passaporte, decidimos viajar. Mas se tratava de uma armadilha. No dia 14 de outubro, depois de o passaporte receber o carimbo de saída, fui preso no aeroporto com meu filho recém-nascido no colo e na frente de minha mulher e de minha filha de 4 anos.

O delegado que fez a prisão, apanhou-se com meu nome. No Brasil e na Itália, não levo o sobrenome materno (Chirico). No Chile, a inclusão do sobrenome materno é obrigatória. E a ordem de prisão era para

José Serra Chirico. Como para convencer-se de que era eu mesmo, leu em voz alta um trecho da ordem de prisão, algo assim: "subversivo, izquierdista, intelectual y muy vivo".

Fui então algemado e passei umas três horas sentado na ala de desembarque internacional do aeroporto, sendo objeto do olhar furtivo de todos os passageiros que chegavam. Apreendi na prática que, quanto mais se mexem as mãos, mais as algemas apertam, machucando os pulsos.

Levaram-me, finalmente, para um curtel da polícia civil. Passei a noite num banco de madeira, onde os detetives jogavam ludo e discutiam sobre futebol, aos gritos. Conquistei algum mérito junto a eles falando sobre o futebol brasileiro e elogiando o famoso goleiro chileno Livingstone. Ofereceram-me um capote.

Assustado e cada vez mais tenso à medida que me lembrava de motivos e pretextos para que viesse a sofrer algo feio nas mãos da nova repressão chilena, acabei me convencendo de que o pior iria acontecer. A partir desse ponto, para minha surpresa, consegui acalmar-me e recuperar alguma energia para enfrentar a situação. E, apesar do banco duro, da gritaria, do frio, da luz forte e de minha crônica dificuldade para pegar no sono, dormi profundamente.

De manhã, depois de um interrogatório cretino, mas sem qualquer espécie de violência, fui removido para o Estádio Nacional do Chile, o mesmo onde Garrincha e Vavá haviam ganhado a Copa do Mundo para o Brasil em 1962, agora transformado em campo de prisioneiros e, como se soube depois, de torturas e assassinatos. Deixaram-me na portaria, onde passei o dia. Alegando imunidade diplomática, insistia para falar com o comandante do lugar, coronel Spinoza. Não sabia, ainda, que lá estavam matando detidos e que o coronel era o responsável por esses assassinatos.

No começo da noite, um oficial me comunicou: "Por orden del mayor Ivan Lavanderos, usted puede salir, pero tiene que presentarse mañana temprano, a las siete y media, para ser interrogado por el mayor".

Não fazia sentido. Soltar-me à noite para voltar de manhã? O mais provável é que me dessem um tiro pelas costas e alegassem tentativa de fuga. Mas não podia

hesitar. Aceitei e pedi para passar por uma cela onde havia brasileiros. O primeiro que distingi foi o Silvério, um estudante paulista de economia. Disse-lhe que estavam me soltando e que, se me acontecesse alguma coisa, ele deveria denunciar. Tempos depois, já na Europa, contou-me que não entendeu nada do que eu falara. Fruto da combinação de uma voz e dois ouvidos sob ataque de nervos.

Caminhando para o portão do estádio, escoltado por um sargento, avistei um orelhão. Olhei para o soldado e arrisquei: "Usted tiene un jeton?" "Si, como no", respondeu com cortesia, entregando-me uma ficha. Liguei para um amigo e avisei que estava sendo solto. A caminhada da porta do estádio até a primeira rua onde consegui pegar um táxi foi a mais tensa de minha vida.

Na manhã seguinte, decidimos numa reunião (da qual participou o atual presidente do Chile, Ricardo Lagos, então professor da Flacso) que eu não me apresentaria no estádio e que ficaria na Embaixada da Itália, onde já se encontravam Monica e as crianças. Quando fui preso, ela decidira permanecer no Chile, ficando na embaixada com as crianças. Quando se comunicou que eu não me apresentaria, o Exército colocou soldados na porta. A família recebeu salvo-conduto em janeiro, mas eu fiquei retido até maio, pois o governo negava sistematicamente a concessão de salvo-conduto. A certa altura, a embaixada chegou a acolher mais de seiscentos asilados.

Eu havia sido preso num domingo e solto na segunda-feira. Na quarta-feira seguinte foi fuzilado o major Lavanderos, que me soltara. Segundo me disse o embaixador sueco (um verdadeiro herói naqueles dias e noites de opressão e terror) o major foi julgado por alta traição, pois teria protegido "inimigos" do Chile.

Viajei do Chile para a Itália e de lá para os Estados Unidos, para fazer o doutorado em economia. Antes de concluí-lo na Universidade de Cornell, soube do assassinato do general Pratts em Buenos Aires, onde se exilara, crime cometido por ordem de seu antigo protegido, o general Pinochet. Em seguida, fui trabalhar em Princeton (no mesmo instituto em que estou hoje) e lá assisti à missa pela alma de Orlando Letelier, ministro de Defesa de Allende, assassinado

em Washington por capangas do governo chileno.

O parágrafo final de um pequeno documento, manuscrito em setembro de 1973, encontrado no Dops paulista e que chegou às minhas mãos, dizia, referindo-se a mim:

"Trata-se de 'boa gente' que merece ser 'tratado' pelos chilenos".

JOSÉ SERRA é ex-presidente da UNE (1964), ex-ministro da Saúde e do Planejamento (governo FH), estava exilado no Chile durante o golpe militar.

Ainda outro tema me traz à tribuna nesta manhã:

### **MAIS PROMESSAS. SÓ PROMESSAS. AGORA PARA CIÊNCIAS E TECNOLOGIA**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na solenidade de reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, o Presidente Lula fez novas e dificilmente atingíveis promessas na área de política científica.

A pergunta que, desde logo, ocorre a qualquer um, tem dois itens: *quando* e *como*? De chofre, o próprio Presidente, que parecia constrangido ao ouvir o extenso discurso do Ministro Roberto Amaral, começou por lançar farpas a torto e a direito, chamando o conselho de *Clube do Bolinha*, além de se insurgir contra seus próprios Ministros, muito acomodados para o gosto presidencial. Para o de todos nós.

A comunidade científica queixa-se da exigüidade de verbas consignadas para a área no Orçamento da União. Para este ano são R\$ 1,8 bilhão, correspondendo a 0,12% do PIB.

Como o próximo orçamento prevê pouquíssimo mais (R\$ 2 bilhões), sem alterar o percentual atribuído ao setor no PIB, parece temerária a promessa do Presidente de dobrar os investimentos em ciência e tecnologia "nos próximos anos".

Isso é algo parecido com a velha promessa de dobrar o valor do salário-mínimo. Palavras, palavras e nada de concreto.

Fica aqui a pergunta: quando será atingida essa meta? E Como chegar lá?

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Neste instante, vou encerrar esta 120ª Sessão Não Deliberativa do Senado Federal, realizada nesta sexta-feira, 12 de setembro de 2003, em que se comemoram os 101 anos de nascimento de Juscelino Kubitschek de Oliveira, filho do Brasil e pai de Brasília.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 28 minutos.)

**P O R T A R I A**  
**Nº 106 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no desempenho de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

**R E S O L V E:**

Designar os Servidores, **JOABSON MARTINS CAHÚ JUNIOR**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 4116, **ANTONIO CARLOS NOGUEIRA FILHO**, Técnico Legislativo, Matrícula 4353 e **OSWALDO MARCELLO NETO**, Técnico Legislativo, Matrícula nº 3725 (SEEP), para sob a presidência do primeiro, integrarem Comissão de Sindicância incumbida de apurar os fatos constantes do Processo nº 015569/03-9.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral do Senado Federal

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4746 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016274/03-2,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HUMBERTO ANTONIO MENDES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguito Vilela.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral



**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4747 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016259/03-3,

**R E S O L V E** exonerar **BERGSON CAVALCANTI DE MORAIS**, matrícula n.º 34128, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-4, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2003.



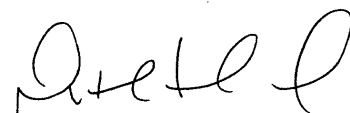
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4748 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016258/03-7,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURÍCIO FIGUEIREDO LIMA PINTO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias.

Senado Federal, em 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4749, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015240/03-7,

RESOLVE dispensar o servidor ROGERIO LACERDA, matrícula 5208, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aelton Freitas, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador João Capiberibe, a partir de 26 de agosto de 2003.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4750, DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015772/03-9,

RESOLVE dispensar o servidor MARCELO FERNANDES DE SOUZA, matrícula 3539, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 03 de setembro 2003, e lotá-lo na Secretaria Especial de Informática, a partir da mesma data.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 4751, DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 014857/03-0,

RESOLVE designar o servidor EDEVALDES ALVES, matrícula 2443, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Amir Lando, a partir de 18 de agosto de 2003.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
N.º 4752, DE 2003

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015542/03-3,

RESOLVE dispensar o servidor LEOMAR DINIZ, matrícula 4234, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Marco Maciel, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de setembro de 2003.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4753 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015865/03-7,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO ALBERTO FARIA ALVIM, matrícula 4203, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aloizio Mercadante, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Aelton Freitas, a partir de 04 de setembro de 2003.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 4754 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 015809/03-0,

RESOLVE dispensar o servidor ELIAS HONÓRIO DA SILVA, matrícula 4926, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Paulo Octavio, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti, a partir de 04 de setembro de 2003.

Senado Federal, 12 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá

## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

### 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

## **1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO**

**TEMPORÁRIA**  
**(07 titulares e 07 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR  
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**  
**TEMPORÁRIA**  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**



**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
(29 titulares e 29 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)**  
**Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1.
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1.
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**  
**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1.
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1.
<b>PPS</b>	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1.
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Vago	1.
Vago	2.
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
<b>PFL</b>	
Renildo Santana	1.
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1.
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Pedro Simon**

**Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
**(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)**

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**  
**PERMANENTE**  
**9 (nove) titulares**  
**9 (nove) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Morais	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.



**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**Subcomissão Permanente de Proteção dos**  
**Cidadãos Brasileiros no Exterior**

**PRESIDENTE: Senador**  
**VICE-PRESIDENTE: Senador**

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:  
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777  
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa  
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367  
Fax: 311-3546  
E-mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

# **CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## **COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA <sup>2</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

<b>PMDB</b>					
<b>Titulares</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>	<b>Suplentes</b>	<b>UF</b>	<b>Ramal</b>
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
<b>PFL<sup>5</sup></b>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
<b>PT<sup>1</sup></b>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
<b>PSDB<sup>5</sup></b>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
<b>PDT</b>					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
<b>PTB<sup>1</sup></b>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
<b>PSB<sup>1</sup>, PL<sup>1</sup> e PPS</b>					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) <sup>9</sup>		
<b>Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)</b>					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 13.08.2003)

### **Notas:**

<sup>1</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.08.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

# CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

## COMPOSIÇÃO

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>

PMDB	UF	RAMA
(Vago) <sup>8</sup>		
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-7</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

### Notas:

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato** <sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> (aguardando definição)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**Representação Brasileira**

**COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral:</b> <b>Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> <b>Senador ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

**DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC<sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> <i>(aguardando definição)</i>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).



**EDIÇÃO DE HOJE: 86 PÁGINAS**